



2020
Relatório
de Sustentabilidade
Declarações não financeiras

MISERICÓRDIA DO PORTO



Mais próximos,
mais solidários,
sempre prontos.





00. Introdução

00.1. Política de Sustentabilidade da Misericórdia do Porto¹

Desenvolver a sua atividade de forma sustentável, atendendo às dimensões económica, ambiental e social aquando da tomada de decisão, posiciona a Misericórdia do Porto em condições de criar um futuro melhor, quer para si, quer para os utentes e clientes a quem serve e para a comunidade em que se insere.

Neste sentido, o compromisso da Misericórdia do Porto é contribuir para o desenvolvimento da sociedade através de soluções integradas e inovadoras na prestação de serviços humanizados.

Em conjunto com os seus colaboradores, irmãos, clientes, beneficiários, parceiros, fornecedores, entidades governamentais e reguladoras, organizações da economia social e sociedade em geral, a Misericórdia do Porto pretende explorar novas oportunidades, contribuindo para o bem-estar da comunidade.

Na Misericórdia do Porto acreditamos que, para continuar a nossa missão, temos de gerar valor para os nossos utentes/clientes, gerando simultaneamente valor para a sociedade.

É ambição da Misericórdia do Porto promover a mudança social, ambiental e económica. Nesse sentido, a Misericórdia do Porto baseia a sua atuação nos seguintes princípios:

- Criar valor, viabilizando economicamente a Instituição;
- Planear e orientar os seus esforços no sentido de satisfazer as necessidades e expectativas dos seus *stakeholders*;

- Estimular a participação dos colaboradores na melhoria contínua do desempenho da Instituição e na consecução dos objetivos estabelecidos, promovendo a sua sensibilização e formação técnica;

- Manter processos de apoio ao desenvolvimento dos seus colaboradores, potenciando as suas competências individuais, estimulando o trabalho em equipa e premiando a orientação para resultados e o cumprimento de missões e objetivos;

- Adotar critérios de minimização de riscos, consumo e dos impactos ambientais e sociais, na escolha de processos, tecnologias, matérias-primas e meios de transporte;

- Cumprir a legislação aplicável e outros requisitos definidos pela Organização, fixando objetivos de melhoria do seu desempenho;

- Promover a eficiência energética, a redução do consumo de água e de outros recursos naturais, dando prioridade à utilização de fontes renováveis de energia, bem como à redução e valorização de resíduos;

- Disponibilizar a informação e os recursos necessários para atingir os objetivos e as metas definidos;

- Exigir dos fornecedores o cumprimento de procedimentos, regras e princípios consentâneos com os padrões adotados internamente, estimulando mecanismos de colaboração e parceria.

1 - A Política de Sustentabilidade da Misericórdia do Porto é parte integrante dos nossos Relatórios de Sustentabilidade e está em vigor desde 2018.

Estrutura do Relatório

Índice de figuras

00. INTRODUÇÃO	4
00.1. Política de Sustentabilidade da Misericórdia do Porto	5
00.2. Mensagem do Provedor	9
00.3. Sobre este relatório	14
01. GOVERNANÇA CORPORATIVA	20
01.1. Perfil Organizacional	21
01.2. Estratégia: principais impactos, riscos e oportunidades	58
01.3. Ética e anticorrupção	64
01.4. Governança Corporativa	69
01.5. Envolvimento dos <i>stakeholders</i>	79
01.6. Avaliação da materialidade	84
02. ÂMBITO ECONÓMICO	88
02.1. Desempenho económico	89
03. ÂMBITO AMBIENTAL	92
03.1. Desempenho ambiental	93
03.2. Consumo de energia	94
03.3. Consumo de água	96
03.4. Emissões	99
03.5. Desenvolvimento Agrícola e Biodiversidade	103
03.6. Gestão de resíduos	105
03.7. Mudanças climáticas	110
04. ÂMBITO SOCIAL	112
04.1. Benefícios para os colaboradores	113
04.2. Diversidade e igualdade de oportunidades	116
04.3. Gestão das relações laborais	118
04.4. Saúde e segurança ocupacional	119
04.5. Formação e desenvolvimento	123
04.6. Direitos humanos	126
04.7. Marketing e comunicação	127
04.8. Projetos sociais de 2020	129
05. CONTRIBUIÇÕES	134
05.1. Contribuições para o relatório	135
06. ANEXOS	136
06.1. Sumário de conteúdo da GRI	137

Figura 1: Processo de seleção de tópicos e conteúdos para o relatório	16
Figura 2: Ciclo de elaboração do relatório de sustentabilidade	18
Figura 3: Mapa da localização das nossas operações	22
Figura 4: Plataforma online da Associação Portuguesa dos Jardins Históricos	33
Figura 5:V Congresso de História 2020	34
Figura 6: Biblioteca do Centro Hospitalar Conde de Ferreira	35
Figura 7: Sistema de gestão do risco da Misericórdia do Porto	53
Figura 8: Categorias de riscos	54
Figura 9: Framework GRC da Misericórdia do Porto	55
Figura 10: Fases da avaliação de impacto da COVID-19 na SCMP	59
Figura 11: Metas da Sustentabilidade 2021	61
Figura 12: Visão, valores e missão da SCMP	66
Figura 13: Valores e Código de Ética e Conduta da SCMP	67
Figura 14: Níveis de gestão da SCMP	70
Figura 15: Organograma circular geral da SCMP (2020)	71
Figura 16: Responsabilidade ao nível executivo para temas económicos, ambientais e sociais	75
Figura 17: Procedimentos de reporte perante suspeita de corrupção	76
Figura 18: Os nossos principais <i>stakeholders</i>	80
Figura 19: Matriz de envolvimento com os <i>stakeholders</i>	82
Figura 20: Matriz de materialidade	85
Figura 21: Esquema risco de extinção IUCN	104

Índice de gráficos

Gráfico 1: Casa da Prelada - Consulta de documentos no Arquivo Histórico/Biblioteca	30
Gráfico 2: Casa da Prelada - Reprodução de documentos	31
Gráfico 3: Casa da Prelada - N.º de eventos	31
Gráfico 4: Total consultas e tratamentos de fisioterapia 2019-2020	36
Gráfico 5: Total diárias de internamento e total colaboradores a desempenhar funções no HP	37
Gráfico 6: CHCF - N.º de sessões por oficinas e total de sessões de terapia ocupacional 2020	37
Gráfico 7: CHCF - Lotação Total 2019 - 2020	38
Gráfico 8: CHCF - Perícias forenses e Utentes que frequentaram o Centro de Dia de Alzheimer	39
Gráfico 9: HP - MCDT's e Cirurgias 2019-2020	39
Gráfico 10: Públicos vulneráveis 2019-2020	40
Gráfico 11: Crianças e jovens 2019-2020	41
Gráfico 12: Pessoas idosas 2019-2020	42
Gráfico 13: Pessoas com deficiência 2019-2020	43
Gráfico 14: Atribuição de cabazes e voluntários 2019-2020	44
Gráfico 15: Colaboradores da SCMP 2019-2020	47
Gráfico 16: Novas contratações e saída de colaboradores 2019-2020	48
Gráfico 17: Valor económico gerado por área	90
Gráfico 18: Consumo anual de energia (GJ) 2019-2020	94
Gráfico 19: Consumo anual de energia (GJ), por fonte 2019-2020	94
Gráfico 20: Consumo anual de energia (GJ), por área (2019-2020)	95
Gráfico 21: Consumo anual de água (m³) (2019-2020)	96
Gráfico 22: Consumo anual de água (%), por área (2020)	97
Gráfico 23: Consumo anual de água (m³), por área (2019-2020)	97
Gráfico 24: Consumo anual de água (m³), por UO (2019-2020)	98
Gráfico 25: Emissões anuais de GEE 2019-2020	99
Gráfico 26: Emissões anuais de GEE, por fim e por fonte (2019-2020)	100
Gráfico 27: Emissões anuais de GEE, por área (2019-2020)	101
Gráfico 28: Emissões anuais de GEE, por tipo e por área 2019	101
Gráfico 29: Emissões anuais de GEE, por tipo e por área 2020	102
Gráfico 30: Produção anual de resíduos 2019-2020	106
Gráfico 31: Produção anual de resíduos, por área 2020	107
Gráfico 32: Produção anual de resíduos, por perigosidade 2020	107
Gráfico 33: Destino da produção anual de resíduos não perigosos	108
Gráfico 34: Destino da produção anual de resíduos perigosos 2020	109
Gráfico 35: Percentagem de colaboradores, por faixa etária 2019-2020	116
Gráfico 36: Licenças parentais 2020	117
Gráfico 37: Número de horas trabalhadas 2019-2020	122

Índice de tabelas

Tabela 1: Principais eixos estratégicos	62
Tabela 2: Tipo de perigos e medidas tomadas	122
Tabela 3: Programas de competências e de assistência à transição	125



00.2. Mensagem do Provedor

102-14

Prezados parceiros,

Apesar de todas as dificuldades sentidas em 2020, tornamos agora público, a todas as nossas partes interessadas, o nosso desempenho em 2020, bem como todos os esforços efetuados, realçando as medidas tomadas para adaptar os nossos serviços à conjuntura atual, para enfrentar as dificuldades que a pandemia nos tem colocado e que a todos tem assolado.

Falo em primeira pessoa das dificuldades sentidas. Bem no início da pandemia em Portugal, dirigi-me, num breve comunicado, a toda a comunidade da Misericórdia do Porto que testei positivo à covid-19. A minha principal preocupação foi transmitir uma mensagem de tranquilidade e coesão a todos, apelando ao equilíbrio e funcionamento da Instituição, para garantir o cumprimento da sua missão em tempos de grande incerteza.

O ano 2020 será o ano que todos iremos recordar como um ano turbulento e que veio alterar de forma abrupta os nossos planos e obrigar a novas adaptações a todos os níveis da Instituição e sociedade em geral. Forçou-nos a repensar as nossas vidas e aquelas que dependem das nossas decisões.

Desde que surgiram os primeiros casos de covid-19 em Portugal e após a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarar, a 11 de março de 2020, o vírus Covid-19 como uma pandemia, a Misericórdia do Porto tomou todas as medidas necessárias, fazendo tudo o que podia para ajudar na resposta global ao vírus.

Como resposta à situação epidemiológica do novo coronavírus, implementamos medidas de combate e ativamos um plano de contingência. Decretamos orientações gerais de comportamento a ser adotadas por todos os nossos *stakeholders* e criamos as condições necessárias para garantir que os nossos colaboradores assegurassem o normal funcionamento das atividades da Instituição.

Foi criada uma Comissão Permanente de Apoio à Crise que esteve e continuará atenta a todas as indicações e orientações da Direção Geral de Saúde, analisando constantemente a evolução do surto, no sentido de tomar todas as medidas necessárias para proteção de todos os colaboradores, utentes, beneficiários e demais pessoas, implementando novas medidas sempre que se justificar.

Como tudo isso se vai desenvolver a curto prazo, é ainda uma incógnita, é claro, mas enquanto lutamos para superar o que hoje enfrentamos, a Misericórdia do Porto procurará ajudar no que for possível. Ao mesmo tempo, permanecemos profundamente cientes dos desafios que a nossa sociedade enfrenta.

Os confinamentos permitiram-nos mais reflexão. A instabilidade mundial causada pela propagação da Covid-19, não sendo uma mudança climática, mostrou-nos o quão vulneráveis e suscetíveis somos aos eventos que derivam da natureza. Mostrou-nos o quão rapidamente e inexoravelmente abalou todo o nosso sistema social e económico. Daqui tiramos as nossas lições... aprendemos que a saúde da nossa economia, das pessoas e o meio ambiente estão intimamente ligados. É necessário incluir práticas de negócios sustentáveis capazes de responder às necessidades presentes e futuras das pessoas!

A sustentabilidade não deve ser algo distante para ter significado e o seu impacto muito lento para ser perceptível. É preciso encarar a sustentabilidade mais a sério do que nunca. A sustentabilidade tornou-se um importante ponto de referência para salvaguardar o futuro da população mundial. A ampla disseminação da sustentabilidade como princípio orientador da sociedade remonta à década de 80, ao Relatório da Comissão Brundtland (WCED, 1987) e à Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento no Rio de Janeiro em 1992 (Nações Unidas, 1993).

Apesar de algum progresso em questões de sustentabilidade nos governos, negócios e sociedade em geral desde então, o mundo continua por caminhos insustentáveis. A comunidade global ainda está longe de realizar um desenvolvimento justo inter e intrageracional que equilibre as necessidades ecológicas, sociais e económicas.

O principal motor das alterações climáticas antropogénicas, o CO₂, continua a aumentar. No Índice de Futuro Verde 2021, o MIT classificou Portugal na 67.^a posição, entre 76 países analisados, com uma das taxas de crescimento de emissões mais elevadas da Europa. A perda de biodiversidade está a acelerar, a redução da pobreza global está ainda longe dos objetivos definidos pelas Nações Unidas e a desigualdade social tem-se intensificado nos últimos anos, sendo, em alguns casos, muito crítica, como são exemplo as revoltas sociais contra o racismo sistémico e estrutural que reina nos Estados Unidos da América e, mais recentemente, o golpe militar em Myanmar que despoletou manifestações violentas. Precisamos de fazer mais!

A Misericórdia do Porto continua a partilhar deste senso de urgência. A importância de ter um programa ambiental, social, económico e de governança relevante e robusto na conjuntura atual é, para nós, condição “sine qua non”. Procuramos desenvolver novas soluções para melhorar a vida daqueles que sempre servimos, garantindo um futuro sustentável e, ao mesmo tempo, um sucesso económico igualmente sustentável.

Apraz-me dizer que a Misericórdia do Porto se mantém firme desde sempre. É uma Instituição com mais de 520 anos e que já enfrentou diversas efemérides, guerras e mudanças governamentais. Somos uma Instituição resiliente, que tem demonstrado a capacidade de superar situações de crise e adversidades. Acreditamos que esta conjuntura não será diferente.

Conquistamos ao longo da nossa existência, competências e capacidade de adaptação que nos permitem continuar a cumprir a nossa nobre missão. Sabemos que podemos transformar a maneira como trabalhamos e nos comportamos, mantendo sempre aquilo que é o nosso código genético, de serviço ao próximo e de ajuda ao próximo. Está intrínseco na nossa cultura, não estranhámos nunca este tipo de situações.

“...mantivemos como prioridade a atenção e apoio aos mais vulneráveis”

A pandemia teve um impacto muito desigual sobretudo com os mais desfavorecidos. Agravou a vulnerabilidade de algumas comunidades e grupos sociais que já estavam sujeitos a exclusão social. São estes que mais tem sofrido com este surto e os que mais nos preocupam. Na Misericórdia do Porto mantivemos como prioridade a atenção e apoio aos mais vulneráveis.

Em 2020, mantivemos em pleno funcionamento o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social da Misericórdia do Porto (SAAS), para dar resposta aos pedidos de apoio das mais diversas ordens do nosso público mais desprotegido. Desde o início da pandemia que o serviço tem vindo a acompanhar cidadãos, quer portugueses, quer de outras nacionalidades, que enfrentam sérias dificuldades financeiras, sendo, lamentavelmente, cada vez em maior número como resultado das dificuldades impostas pelo período que atravessamos.

Continuamos a assegurar ativamente as nossas respostas orientadas para pessoas em situação de sem abrigo, quer através das diferentes respostas que dispomos, quer através do projeto Porto Sentido, um consórcio com outras entidades da cidade do Porto, disponibilizando refeições, acolhimento e outros bens de primeira necessidade.

Na necessidade de continuar a combater os crimes de violência contra mulheres, crianças e idosos/as, reforçamos as nossas respostas na prevenção e combate à violência através do Projeto Ópera “Lugar Comum”. Um projeto que resulta de uma parceria com o Quarteto Contratempus e com Coprodução do Teatro Municipal do Porto – Rivoli, o qual visa abordar a temática da Violência Contra a Mulher junto de públicos mais vulneráveis através da intervenção pela arte.

Associamo-nos com este projeto, à campanha da ONU Mulher, UNiTE to End Violence against Women Campaign - Orange the World, num esforço conjunto de prevenir e eliminar a violência contra mulheres e meninas em todo o mundo.

Deixo aqui também uma pequena referência ao trabalho desenvolvido pela Equipa de Apoio Psicossocial da Misericórdia do Porto (EAPS) que continuou no terreno a prestar assistência, registando mais de 1650 intervenções a pessoas com doenças avançadas e aos seus entes queridos. Este tem sido um trabalho desenvolvido no âmbito do Projeto Humaniza, promovido pela Fundação La Caixa e que visa tornar os cuidados paliativos uma parte exemplar de apoio humanizado na saúde e na sociedade portuguesa.

Entendemos dar o nosso contributo no combate à pandemia de Covid-19, disponibilizando as instalações do Hospital da Prelada e ventiladores para ajudar o Serviço Nacional de Saúde (SNS) a combater o vírus Covid-19. Disponibilizamos também ao Centro Hospitalar São João, dois ventiladores para suporte ao Serviço Nacional de Saúde, num momento em que a capacidade nacional de responder a situações de crise ou de emergência com necessidade de ventilação invasiva se verificava deficitária.

Recentemente, disponibilizamos todos os nossos equipamentos sociais e de saúde, bem como profissionais, para proceder à vacinação contra a COVID-19. Com esta iniciativa pretendemos contribuir com espaços alternativos que permitem realizar e implementar toda a logística inerente ao processo de vacinação, com segurança, à população.

“Preocupamo-nos em causar o menor impacto possível no ambiente...”

No que respeita à dimensão ambiental, continuamos comprometidos em minimizar os impactos negativos das nossas operações e em melhorar o desempenho ambiental e energético dos nossos serviços.

Nas nossas atividades de desenvolvimento agrícola, preocupamo-nos em causar o menor impacto possível no ambiente. É por isso exemplo, que 2020 foi o 6.º ano consecutivo em que desenvolvemos o modo de produção biológico, no que concerne à exploração agrícola sustentável. Orgulhamo-nos em pertencer aos 6% de área de agricultura biológica em Portugal.

Damos assim, o nosso contributo para a meta definida na “Estratégia do Prado ao Prato” pela Comissão Europeia, para atingir, até 2030, 25% da superfície agrícola dos 27 países da União Europeia para Modo de Produção Biológico, contribuindo, ao mesmo tempo, para o cumprimento do objetivo de desenvolvimento sustentável, como promotores da agricultura sustentável.

Continuamos a preservar o que faz parte do nosso património, destacando aqui, a atribuição do Selo de Qualidade de Jardim Histórico à Quinta da Prelada e a sua respetiva integração na Rota dos Jardins Históricos do Grande Porto.

No quarto trimestre, estabelecemos os nossos novos compromissos de gestão de resíduos. Consolidamos metodologias de recolha de dados dos diferentes contextos e realidades operacionais da organização e iniciamos o diagnóstico do panorama geral dos resíduos nas nossas estruturas operacionais e serviços. Este é mais um passo para adaptarmos as nossas operações, continuarmos a impulsionar a inovação e a investir em soluções que permitam a transição para uma economia circular.

Ainda neste quadro, visamos, a curto prazo, prosseguir com a implementação e consolidação da regulamentação ambiental na Misericórdia do Porto de forma a adequar as nossas práticas tendo em conta a preservação dos recursos naturais e a conformidade com a lei nesta matéria.

“Regemos a nossa atividade com base nos princípios das 14 Obras de Misericórdia...”

No campo económico, a Misericórdia do Porto situa-se num espaço socioeconómico que integra determinadas práticas para cumprir a sua missão. Regemos a nossa atividade com base nos princípios das 14 Obras de Misericórdia e, é neste espírito que devemos trabalhar afinadamente para adaptar as nossas áreas de atuação às mudanças impostas por contextos externos.

Certamente, é difícil perseguir uma meta social e ao mesmo tempo ser limitado pela exigência da sustentabilidade financeira. No entanto, a evidência que ve-

mos no trabalho que temos desenvolvido mostra que, temos sido, até agora, capazes de encontrar soluções para os problemas sociais com os quais nos deparamos no dia a dia, adotando abordagens inovadoras e modelos de negócio social que revelam a transparência do nosso modelo de governação e que são eficientes na gestão de recursos.

É, portanto, dentro do desenvolvimento sustentável que a Misericórdia do Porto pretende continuar a atuar, inovando na gestão e na criação de soluções capazes de gerar autofinanciamento com base no valor criado e que possibilite a criação de receitas para apoiar a nossa missão em direção a um futuro melhor e mais justo.

2020 foi um ano de conquistas!

Orgulho-me do progresso que fizemos num ano tão desafiador.

A Misericórdia do Porto foi, pela segunda vez consecutiva, distinguida como a Entidade Empregadora Inclusiva. Continuamos a promover e a implementar práticas de gestão abertas e inclusivas relativamente às pessoas com deficiência e/ou incapacidade. Atualmente, somos a única IPSS do Porto a operar com esta distinção. Este reconhecimento é para nós mais um marco importante do trabalho que desenvolvemos.

O “Rede de Sorrisos”, um projeto de apoio aos sem-abrigo da Santa Casa da Misericórdia do Porto, foi distinguido no âmbito do prémio AGIR da REN - Redes Energéticas Nacionais. Consideramos fundamental continuar a apoiar este público-alvo de forma a garantir não só a satisfação de necessidades básicas, mas também garantir uma integração consistente no mercado de trabalho promovendo a igualdade de oportunidades.

Obtivemos a certificação V-Safe para as atividades desempenhadas na Casa da Prelada, no MMIPO - Museu e Igreja da Misericórdia do Porto, no Colégio de Nossa Senhora da Esperança e no Centro Hospitalar Conde de Ferreira. Esta certificação representa a garantia de uma permanente atualização face aos diferentes normativos, favorecendo a melhoria contínua dos procedimentos estabelecidos.

Importa destacar o Prémio Saúde Sustentável, na categoria Escalabilidade atribuído ao projeto “Medicina Social SCMP: 50 Tips de Saúde Sustentável em Situação de Pandemia nos Lares” da Misericórdia do Porto. Este prémio significa para nós, o reconhecimento e dedicação dos nossos profissionais na partilha e implementação de boas práticas na luta contra a pandemia. Um projeto inovador, com vista à concretização de um plano de ação sustentável e que permitiu aos idosos dos nossos lares a proximidade social na distância física, evitando o seu isolamento total.

Fomos um dos 4 Vencedores do Prémio HINTT, na categoria Value Proposition. A Misericórdia do Porto venceu com o projeto Mordomo Digital, uma aplicação móvel que visa a simplificação da atividade clínica com garantia de registo da informação com segurança no doente certo, recorrendo a mecanismos de reconhecimento de voz para o diário clínico de internamento, bem como o acesso à informação em tempo real de dados de suporte à prestação de cuidados clínicos.

Por último, mas não menos importante, é de salientar o prémio “Escola Amiga da Criança” atribuído, pela segunda vez, ao Colégio Nossa Senhora da Esperança. Um Selo “Escola Amiga da Criança”, na categoria Atividades Extracurriculares e/ou Interdisciplinares, com o clube @Ciência.lab e que contribui para promover iniciativas que concorram para um desenvolvimento mais feliz dos alunos no espaço escolar.

O que esperamos para 2021...

Continuamos comprometidos em reduzir o desperdício de materiais, diminuir o consumo de recursos não renováveis e evitar a emissão de poluentes para melhorar o nosso impacto climático. Mantemos o nosso interesse em abordar os impactos sociais e de governança da nossa atividade, auscultando e envolvendo as nossas partes interessadas.

Vamos continuar a dar uma contribuição real para a vida das pessoas que servimos, reforçando a importância da sustentabilidade na nossa estratégia corporativa e como parte integrante do nosso desempenho operacional. Este é o caminho que quere-

mos continuar a trilhar, intensificando ainda mais os esforços em todas as áreas de intervenção da Misericórdia do Porto.

Na data em que escrevo esta mensagem, completamos um ano de pandemia... este tempo revelou as nossas capacidades para mudar os nossos hábitos, mais rapidamente do que alguma vez poderíamos imaginar.

E é precisamente assim que nos devemos manter, continuar com esta determinação coletiva para, agora mais do que nunca, aplicá-la aos maiores desafios que a nossa sociedade enfrenta e enfrentará.

O desafio que agora urge é, regra geral, estabelecer a normalidade, colocando novamente as pessoas de volta ao trabalho, tomando as medidas necessárias para planear uma nova realidade e reunir condições para consertar a economia.

Gostaria de terminar esta mensagem com um voto de gratidão a todos os colaboradores da Misericórdia do Porto pela dedicação e empenho, resistindo a todas as adversidades para servir os nossos utentes, pacientes e comunidade num ano que se revelou particularmente penoso.

O Provedor



António Manuel Lopes Tavares

00.3. Sobre este relatório

102-46 | 102-47 | 102-48 | 102-49 | 102-50 | 102-52

Visão geral do tópico

Tendo a transparência como objetivo principal, este relatório concentra-se nos principais desafios e oportunidades que enfrentamos durante 2020 e pretende informar os nossos *stakeholders* sobre o nosso desempenho ambiental, económico e social. Este é o terceiro relatório de sustentabilidade que a Misericórdia apresenta e atende aos requisitos para um relatório não financeiro, conforme definido na Diretiva 2014/95/UE do Parlamento Europeu e no Decreto-Lei n.º 89/2017 de 28 de julho. A tabela geral dos indicadores GRI fornece uma visão geral do conteúdo relevante e pode ser consultada em anexo a este documento.

O relatório de sustentabilidade de 2020 foi preparado de acordo com os padrões da Iniciativa Global de Reporte (GRI - *Global Reporting Initiative*), opção abrangente e será produzido anualmente. Não houve alterações significativas em relação a períodos cobertos por relatórios anteriores na lista dos tópicos identificados.

Quando usamos os termos “Misericórdia do Porto”, “Irmandade de Nossa Senhora da Misericórdia do Porto”, “Santa Casa da Misericórdia do Porto”, “SCMP”, “nós” e ainda “nosso/a” neste documento, referimo-nos unicamente e apenas à mesma entidade - associação de fiéis, constituída na Ordem Jurídica Canónica. A menos que se especifique de outra forma, as informações não financeiras prestadas neste documento são referentes ao ano encerrado de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2020.

Por conveniência, compilamos uma lista de acrónimos e abreviaturas, os quais foram definidos quando utilizados pela primeira vez neste documento.

Lista de acrónimos e abreviaturas:

AG	Artes Gráficas
APA	Agência Portuguesa do Ambiente
AVAC	Aquecimento, Ventilação e Ar Condicionado
BB	Beneméritos e Benfeitores
C	Colaboradores
CAS	Centro de Alojamento Social D. Manuel Martins
CBNS	Colégio Barão de Nova Sintra
CHCF	Centro Hospitalar Conde de Ferreira
CIAD	Centro Integrado de Apoio à Deficiência
CL	Comunidade Local
CMP	Câmara Municipal do Porto
CNSE	Colégio Nossa Senhora da Esperança
CP	Casa da Prelada
CPAC	Centro Professor Albuquerque e Castro
CPC	Conselho de Prevenção da Corrupção
CR	Casa da Rua- D. Lopo de Almeida
CREST	Centro de Restauro
CSA	Casa de Santo António- Casa Abrigo
CSC	Código das Sociedades Comerciais
DCF	Departamento de Contabilidade e Finanças
DCI	Departamento de Controlo Interno
DGAP	Departamento de Gestão Administrativa e Património
DIS	Departamento de Intervenção Social
DRHFP	Departamento de Recursos Humanos e Formação Profissional
DSI	Departamento de Sistemas de Informação

E	Estado
e-GAR	Guia Eletrónica de Acompanhamento de Resíduos
EPSCB-F	Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo - Feminino
ERPI NSM	Estrutura Residencial para Pessoas Idosas N.ª Sr.ª Misericórdia
ERPI PL	Estrutura Residencial para Pessoas Idosas Pereira de Lima
ERPI SL	Estrutura Residencial para Pessoas Idosas São Lázaro
EST	Estaleiro
FP	Fornecedores e Parceiros
FRD	Folhas de Registo de Dados
GAI	Gabinete de Auditoria Interna
GAJC	Gabinete de Assuntos Jurídico e Contencioso
GAP	Gabinete de Apoio à Provedoria
GMC	Gabinete de Marketing e Comunicação
GRC	Gestão do Risco e Controlo
GRI	<i>Global Reporting Initiative</i>
GT	Gestão de Topo
HP	Hospital da Prelada
I	Irmãos
IEFP	Instituto do Emprego e Formação Profissional
LT	Litros
MCDTs	Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica
MFR	Medicina Física e Reabilitação
MMIPO	Museu e Igreja da Misericórdia do Porto
NA	Não Aplicável
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
OS	Órgãos Sociais
PAM	Parque Avides Moreira
PERSU	Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos
PGR	Programa de gestão de resíduos
PNGR	Plano Nacional de Gestão de Resíduos
PP	Parque da Prelada
RCD	Resíduos de construção e demolição
REEE	Resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos
REN	Redes Energéticas Nacionais
RH	Resíduos hospitalares
s.d.	Sem dados
SAC	Serviço de Apoio ao Cliente
SCMP	Santa Casa da Misericórdia do Porto
SIAC	Serviço de Intervenção Ambiental Customizado
SNS	Serviço Nacional de Saúde
SPeC	Serviços Partilhados e Corporativos
SRC	Segurança, Risco e Compliance
T	Tonelada
U.I.	Unidades de Instalação
UCB	Utentes, Clientes e Beneficiários
UO/US	Unidades Operacionais/ Unidades Operacionais de Saúde
V	Voluntários

Seleção dos tópicos

16

Na SCMP avaliamos regularmente as preocupações e expectativas das partes interessadas, bem como a lista de tópicos que acreditamos apresentar os maiores riscos e oportunidades para a SCMP.

O processo de seleção dos tópicos identifica os temas de sustentabilidade que foram mais relevantes para a Misericórdia do Porto e para os seus *stakeholders* ou os assuntos que tiveram maior destaque em 2020.

O DCI é o departamento responsável por este processo, envolvendo as várias áreas de intervenção da SCMP para identificar as preocupações específicas sobre a nossa atividade e o seu impacto em relação ao meio ambiente e à sociedade que atende. Temos em consideração as opiniões dos nossos *stakeholders* (colaboradores, irmãos, clientes, beneficiários, parceiros, fornecedores, entidades governamentais e reguladoras, organizações da economia social e sociedade em geral), reunindo opiniões e conselhos de várias maneiras, incluindo reuniões formais e informais, pesquisas, entre outros.



Definimos um processo estruturado para selecionar o conteúdo do relatório que envolve as seguintes quatro etapas:

1) Pesquisa e seleção de tópicos



- Base para a seleção de tópicos:
 - > Global Reporting Initiative (GRI)
 - > Pacto Global da ONU
 - > ISO 26000
 - > Documentos institucionais
 - > Valores, missão e estratégia da instituição
 - > Portefólio de serviços
 - > Envolvimento contínuo com os *stakeholders* através dos diferentes modos

2) Preparação da avaliação da materialidade



- Combinação dos tópicos das várias estruturas base e integração nos diferentes âmbitos:
 - > Ambiental
 - > Social
 - > Económico
 - > Governança Corporativa
 - > Definição do propósito da avaliação da materialidade através de:
 - Avaliação do risco
 - Avaliações de impacto

3) Validação dos tópicos



- Validação dos tópicos pela direção do DCI para garantir que a cobertura é relevante, completa e comparável
- Envolvimento com as áreas de intervenção da SCMP para validar as opiniões e tópicos selecionados

4) Implementação da avaliação da materialidade



- Avaliação da materialidade sob a forma de questionário online pelos principais *stakeholders*
- Desenvolvimento da matriz da materialidade personalizada de acordo com a priorização de tópicos materiais relevantes para a Instituição e principais *stakeholders*
- Desenvolvimento dos tópicos considerados mais relevantes

Figura 1 Processo de seleção de tópicos e conteúdos para o relatório

Este relatório classifica e desenvolve os tópicos que consistentemente foram considerados mais relevantes para a Misericórdia do Porto em 2020, sendo eles:

- Biodiversidade
- Mitigação e adaptação às mudanças climáticas
- Ética e anticorrupção
- Emprego
- Saúde e segurança ocupacional
- Relações de gestão/trabalho
- Desempenho económico
- Consumo de energia
- Consumo de água
- Gestão de resíduos

A análise da materialidade permite-nos identificar onde podemos fornecer mais valor, conduzir a nossa estratégia, alocar esforços e recursos e direcionar os nossos relatórios.

Revisão dos tópicos

Toda a informação apresentada neste relatório tem a participação e validação das diferentes áreas de intervenção da SCMP. Para garantir uma abordagem integrada e holística, foi nomeado um responsável de cada área, o qual faz parte da direção ou articula diretamente com esta para análise e validação da informação a constar no relatório.

Referir apenas que, pela diversidade destas áreas de atuação, todas elas de crucial importância para o negócio e sociedade que atende, divulgamos as nossas informações não financeiras mais abrangentes que cobrem os diferentes âmbitos da sustentabilidade e que foram considerados relevantes na nossa avaliação da materialidade. Por este motivo, não foram incluídos dados não financeiros relativos às atividades da área do Culto e da Justiça.

Contudo, realçamos a importância do contributo destas áreas para o cumprimento dos objetivos de desenvolvimento sustentável, particularmente na promoção de: inclusão social, laboral, económica e política de todos (ODS 10); diversidade social das cidades como forma de proteger e salvaguardar o património cultural humano (ODS 11) e, ainda, sociedades pacíficas e inclusivas, proporcionando o acesso à justiça para todos e na construção de instituições

eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis (ODS 16).

Este relatório apresenta tópicos significativos identificados pela SCMP, desempenho, riscos e oportunidades relacionados às suas áreas e como os mesmos são geridos, os quais formam a base para a criação de valor de longo prazo da SCMP, concentrando-se nas seguintes áreas de intervenção:

Cultura	MMIPO
	Casa da Prelada
	DCF
	DCI
SPEC	DGAP
	DRHFP
	DSI
	GAJC
	GMC
Saúde	Hospital da Prelada
	Centro Hospitalar Conde Ferreira
Social	DIS
Desenvolvimento Agrícola	Quinta D'Alva

O relatório de sustentabilidade da Misericórdia do Porto foi sujeito a uma revisão pelos elementos da equipa da área de Gestão do Risco e Controlo do DCI e validação pela respetiva direção que articula diretamente com a Comissão Executiva a aprovação deste relatório para publicação. Após aprovação final, a edição da imagem e paginação do mesmo é efetuada pelo Gabinete de Marketing e Comunicação (GMC) da Misericórdia do Porto. Este processo fortalece o nosso relatório de sustentabilidade e garante a sua qualidade e credibilidade.

Ciclo da elaboração dos nossos relatórios de sustentabilidade:

01

Recolha de dados



02

Tratamento dos dados



03

Validação dos dados



04

Publicação do Relatório

Figura 2 Ciclo de elaboração do relatório de sustentabilidade

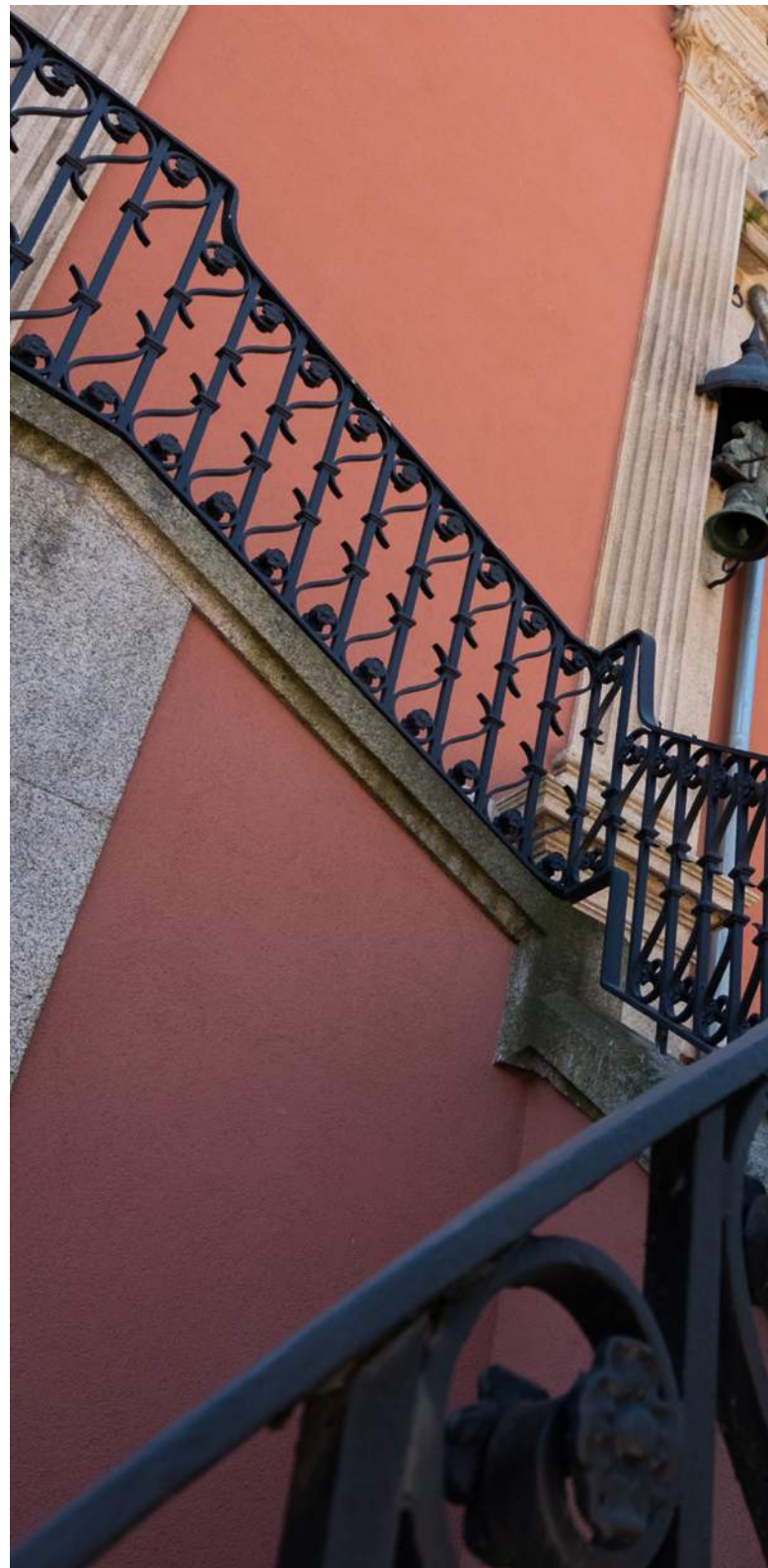
Sempre que necessário e especificado, serão ainda referidos outros Relatórios de Sustentabilidade da SCMP (2018 e 2019), o Plano de Atividades e Orçamento 2021 e o Relatório de Gestão e Contas de 2020, bem como outros documentos públicos disponíveis no website da Misericórdia do Porto, com hiperligações incluídas nos mesmos de forma a facilitar o acesso direto ao seu conteúdo.

Continuaremos empenhados em melhorar os nossos relatórios, partilhando a nossa jornada de sustentabilidade e envolvendo os nossos *stakeholders*, auscultando as suas preocupações e interesses para continuarmos a servir o próximo.

Qualquer exposição de qualquer dúvida ou feedback sobre este relatório ou sustentabilidade, comunicar para o email sustentabilidade@scmp.pt ou para o seguinte endereço:

Misericórdia do Porto

SPeC - Serviços Partilhados e Corporativos
Rua Joaquim de Vasconcelos, n.º 79
4050-311 Porto, Portugal
Telefone: +351 220 924 422







01. Governança Corporativa

01.1. Perfil Organizacional

102-1 | 102-2 | 102-3 | 102-4 | 102-5 | 102-6 | 102-7 | 102-8 | 102-9 | 102-10 | 102-11 | 102-12 | 102-13

A Misericórdia do Porto

102-1 | 102-2 | 102-5

A Misericórdia do Porto, a exemplo de outras Misericórdias Portuguesas, ocupa um papel primordial no esforço global para erradicar a pobreza extrema, impulsionar a prosperidade compartilhada e reduzir as desigualdades sociais. A luta contra a pobreza e desigualdades sociais não advém apenas da sua responsabilidade social em virtude do seu mandato histórico, mas também das realidades muito atuais com que lida diariamente.

Fundada na Ordem Jurídica Canónica sob a convicção da rainha D. Leonor, no século XV, a Misericórdia do Porto assume-se como uma associação de fiéis que mantém como seu objetivo primordial a satisfação de carências sociais e a prática de atos de culto católico, em harmonia com o espírito tradicional, enformado pelos princípios da doutrina e moral cristãs². (102-1)

Por ordem Jurídica Canónica, a Misericórdia do Porto encontra-se sujeita ao regime especial decorrente do Compromisso celebrado entre a Conferência Episcopal Portuguesa e a União das Misericórdias Portuguesas³ ou de documento bilateral que o substitua, o qual consubstancia o Decreto Geral Interpretativo da Conferência Episcopal Portuguesa, da mesma data.

É também reconhecida a sua personalidade jurídica civil, com estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social, sendo considerada uma entidade da economia social, nos termos da respetiva Lei de Bases e natureza de Pessoa Coletiva de Utilidade Pública.

Para dar cumprimento ao seu objetivo primordial, a Misericórdia do Porto rege a sua atividade com base nos princípios das 14 Obras de Misericórdia. As Obras de Misericórdia (7 Corporais e 7 Espirituais) fazem parte dos ensinamentos de Jesus e são um modelo de orientação na sua ação para socorrer o próximo nas suas necessidades corporais ou espirituais. (102-2)

Neste sentido, a Misericórdia do Porto continua a desenvolver atividades que constam do seu Compromisso, bem como outras consideradas convenientes para concretização da sua missão.

A ação da Misericórdia do Porto abrange diferentes áreas com diferentes propósitos:

SAÚDE

- Promoção da saúde, prevenção da doença e prestação de cuidados na perspetiva curativa, de reabilitação e reintegração, designadamente através da criação, exploração e manutenção de hospitais, unidades de cuidados continuados e paliativos, serviços de diagnóstico e terapêutica, cuidados primários de saúde e tratamentos de doenças do foro mental ou psiquiátrico e de demências, bem como aquisição e fornecimento de medicamentos e assistência medicamentosa

SOCIAL, MULHER E JUVENTUDE

- Apoio à infância e juventude, designadamente a crianças e jovens em perigo
- Apoio às pessoas idosas, às pessoas com deficiência e incapacidade, às pessoas em situação de necessidade ou de dependência, sem-abrigo e às vítimas de violência doméstica
- Apoio à família e comunidade em geral
- Apoio à integração social e comunitária
- Habitação e turismo social
- Educação, Ensino Especial e Apoio à Deficiência
- Promoção da educação, da formação profissional e da igualdade de homens e mulheres

2 - Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora da Misericórdia do Porto, Capítulo I, artigo n.º 1 (2017).

3 - Conferência Episcopal Portuguesa e a União das Misericórdias Portuguesas, 2 de maio de 2011.

DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA E AMBIENTE

- Atividade agrícola, gestão de recursos naturais, exploração de recursos cinegéticos e gestão de zonas de caça

CULTO, ARTES E CULTURA

- Salvaguarda e defesa do património cultural e artístico, material e imaterial, religioso ou não, nomeadamente o seu museu, biblioteca e arquivo

JUSTIÇA

- Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo - Feminino

EMPREENDEDORISMO

- Empreendedorismo e outras respostas e serviços enquadráveis no âmbito da economia social, desde que contribuam para a efetivação dos direitos sociais dos cidadãos e para a sustentabilidade da Instituição

Onde estamos?

102-3 | 102-4 | 102-6 | 102-7

A Misericórdia do Porto, constituída por tempo ilimitado, tem a sua sede nos Serviços Partilhados e Corporativos, sito na rua Joaquim Vasconcelos, 79, 4050-311 Porto, Portugal. Compreende um vasto conjunto de Unidades Operacionais (UO) que permitem aos seus colaboradores as condições e recursos necessários para desempenhar as suas funções em segurança para cumprimento da missão institucional.

Em 2020, a Misericórdia do Porto continuou a desenvolver a maior parte das suas operações na área do grande Porto, de onde são oriundos os seus clientes/utentes e onde está localizada a maior parte dos seus estabelecimentos. A sua atividade alarga-se também para as cidades limítrofes de Vila Nova de Gaia e Matosinhos. Em menor escala, a área de desenvolvimento agrícola é praticada no distrito da Guarda, no concelho de Figueira de Castelo Rodrigo (Escalhão - Barca D'Alva).

A atividade da Misericórdia do Porto pode, também, estender-se a todo o território nacional, sem prejuízo das suas projeções e dos seus reflexos no estrangeiro, no respeito e no desenvolvimento da sua tradição histórica e em harmonia com as disposições legais aplicáveis.

Durante 2020, não sofremos qualquer alteração nas nossas estruturas. Contudo, dada a conjuntura pandémica e, na necessidade de cumprir com a legislação laboral dita de emergência, relativa aos sucessivos estados de emergência, aliamos o uso das tecnologias de informação e de comunicação, implementando novas modalidades de trabalho atípicas que permitiram a parte dos nossos colaboradores executarem as suas atividades à distância.

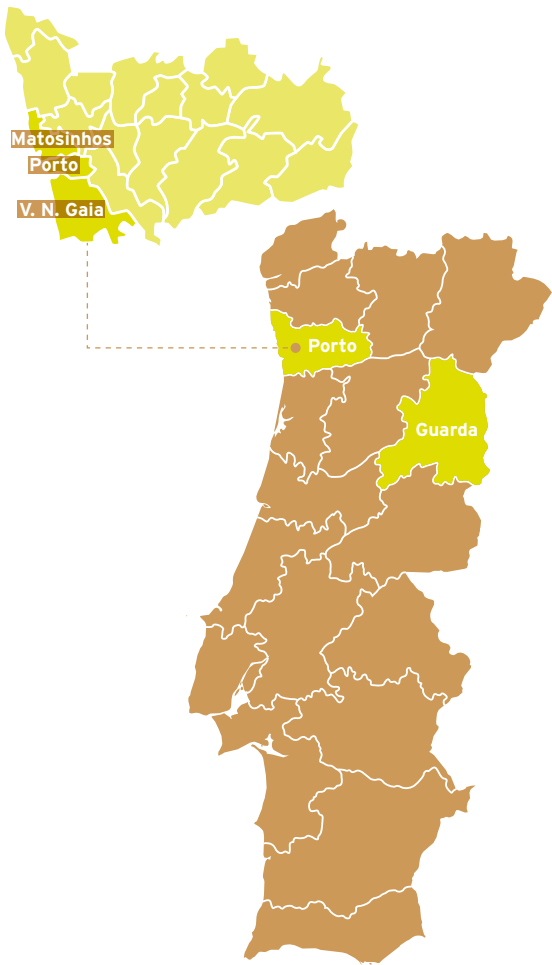


Figura 3 Mapa da localização das nossas operações

Tendo em conta as nossas áreas de atuação e a aposta diversificada em desenvolver serviços que atendam às várias necessidades das pessoas que servimos, identificaram-se 35 operações principais as quais, a fim de reportar adequadamente do ponto de vista das divulgações exigidas pelas normas GRI, foram sujeitas a critérios de racionalização para as abordar, nomeadamente:

- Disponibilização dos dados de reporte
- Operações com destaque em 2020 pela valorização social e ambiental

Operações identificadas por área de atuação:

Ambiente	
1	Parque da Prelada
2	Parque José Avides Moreira
Ensino Especial e Apoio à Deficiência	
3	Centro Integrado de Apoio à Deficiência
4	Centro Professor Albuquerque e Castro
Artes e Cultura	
5	Arquivo Intermédio
6	Biblioteca do Centro Hospitalar Conde de Ferreira
7	Centro Cultural D. Francisco de Noronha e Menezes - Casa da Prelada
8	MMIPO - Museu e Igreja da Misericórdia do Porto
Culto	
9	Gabinete Religioso e Culto
10	Igreja Privativa
11	Cemitério Privado
12	Igreja Nossa Senhora da Esperança
Desenvolvimento Agrícola	
13	Quinta D'Alva

Educação	
14	Colégio de Nossa Senhora da Esperança
Justiça	
15	Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo - Feminino
Saúde	
16	Hospital da Prelada Dr. Domingos Braga da Cruz
17	Centro Hospitalar Conde de Ferreira
Social, Mulher e Juventude	
18	Estrutura Residencial para Pessoas Idosas Nossa Senhora da Misericórdia
19	Estrutura Residencial para Pessoas Idosas Pereira de Lima
20	Estrutura Residencial para Pessoas Idosas São Lázaro
21	Serviço de Apoio Domiciliário
22	Projeto Chave de Afetos
23	Projeto Humaniza (serviço de apoio a pessoas em cuidados paliativos)
24	Projeto Lifana (Lifelong Food and Nutrition Assistance Package)
25	Casa de Acolhimento Residencial (CBNS) para crianças e jovens
26	Casa de Autonomia
27	Casa de Santo António - Casa Abrigo para Mulheres
28	Centro de Alojamento Social D. Manuel Martins
29	Comunidade de Inserção - Casa da Rua D. Lopo de Almeida
30	Projeto Plataforma + Emprego
31	Projeto Incorpora
32	Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social
33	Atendimento tradicional
34	UNISA

Principais destaques 2020

24

Governança Corporativa	
522	Anos
1300	Colaboradores
	74% Feminino
81%	% Contratos sem termo
	Saúde
	Social, Mulher e Juventude
	Educação, Ensino Especial e Apoio à Deficiência
Áreas de atuação:	Desenvolvimento Agrícola e Ambiente
	Culto, Artes e Cultura
	Justiça
	Empreendedorismo
115	Novas contratações
Património	82 contratos celebrados
Principais ações	Política de prevenção e resposta à doença pelo novo coronavírus (COVID-19), 2020
	Avaliação inicial do impacto da COVID-19 na Misericórdia do Porto, 2020
	Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (2021)
	Criação da Comissão Permanente de Apoio à Crise

Ambiental	
Consumo anual de energia	63926 GJ
Consumo de água	141324 m³
Emissões Anuais de GEE	3931 tCO2e
Produção anual de resíduos	407 t
Económico	
Valor económico distribuído	58.057.889,99 €
Valor económico gerado	55.882.462,00 €
Retido	-2.175.427,99 €
Fornecimentos e Serviços Externos	15.615.798,09 €
Social	
Públicos vulneráveis	25875
Crianças e Jovens	33
Pessoas Idosas	239
Pessoas com Deficiência	222
Voluntários	98
Cabazes distribuidos	112
Projetos sociais	9
Agregados familiares em acompanhamento	841
Saúde	79523 Consultas
	10867 Cirurgias

Os nossos serviços:

Artes e Cultura

A cultura é a força vital de uma sociedade vibrante! Representa muito a identidade de um povo, de um país. É a forma através da qual expressamos as nossas histórias, celebrações, memórias, diversões e, permite-nos ainda imaginar o futuro.

Para além do seu valor intrínseco, a cultura oferece importantes benefícios sociais e económicos. Com melhor aprendizagem e saúde, maior tolerância e oportunidades de nos reunirmos com outras pessoas, a cultura melhora a nossa qualidade de vida e aumenta o bem-estar geral dos indivíduos e comunidades.

Já conhecemos as consequências que a pandemia COVID-19 causou nos sistemas de saúde e econo-

mias em todo o mundo. A crise global de saúde e a incerteza resultante dela tiveram um impacto repentino e substancial em todos os setores, sendo mais notório no setor de artes e cultura, afetando profundamente as operações das organizações e os indivíduos deste setor.

Na Misericórdia do Porto sentimos este impacto. Tentamos manter a missão da área da cultura em fornecer acesso ao património cultural à comunidade, mantendo a segurança dos nossos colaboradores, das coleções e do público, reagindo à mudança inesperada na nossa forma de atuação com um futuro cheio de incertezas.

Dedicamos por isso, este espaço a esta área por considerarmos que a cultura, as artes e o património devem ter um papel mais proeminente no “novo normal”, à medida que o mundo avança para a recuperação da pandemia.



MMIPO Sustentável

O compromisso do MMIPO com os objetivos das Nações Unidas para o desenvolvimento sustentável, será pela via das boas práticas no seu funcionamento e pela consciencialização ambiental junto dos públicos, como mediadores pedagógicos para o desenvolvimento de comportamentos e de atitudes responsáveis. Desta forma construirá conhecimento e alteração de comportamento.

Os museus são vistos pelos públicos e pelos parceiros como instituições de excelência e fiabilidade, uma entidade potenciadora de causas universais. Este capital de seriedade e de rigor científico deve ser promovido e preservado, devendo o museu em todas as suas dinâmicas dar o exemplo de ética, ponderação e transparência, quer a nível dos procedimentos administrativos, quer no que toca à gestão de coleções e às atividades que promovem ou acolhem.

O MMIPO é um espaço aberto ao público que fará uma gestão que englobe as vertentes ambientais, sociais, económicas e culturais.

Programa integrado

Na busca de fontes de financiamento deve recordar-se que, além da missão clássica de museu, espera-se cada vez mais que os museus desempenhem múltiplas funções e que contribuam para a concretização de objetivos de políticas que não são estritamente do domínio da cultura. O museu deve intervir na área da educação, da investigação, da integração social, da coesão territorial, do desenvolvimento sustentável, da igualdade e diversidade, da criatividade e do empreendedorismo. O apoio financeiro pode provir de parcerias de projetos das áreas supra designadas.

Gestão

Projetar o futuro sustentável do MMIPO exige repensar a sua missão e os seus objetivos estratégicos. O modelo de gestão consistirá em identificar meios, recursos e agentes, e estabelecer uma organização interna com base no reconhecimento do ambiente externo, para a realização de objetivos e de funções

internacionalmente consagradas e para os objetivos da política cultural da SCMP.

Nesta fase excecional, houve a necessidade de implementar cuidados de higiene e de segurança sanitária, suscitados pela Covid-19, determinadas pelas autoridades de saúde. Destaca-se a importância do selo *Clean & Safe*, promovido pelo Turismo de Portugal (reconhecimento do cumprimento dos cuidados sanitários). A confiança e segurança são reconhecidas pelos públicos que motivam (ou podem motivar) visitas repetidas e outros aspetos valorizados socialmente.

Públicos

As projeções do Instituto Nacional de Estatística apontam para a perda da população portuguesa residente, dos atuais 10,3 para valores abaixo dos 10 milhões de habitantes. Isto implica uma crescente diminuição de população jovem e o aumento da população sénior. A Organização das Nações Unidas projeta que em 2030, Portugal seja o país mais envelhecido do mundo.

Com o aumento da esperança média de vida é expectável que o público cultive a formação ao longo da vida, com conhecimentos multifacetados e interesses pessoais diversos. Para o museu, as potencialidades do envelhecimento ativo e o aumento da escolaridade do público sénior, estão direcionadas para atividades diferentes: incidência na saúde mental e uma comunicação mais integrada (física, sensorial, cognitiva).

Haverá sempre o público socialmente mais desfavorecido, cujo alheamento cultural exige programas à medida dos diferentes segmentos sociais.

Nos últimos 10 anos surgiram novos desafios com os movimentos migratórios, nomeadamente com pessoas de nacionalidade brasileira, angolana e cabo-verdiana, entre outras. O museu é chamado a aprofundar as atividades orientadas para a diversificação dos públicos, visando a minoração das desigualdades sociais. Também com o turismo se assistiu a um aumento exponencial da mobilidade humana, constituindo o seu principal público.

Em 2020, entramos numa fase em que é necessária a criação de uma perceção de confiança e de segurança, que é determinante para a retoma da circulação do visitante nacional, bem como do turismo estrangeiro. E para impulsionar a retoma da procura dos equipamentos culturais, importa entender os fatores de diferenciação na captação de públicos, como a diversidade de coleções (exposições temporárias), programas e localizações diferenciadas (como a bem-sucedida iniciativa das Visitas de Autor), que despertem interesse e motivação para visitar o MMIPO como um local seguro de descoberta e de experiência cultural. Na retoma da pandemia, acredita-se que o turismo internacional procure destinos menos massificados e mais autênticos. Mas essencialmente, assiste-se à necessidade duma extrapolação dos limites físicos do museu, com a utilização da rua e locais públicos, com vista a mais experiências presenciais.

A eficácia das ações do MMIPO junto dos públicos não pode ser avaliada apenas na medição do número de visitantes ou nos valores da bilheteira, mas também pelo impacto social, cultural e educativo gerado transversalmente nas pessoas, na comunidade e na sociedade. Apesar de serem receitas dificilmente mensuradas, o impacto do museu na sociedade é evidente, nomeadamente na localidade em que se insere, e constitui um ativo imprescindível para a valorização da história e dos valores da Misericórdia do Porto.

Espera-se que o museu ponha em marcha processos de participação construtiva e coletiva dos públicos na programação, no sentido de uma democratização do acesso à cultura. Aos públicos devem ser proporcionados instrumentos, conteúdos e ambiente de participação, que possam contribuir de forma construtiva, em sintonia com as premissas do museu. Os visitantes procuram vivências complexas e interativas que considerem experiências de descoberta e de aprendizagem.

O MMIPO, como museu da Misericórdia do Porto, deve ser um “embaixador” das relações interpersonais, da cidadania ativa da partilha e da empatia.

Aposta Digital e Mediação

A componente digital faz um eixo transversal a todas as atividades com modelos inovadores de mediação.

A aplicação das tecnologias no museu contribui para a realização das suas funções e áreas de atuação. Também se observa por parte dos públicos maiores expectativas quanto ao seu uso, uma consequência da literacia digital crescente.

As plataformas digitais e dispositivos variados de comunicação potenciam o acesso às coleções e à programação, permitindo modelos abertos e mais ágeis: serviços associados a smartphones (apps e serviços online de aquisição de bilhetes e produtos de loja), operações *blockchain* e *crowdfunding*, digitalização das coleções e políticas de acesso aberto mais flexíveis.

Redes e Parcerias

Prefigura-se a aquisição de novos conhecimentos e de competências na cooperação com outras entidades, tais como outros museus, bibliotecas, universidades e empresas de TI, ao mesmo tempo que se mantêm as articulações entre cultura e ciência, com parcerias nas áreas da investigação e da conservação. Mas extrapolar também as relações óbvias e promover projetos em parceria com entidades como o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, a Secretaria de Estado para a Cidadania e Igualdade, o Alto Comissariado para as Migrações, etc.

Sustentabilidade Ambiental

Os museus têm uma função preservacionista e devem servir de exemplo na utilização de todos os meios técnicos disponíveis nas áreas da eficiência energética e das energias de origem limpas e renováveis, com uma forma eficiente de contribuir para a sustentabilidade do planeta. No entanto, o património necessita de estar acondicionado num ambiente com condições específicas de forma a que a sua preservação e durabilidade se prolonguem. Este aspeto levanta questões de compatibilidade sendo necessário ponderar a sustentabilidade ambiental com os requisitos de conservação das coleções.

Ainda assim, o compromisso com o meio ambiente deve estar presente em todas as tomadas de decisões bem como a sua ampla divulgação na comunidade:

Redução de consumo energético (com uma gestão inteligente da temperatura e da humidade relativa);

- Implementar sistemas de redução ambiental;
- Ser um espaço de produção cultural sustentável;
- Consciencializar o público sobre a sustentabilidade;
- Fomentar a reciclagem e a reutilização de materiais;
- Tirar partido das novas tecnologias e evitar a circulação de papel.

O MMIPO é uma entidade polimorfa e flexível que se adapta às demandas sociais, grupais e individuais, que usa as suas coleções, os seus profissionais e as suas estruturas para respeitar o compromisso social.

É um museu que é sensível ao impacto dos visitantes no meio ambiente, que fará uma gestão das coleções de modo a valorizá-las para as próximas gerações, que contribuirá para a vitalidade social, cultural e económica.

Casa da Prelada e Arquivos da SCMP

Arquivos

Arquivo Intermédio

O Arquivo Intermédio da Misericórdia do Porto é um espaço vocacionado para o acondicionamento, preservação e disponibilização de documentos com menos de 50 anos de produção, com valor administrativo, quer permanente (posteriormente integráveis no Arquivo Histórico), quer temporário (elimináveis passado os prazos estabelecidos).

A valência de Arquivo Intermédio na SCMP foi formalizada em 2019 e é desenvolvida num edifício da Rua da Alegria, o qual foi objeto de obras de recuperação durante 2020.

Guarda-se igualmente documentação proveniente do DRHFP (1915-2013), do DGAP (1863-2017), dos

Colégios N.ª Sr.ª da Esperança (1940-2016) e Barão de Nova Sintra (1933-2016), do Gabinete de Ação Social e Animação (1897-2015), do Instituto Araújo Porto (1893-2008), e de outras UO.

Em 2020 os movimentos mais significativos no Arquivo Intermédio foram os seguintes:

- 311 unidades de instalação manuseadas;
- 92,99 metros lineares de documentos avaliados;
- 57,86 metros lineares de documentos eliminados;
- 35,13 metros lineares de documentos higienizados, descritos arquivisticamente, acondicionados e arquivados.

Continuou a ser assegurada, sempre que necessária, a consulta presencial/requisição de documentação para os serviços produtores.



Arquivo Histórico

Tratamento documental e ampliação de instalações

Em 2020, o Arquivo Histórico guardava cerca de 415 metros lineares de documentação histórica, agora devidamente tratada e inventariada, ou seja, três vezes mais do que a documentação existente até 2013 no Arquivo da Rua das Flores.

Existe ainda alguma documentação por tratar. Mais concretamente documentação avulsa (cerca de 19 metros lineares), e o fundo António Miranda (cerca de 11 metros lineares), ambos instalados na cave da Casa da Prelada (CP), num novo depósito preparado no presente ano.

A metragem dos documentos de conservação permanente atualmente localizados no Arquivo Intermédio e as datas em que os mesmos devem ser transferidos para o Arquivo Histórico pode ser consultada na pág. 92 do Relatório de Gestão e Contas de 2020.

Biblioteca e salas de leitura

O ano foi marcado por uma alteração significativa no modo de funcionamento da biblioteca e salas de leitura da CP. Impulsionada pelas adaptações decorrentes da pandemia, reabrimos em maio (pós confinamento) o serviço de leitura, com novo horário das 9h às 13h, por marcação prévia e com identificação, por parte dos leitores, dos documentos a consultar. Este último aspeto justifica-se pela necessidade de garantir períodos de quarentena aos livros e documentos manuseados, e está muito facilitada pela disponibilização on-line através do AtoM, do inventário em suporte digital.

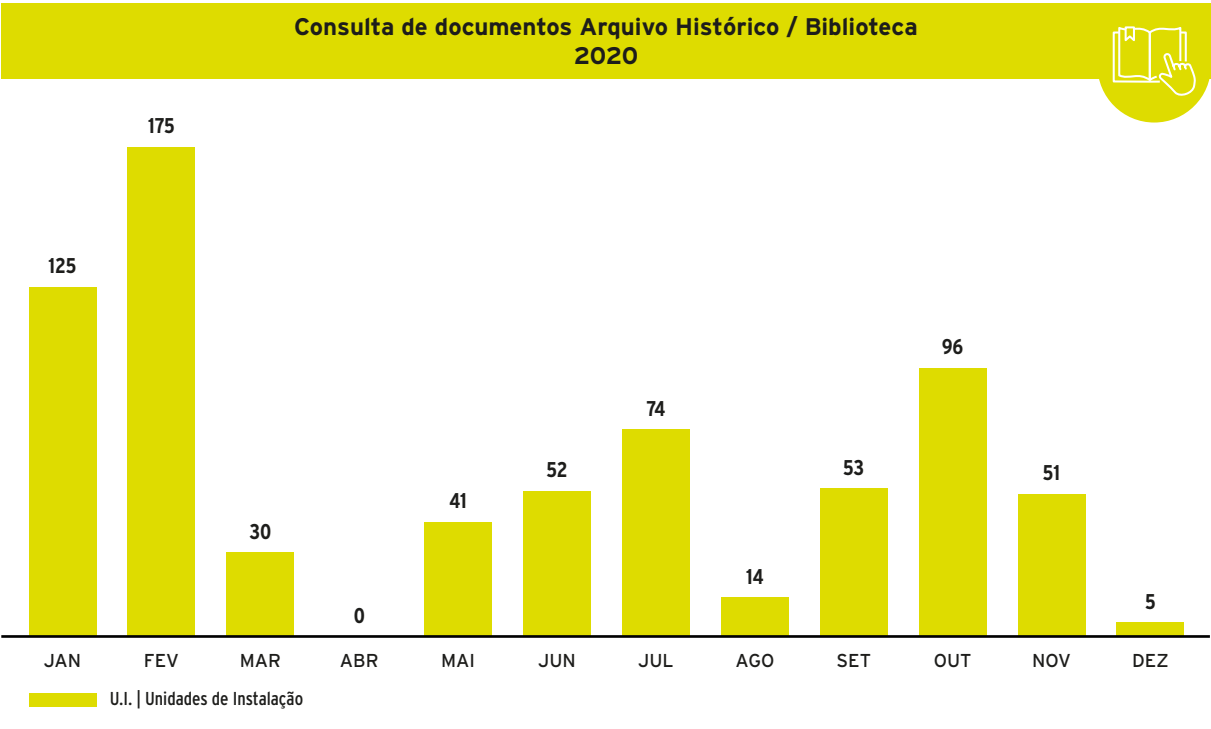


Gráfico 1 Casa da Prelada - consulta de documentos no Arquivo Histórico/Biblioteca

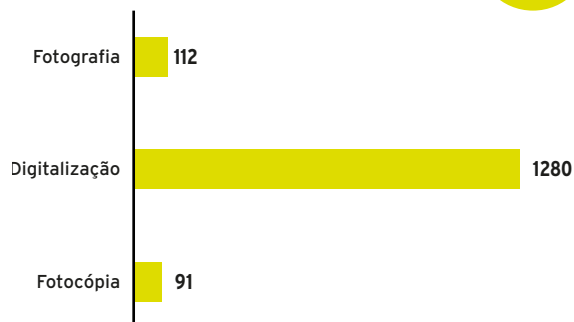
**Reprodução de documentos
2020**

Gráfico 2 Casa da Prelada - Reprodução de documentos

Continuou o esforço de avaliação e seleção de espécies bibliográficas em função do perfil desta biblioteca especializada, acompanhada da respetiva catalogação, mantendo atualizadas as bases de dados existentes. O crescimento da biblioteca da CP faz-se por oferta de publicações e por troca com outras bibliotecas, o que justifica uma atenção redobrada na seleção das espécies. Atualmente a biblioteca tem 4813 livros e revistas, devidamente catalogados e disponíveis para consulta presencial.

Visitas, eventos culturais e cedência de espaços

No geral, as atividades desenvolvidas na CP sofreram alterações devido aos efeitos causados pela pandemia. Espaço aberto à comunidade no acolhimento de visitas e eventos culturais, a CP viu suspensas para 2020 todas essas atividades, pelos motivos referidos.

Assim, os indicadores - de visitantes, atividades e cedências - são radicalmente diferentes dos anos anteriores:

- 0 visitantes ao edifício
- 1098 entradas nos jardins, das quais 8 integradas em 1 visita orientada
- 5 atividades acolhidas, envolvendo 79 participantes
- 1 evento interno
- 18 eventos externos (17 formações), envolvendo 424 presenças

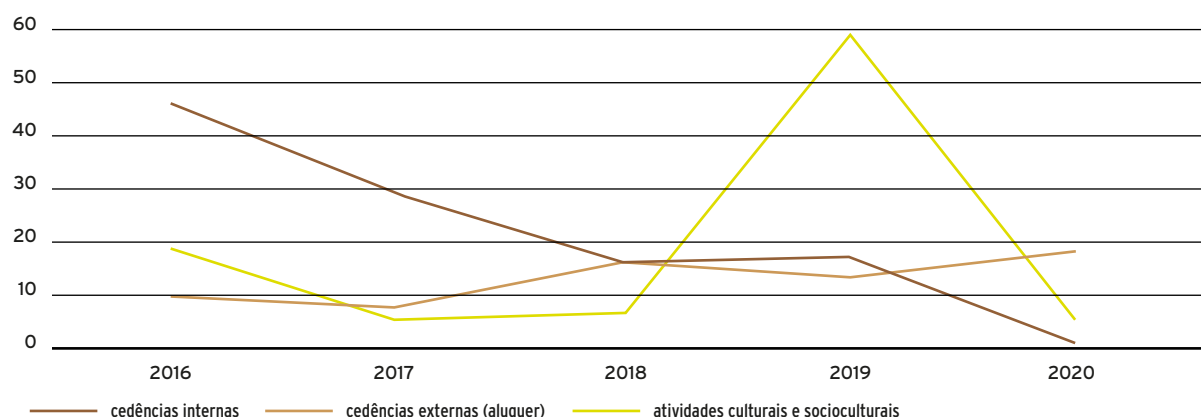
**N.º de eventos
2020**

Gráfico 3 Casa da Prelada - n.º de eventos

Jardins

32

No que respeita ao espaço exterior da CP, são de referir dois aspetos bastante interessantes. A classificação dos jardins da Prelada como Jardim Histórico, reconhecimento da Associação Portuguesa de Jardins Históricos e, por isso, integrados desde maio de 2020 na Rota do Grande Porto.

Esta integração teve desde logo como consequência a participação da SCMP, em agosto, numa série de programas transmitidos na RTP e dedicados ao tema, bem como a participação na exposição Jardins Históricos de Portugal - Memória e Futuro, patente até 21 de março de 2021 na Biblioteca Nacional e integrada na programação Lisboa Capital Verde Europeia.



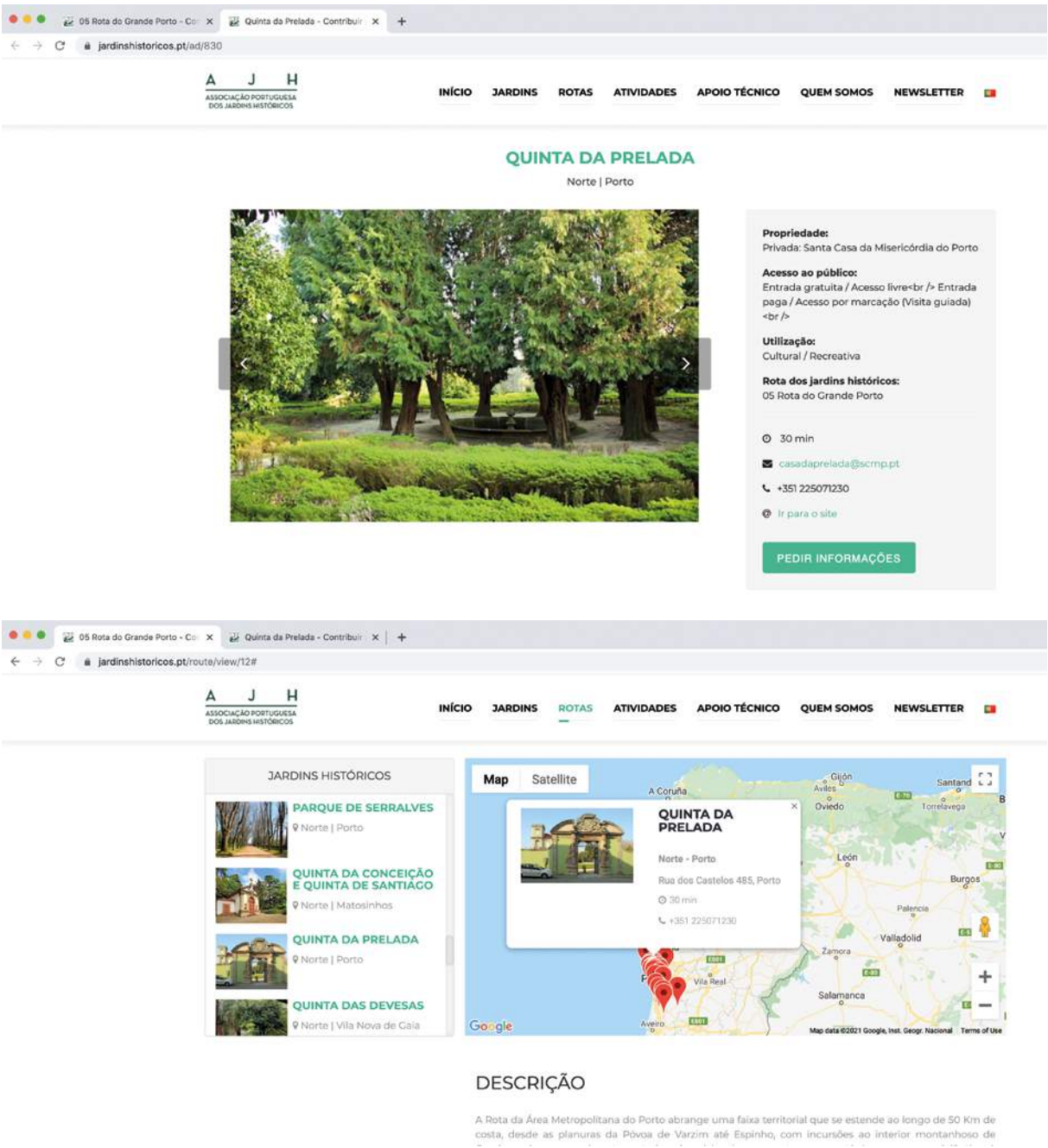


Figura 4: Plataforma online da Associação Portuguesa dos Jardins Históricos

Projetos especiais

No que concerne a projetos especiais, foram desenvolvidos projetos de relevo que visam a promoção da cultura, destacando-se o seguinte:

V Congresso de História da Santa Casa da Misericórdia do Porto

Decorreu nos dias 5, 6 e 7 de março de 2020 o V Congresso de História da SCMP, assinalando os 520 anos da Instituição e subordinado à trilogia temática “Misericórdia, Liberdade, Património”. Como é tradição, os Congressos de História são preparados por um conjunto de colaboradores de diversos setores da SCMP, que mais uma vez sob a direção do Senhor Mesário do Culto e Cultura concretizaram com sucesso esta iniciativa. Ultimam-se os trabalhos da preparação e edição das respetivas Atas.



Figura 5: V Congresso de História 2020

Arquivo do Centro Hospitalar Conde de Ferreira

Foi concluído no mês de dezembro o Tratamento de Massas Documentais Acumuladas no CHCF, trabalho que incidu sobre a documentação produzida desde a fundação daquela Unidade de Saúde. Até ao início do projeto, esta documentação achava-se armazenada, talvez desde as origens, em deficientes condições e em espaços com graves problemas de humidade e de limpeza, situação que foi responsável por considerável quantidade de materiais irrecuperáveis.

Em 2020, por ter sido o ano da materialização do Arquivo do Centro Hospitalar Conde Ferreira, foram manuseados e tratados volumes significativos de documentos, sendo de referir os seguintes:

- 6 839 unidades de instalação manuseadas, com baixas temporais de 1814 a 2020
- 621,55 metros lineares de documentos avaliados
- 292,45 metros lineares de documentos eliminados
- 329,10 metros lineares de documentos higienizados, descritos arquivisticamente, acondicionados e arquivados



Biblioteca do Centro Hospitalar Conde de Ferreira

Tal como previsto no PAO2020, foi dada continuidade ao trabalho de profunda reorganização da Biblioteca do CHCF. O projeto foi iniciado no âmbito de um estágio curricular em biblioteconomia, promovido pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) e realizado por duas estagiárias. Após a sua conclusão, a Misericórdia do Porto, através do DRHFP, apresentou candidatura a dois estágios profissionais no âmbito do Programa Ativar, os quais foram aprovados. Teve início, em setembro de 2020, um período de nove meses de trabalho, que está a permitir a total reorganização deste espaço científico/cultural.

Até 31 de Dezembro de 2020 foram inseridos 7233 registos relativos a publicações existentes nesta biblioteca. É interessante sublinhar que a anterior informação dava conta da existência de apenas 3947 títulos. O espólio é constituído por livros e periódicos nacionais e estrangeiros, sobretudo do início do século XX, adquiridos quando foi constituída a biblioteca como repositório informativo de apoio à atividade clínica e, posteriormente, enriquecida

pela biblioteca de Magalhães de Lemos. Entre eles, algumas perfeitas raridades.

A conceção e coordenação globais, bem como a orientação técnica das duas estagiárias, tem sido assegurada pela CP, tendo-se sempre procurado garantir uma estreita articulação com a Direção da Unidade de Saúde.

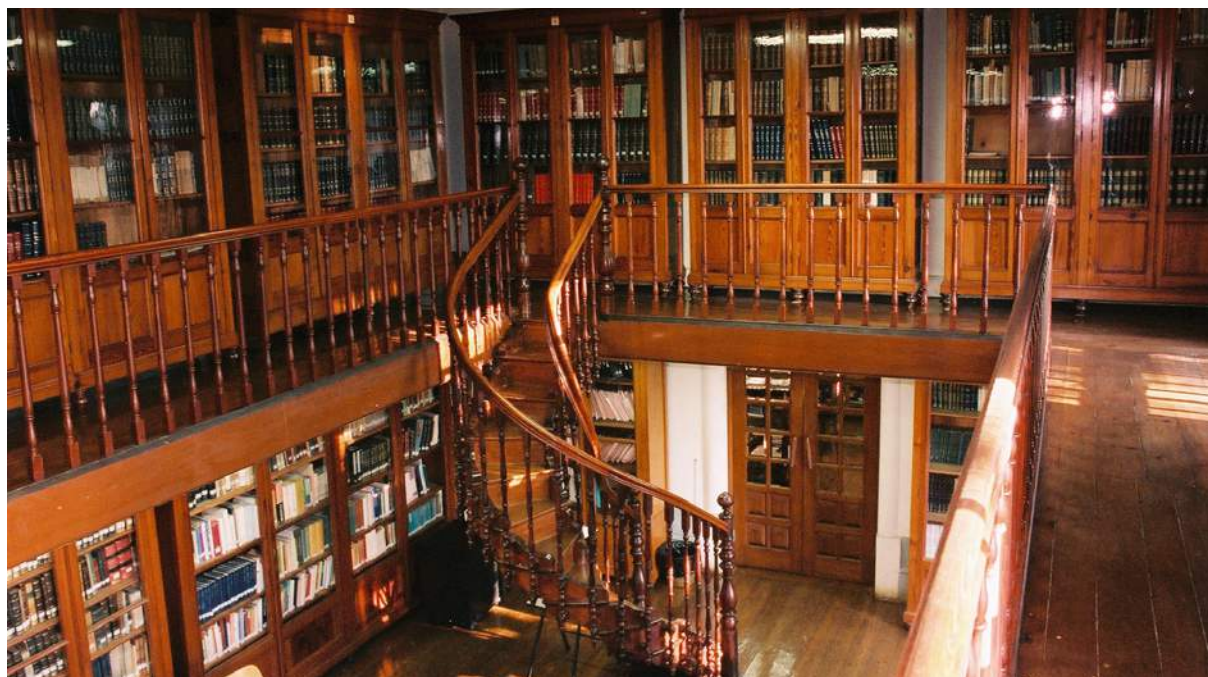


Figura 6: Biblioteca do Centro Hospitalar Conde de Ferreira

Saúde – Unidades Hospitalares: HP e CHCF

A Misericórdia do Porto considera a sustentabilidade em todas as suas áreas de intervenção. No que à área da saúde se refere, dispõe de duas unidades hospitalares, o Centro Hospitalar Conde de Ferreira e o Hospital da Prelada - Dr. Domingos Braga da Cruz, através das quais presta serviços de saúde de qualidade aos seus clientes/utentes.

Numa perspetiva de saúde, a sustentabilidade significa alocar recursos de forma adequada (humanos e materiais) considerando a saúde e o bem-estar dos colaboradores que compõem as nossas equipas e que são, indiscutivelmente, as entidades mais importantes na prestação sustentável de cuidados de saúde.

Neste sentido, as nossas unidades hospitalares têm adotado abordagens inovadoras que demonstram que é possível melhorar a eficiência dispondo dos recursos de forma adequada tanto do ponto de vista dos materiais como dos recursos humanos, mantendo ou melhorando a qualidade do atendimento recebido pelos nossos pacientes.



Em plena pandemia, continuamos a prestar os nossos serviços adaptando-os a uma nova realidade. As duas unidades hospitalares registaram um total de 79523 consultas. Ainda que se tenha observado uma redução face aos valores dos indicadores apresentados em 2019, consideramos positivo tendo em conta as consequências dos confinamentos impostos durante o ano 2020. Assim, apresentamos os indicadores relativos ao nosso desempenho:

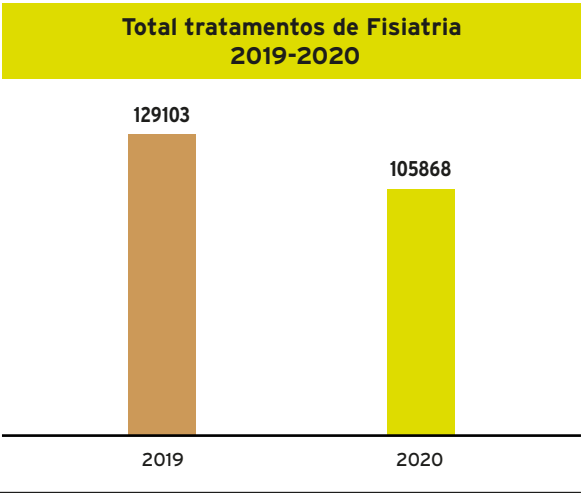
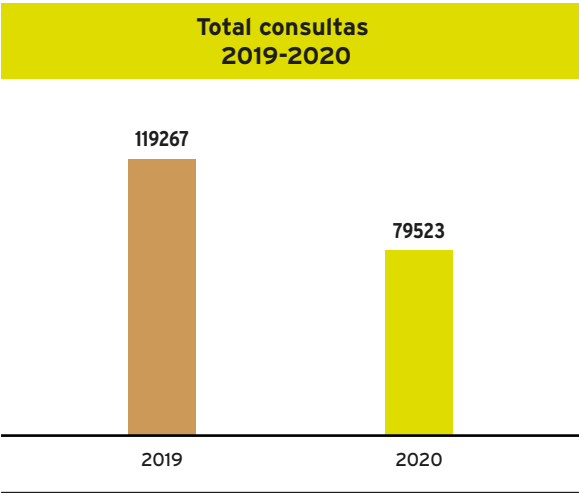


Gráfico 4 Total consultas e tratamentos de fisiatria 2019-2020

No que respeita aos tratamentos de Fisiatria, as duas unidades hospitalares, registaram um total de 105868 tratamentos.

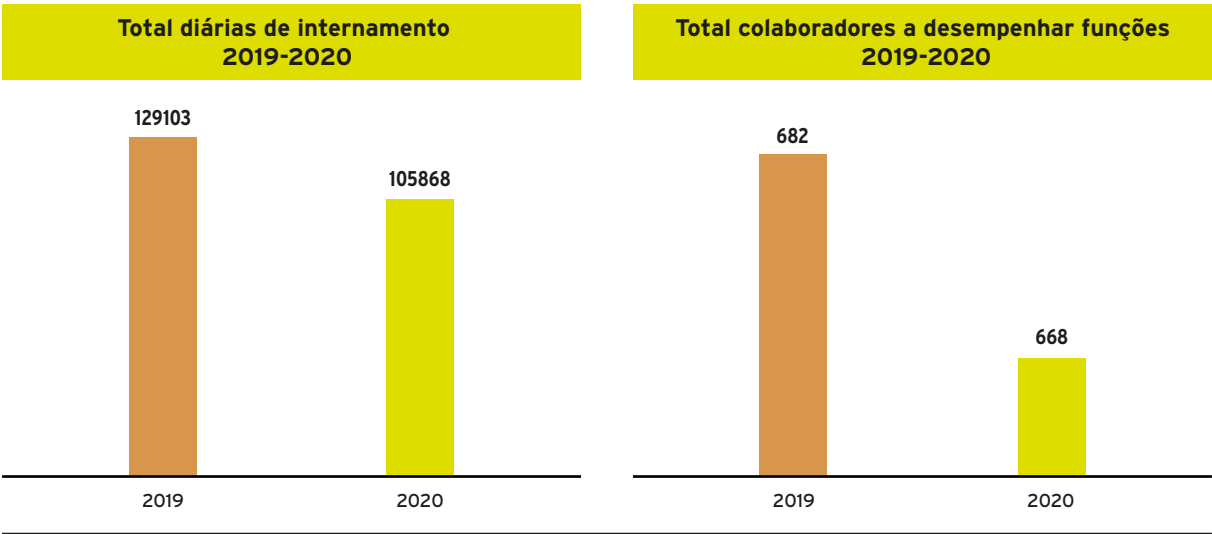


Gráfico 5 Total diárias de internamento e total colaboradores a desempenhar funções no HP

Em 2020, registou-se um total de 105868 diárias de internamento e as duas unidades hospitalares contaram com a participação de 668 colaboradores.

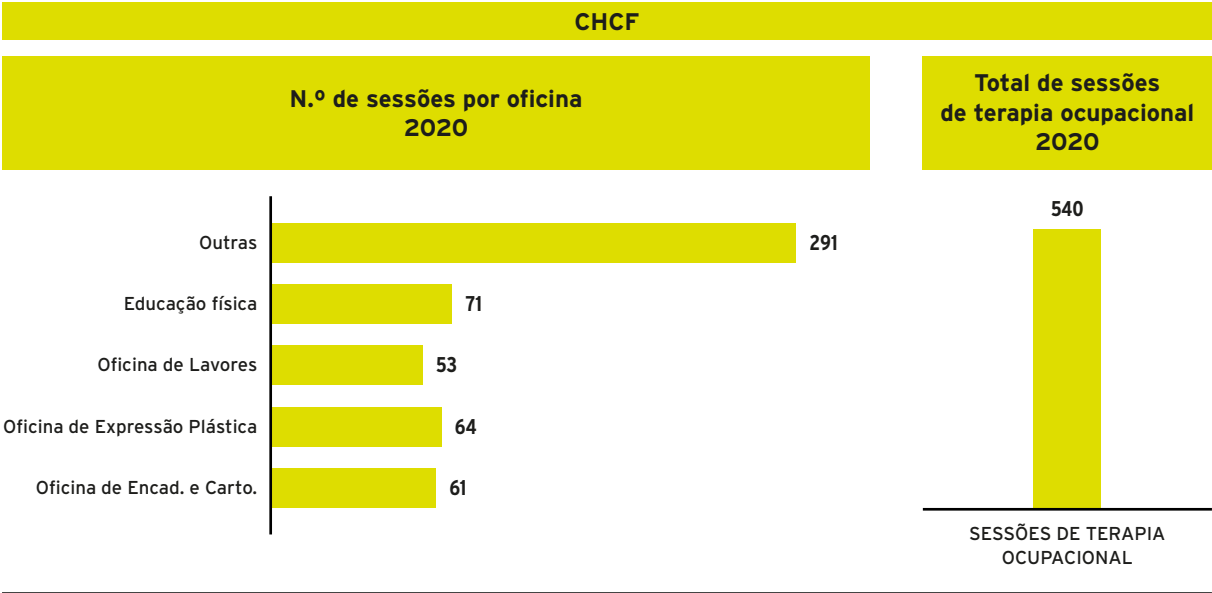


Gráfico 6 CHCF - N.º de sessões por oficinas e total de sessões de terapia ocupacional 2020

No que se refere às sessões das oficinas desenvolvidas no CHCF, foram concretizadas no total 540 sessões de terapia ocupacional, que contaram com a participação de 143 utentes. Estas sessões foram distribuídas da seguinte forma: sessões de educação física (71), oficinas de expressão plástica (64), oficinas de labores (53), oficinas de encadernação e cartografia (61) entre outras.

O CHCF assistiu ainda a uma redução da lotação total face a 2019 (-36), registando 285 doentes em 2020. Esta redução obedeceu às regras definidas no Plano de Contingência COVID-19 CHCF⁴ para dar resposta ao combate da pandemia.

Ainda no que concerne às atividades desenvolvidas no CHCF, foram realizadas no total de 7 perícias forenses, bem como 32 utentes frequentaram o Centro de Dia de Alzheimer.

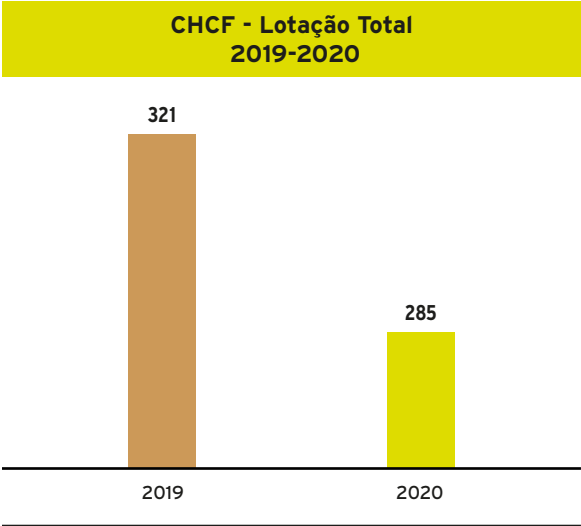


Gráfico 7 CHCF - Lotação Total 2019 - 2020



4 - Plano de Contingência COVID-19 do CHCF, versão 2.0 (novembro, 2020)³ - Conferência Episcopal Portuguesa e a União das Misericórdias Portuguesas, 2 de maio de 2011.

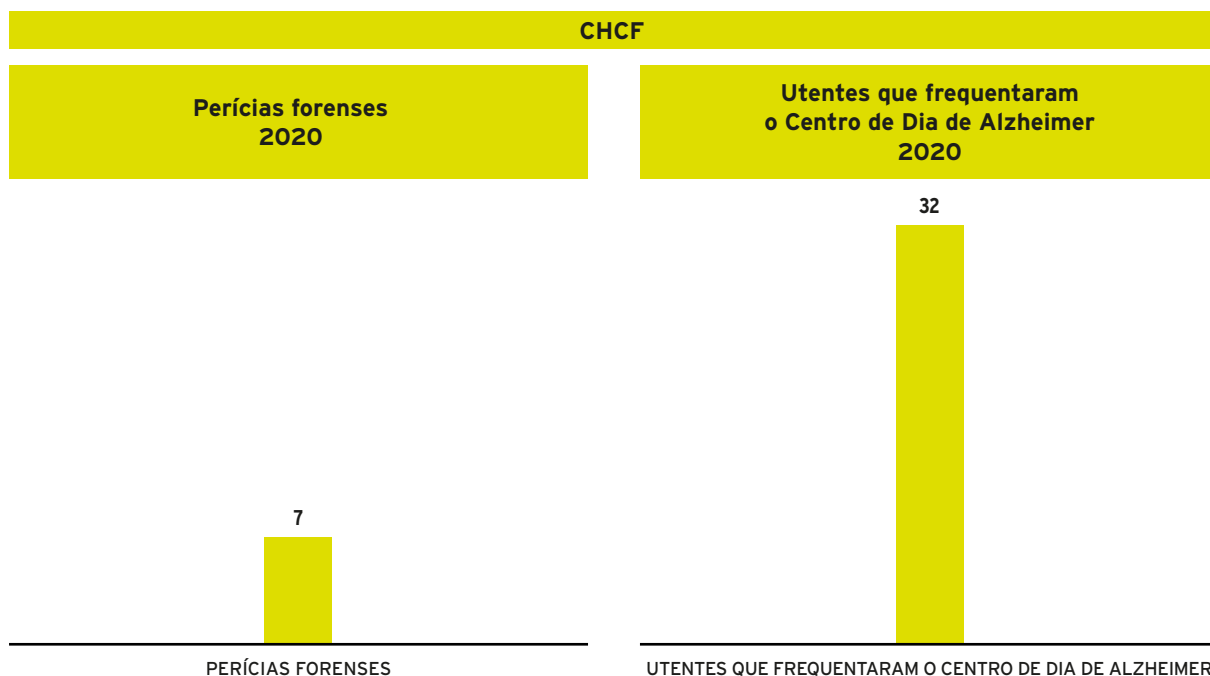


Gráfico 8 CHCF - Perícias forenses e Utentes que frequentaram o Centro de Dia de Alzheimer

Também o HP registou uma diminuição de 7055 MCDT's face a 2019, contabilizando um total de 173351 MCDT's em 2020. Verificou-se a mesma situação em relação ao número de cirurgias realizadas, tendo sido registadas 10867 cirurgias em 2020, um valor inferior comparativamente a 2019 (menos 2465 cirurgias).

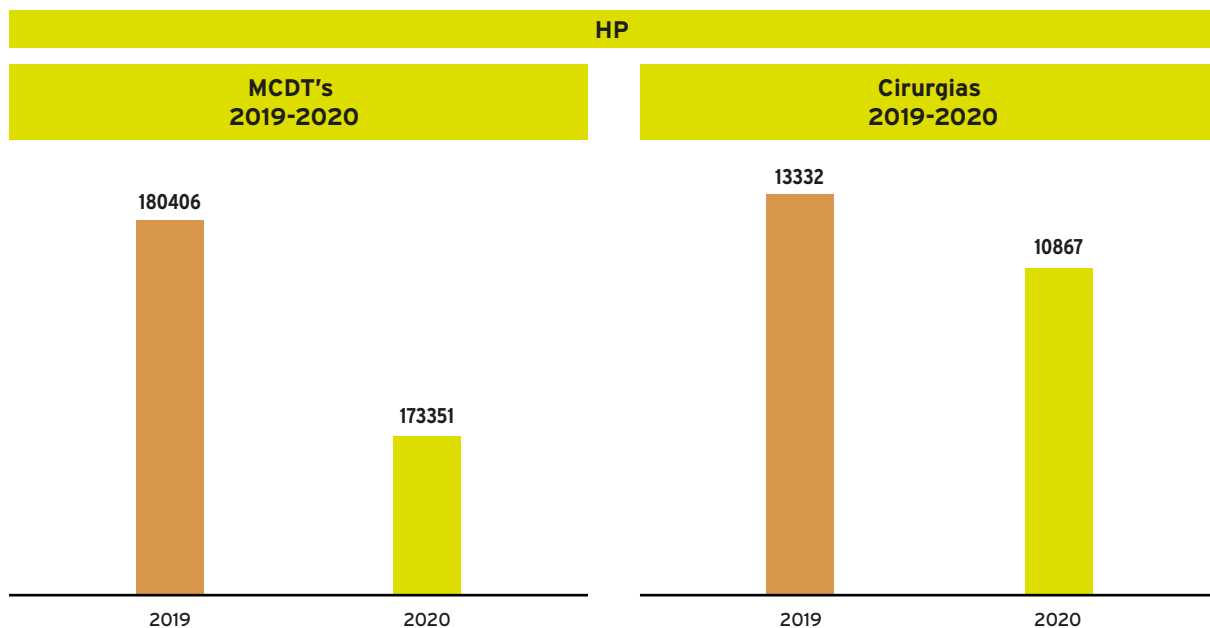


Gráfico 9 HP - MCDT's e Cirurgias 2019-2020

Ação Social

40

A Ação Social constitui a área de intervenção estratégica e prioritária da Misericórdia do Porto. Em 2020, foi fundamental fortalecer ainda mais a nossa ação tendo em conta as consequências da pandemia da COVID-19. Temos a consciência que é importante continuar a tomar medidas que promovam o bem-estar dos estratos sociais mais desfavorecidos, promovendo a coesão social.

Cuidar dos vulneráveis, idosos e deficientes continua a ser uma das tarefas mais importantes para o cumprimento da nossa missão. A dimensão social está fortemente ancorada na cultura corporativa da

Misericórdia do Porto que visa a promoção do bem-estar biopsicossocial e económico das pessoas que atende. Para tal, recorremos a técnicas de intervenção social e abordagens inovadoras que permitem uma melhor organização, disponibilização e mobilização de serviços e recursos que promovem o desenvolvimento e capacitação dos indivíduos, em prol de uma sociedade consolidada nos valores da dignidade, justiça, solidariedade e igualdade.

O trabalho social desenvolvido em 2020 reflete-se nos números que aqui apresentamos.

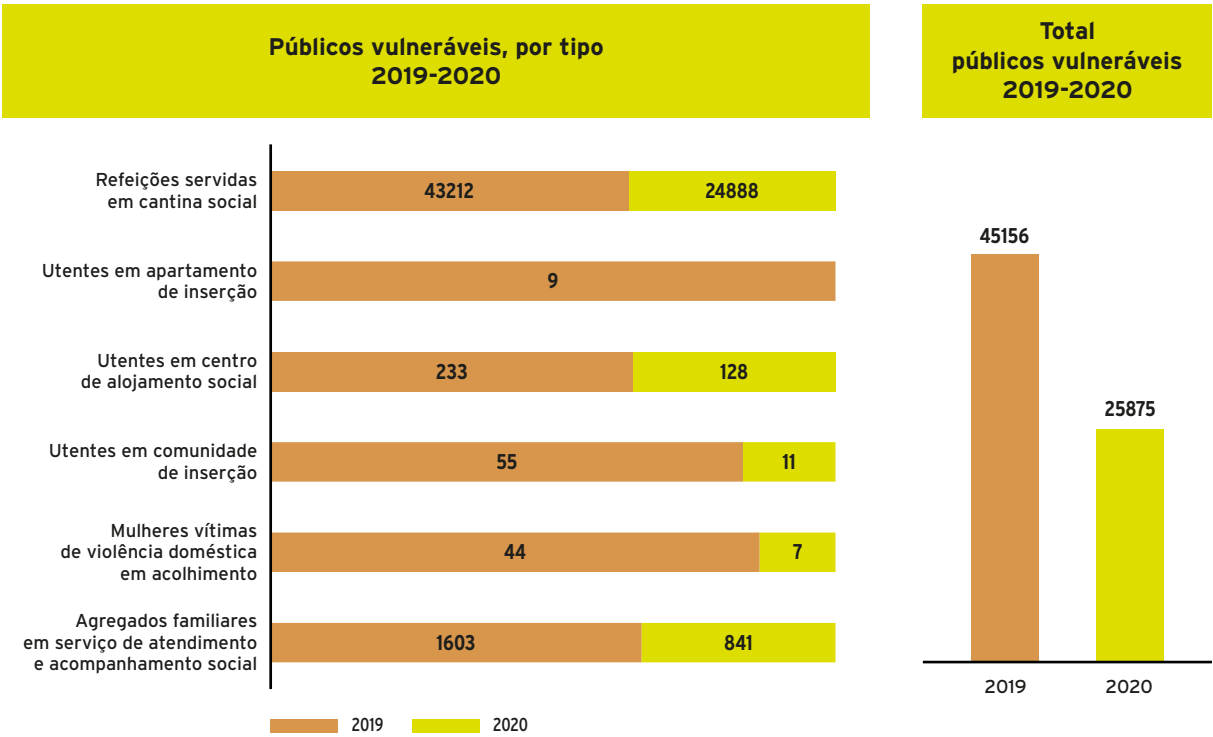


Gráfico 10 Públicos vulneráveis 2019-2020

À semelhança das outras áreas de atuação, também a área de intervenção social sofreu uma descida nos valores do público que atende. Relativamente aos públicos vulneráveis, registou-se no total 25875 situações vulneráveis, valor que inclui o total das refeições servidas em cantina social (24888); 128 utentes em centro de alojamento social; 11 utentes em comunidade de inserção; 7 mulheres em acolhimento vítimas de violência doméstica e 841 agregados familiares em serviço de atendimento e acompanhamento social. Apenas o indicador “utentes em apartamento de inserção” não observou qualquer registo.

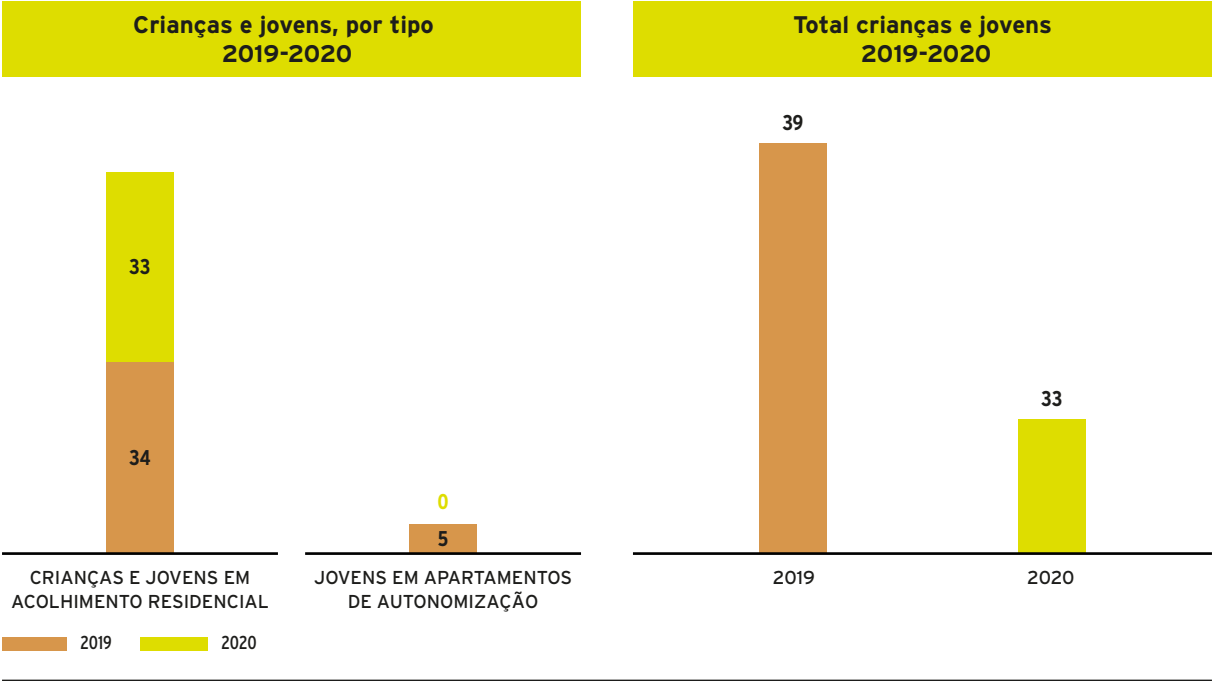


Gráfico 11 Crianças e jovens 2019-2020

Em 2020, os nossos colaboradores da área de intervenção social acompanharam 33 crianças e jovens em acolhimento residencial. Contudo, apesar das circunstâncias, não se registou qualquer jovem em apartamentos de autonomização. No geral, o decréscimo é pouco significativo, sendo a diferença de menos 6 crianças e jovens comparando com os valores de 2019.

Pessoas Idosas

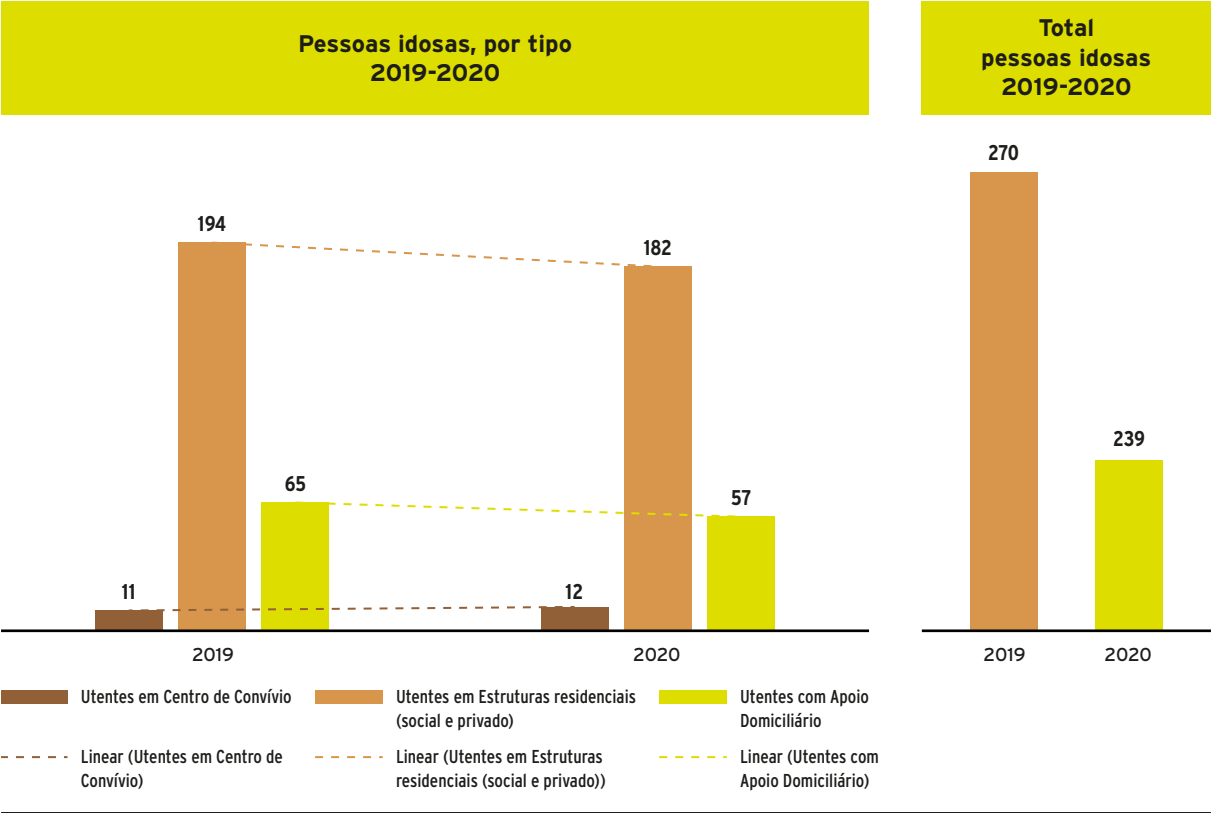


Gráfico 12 Pessoas idosas 2019-2020

Também o número de pessoas idosas acompanhadas pelos nossos serviços sofreu uma pequena descida em relação ao número de idosos acompanhados em 2019. Em 2020, os nossos colaboradores acompanharam 239 pessoas idosas, incluindo utentes nos nossos Centros de Convívio (12), utentes em Estruturas Residenciais (182) e utentes que usufruem de apoio domiciliário (57).

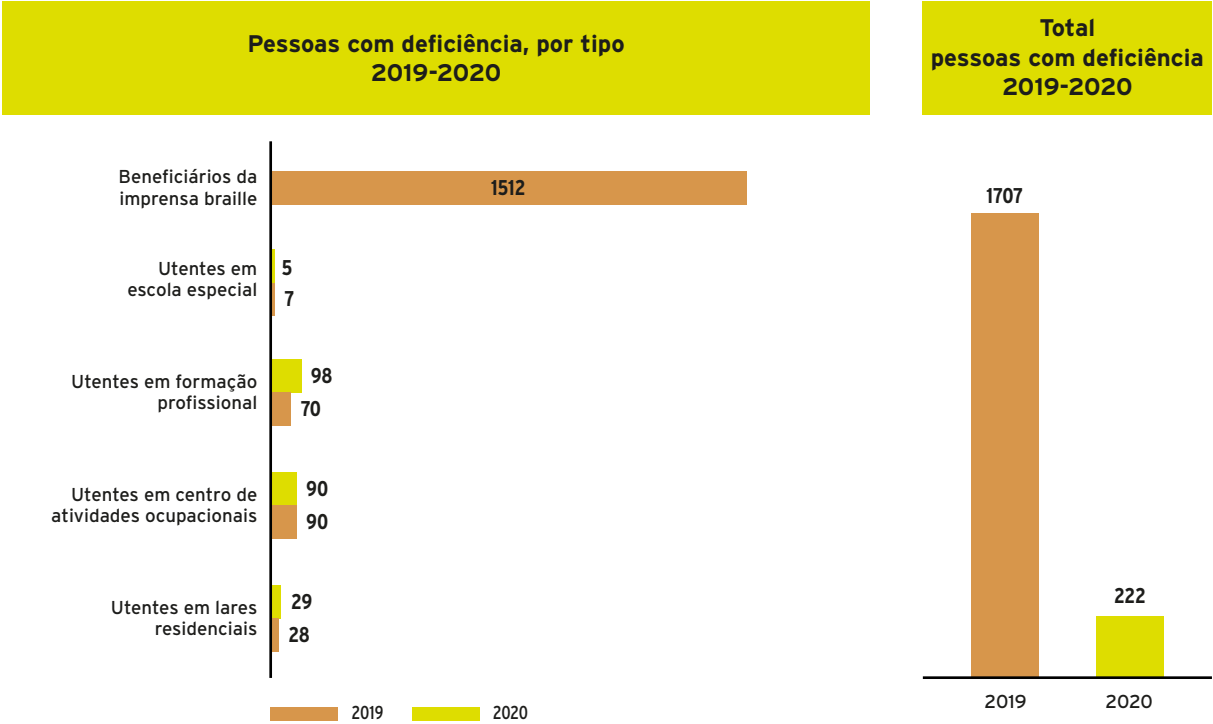


Gráfico 13 Pessoas com deficiência 2019-2020

Em 2020, houve uma redução significativa nas pessoas com deficiência que atendemos nos nossos serviços. Diferença que tem a sua explicação nos confinamentos que levou ao encerramento das nossas estruturas que dedicam a sua ação a este público, particularmente, aos beneficiários da imprensa de braille. Verificamos um aumento dos utentes em formação profissional, contabilizando 98 utentes (mais 28 do que em 2019).

Cabazes atribuídos e Voluntariado

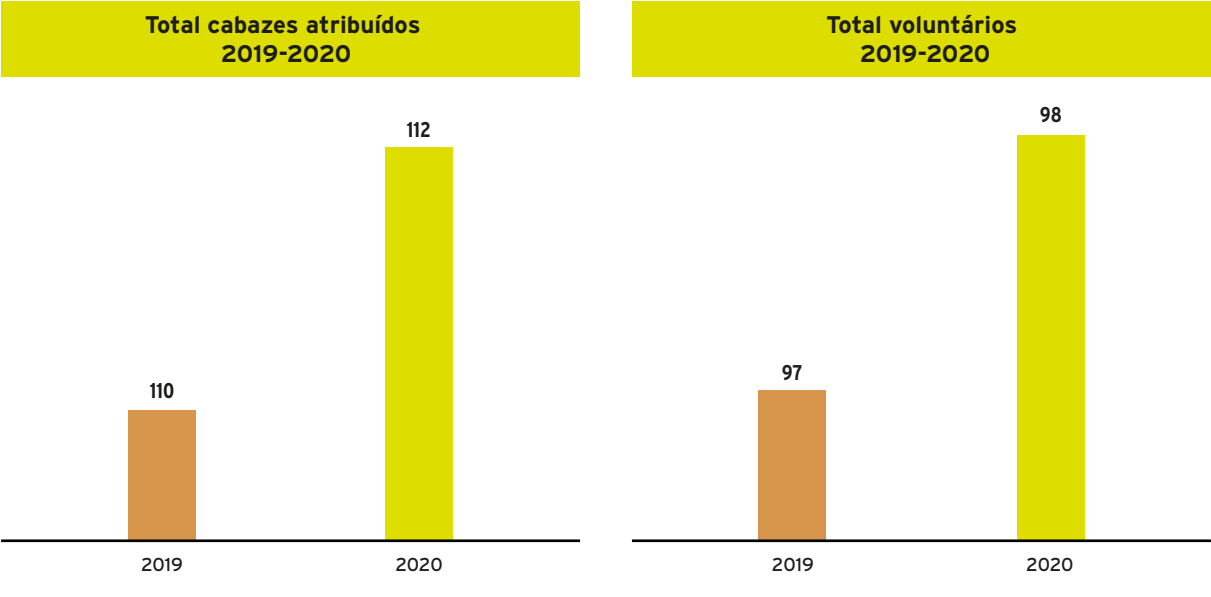


Gráfico 14 Atribuição de cabazes e voluntários 2019-2020

A Misericórdia do Porto atribuiu 112 cabazes em 2020 e contou com o apoio de 98 voluntários que contribuíram para melhorar a sua ação estando disponíveis sem qualquer vínculo contratual.



A nossa marca

A Misericórdia do Porto goza de um posicionamento diferenciador nas suas diversas áreas de atuação. Temos uma marca consolidada que se multiplica e afirma em novos ambientes, soluções e respostas, orientadas para o futuro.



Ambiente



Parque da Prelada



Parque
José Avides Moreira



Casa da Prelada



MUSEU E TORRE DA MISERICÓRDIA DO PORTO
MISERICÓRDIA DO PORTO MUSEUM AND CHURCH

Desenvolvimento Agrícola



Quinta d'Alva



Colégio de
N. Sra. da Esperança

Ensino Especial e Apoio à Deficiência



Centro Professor
Albuquerque e Castro

Justiça



Est. Prisional de
Santa Cruz do Bispo
Feminino

Saúde



Centro Hospitalar
Conde de Ferreira



Hospital da Prelada

Social, Mulher e Juventude



Casa Bento XVI



Casa da Rua



Casa de Sto. António



Centro de
Alojamento Social



Colégio
Barão de Nova Sintra



ERPI
N. Sra. da Misericórdia



ERPI Pereira de Lima



ERPI S. Lázaro



Chave de
Afetos



Centro Integrado de
Apoio à Deficiência

Pelo seu estatuto e pela Lei, a Misericórdia do Porto tem as seguintes fontes de receitas:

- Quotas dos Irmãos
- Heranças, legados, doações e respetivos rendimentos
- Subsídios, participações e compensações de entidades públicas, privadas e religiosas
- Produto da alienação de bens
- Espólios móveis dos utentes que não forem legitimamente reclamados pelos herdeiros ou seus representantes, no prazo de um ano a contar do dia do seu falecimento
- Rendimentos de prestação de serviços desenvolvidos no âmbito dos fins compromissórios, bem

como de outras atividades acessórias

- Rendimentos de bens próprios
- Produto de campanhas de angariação de fundos e dos donativos particulares
- Produto de empréstimos
- Rendimentos obtidos de investimentos financeiros
- Produtos da venda de publicações sobre a história e atividades da Irmandade
- Quaisquer outros rendimentos conformes com a Lei, com o seu Compromisso ou os Regulamentos em vigor

Para mais informações, consulte o nosso Relatório de Gestão e Contas de 2020.



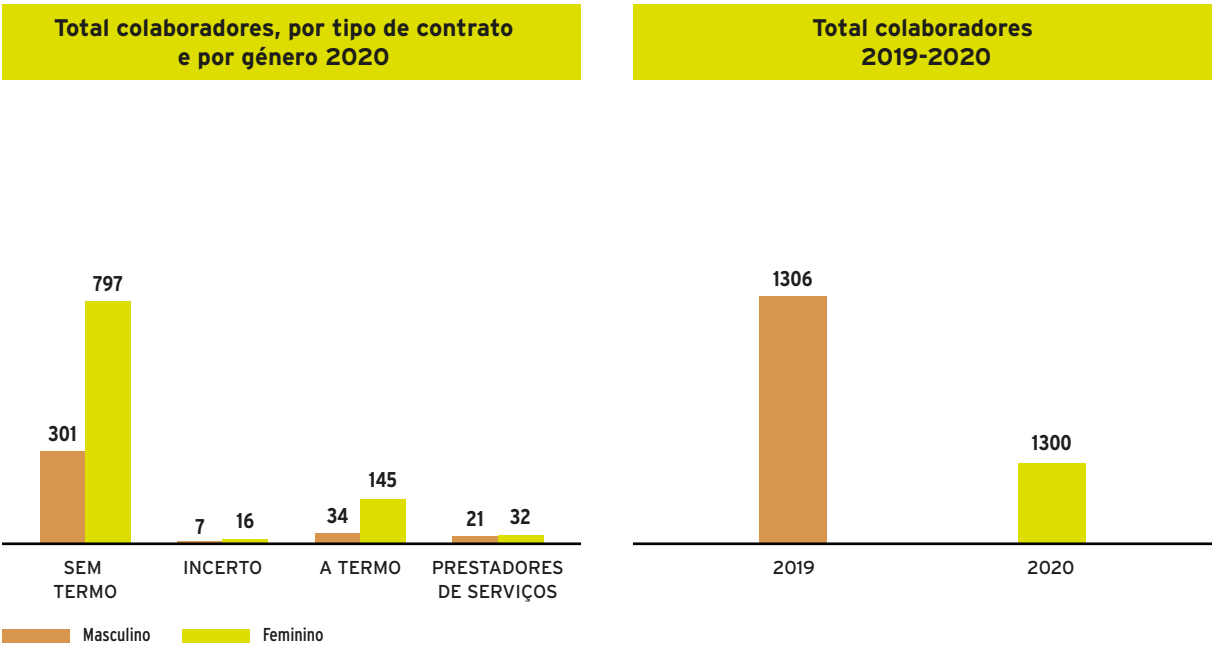
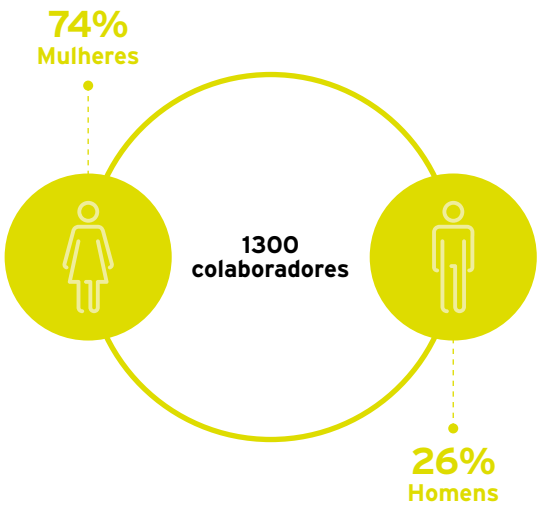


Gráfico 15 Colaboradores da SCMP 2019-2020

Em 2020, a Misericórdia do Porto registou um total de 1300 colaboradores, verificando-se um ligeiro decréscimo face ao ano anterior.

Com 81 % dos colaboradores a contrato sem termo, denota-se o esforço da Instituição para uma gestão de pessoas mais sustentável. Os colaboradores com contrato a termo incerto, equivalem à menor porção no total da Instituição, correspondendo a 1,80 pontos percentuais. No ano de 2020, contamos ainda com 53 prestadores de serviços⁵. Estes valores prendem-se, essencialmente, com as necessidades imediatas e emergentes para garantir o funcionamento normal das unidades operacionais e de saúde.

As mulheres representam a maior percentagem do total de colaboradores (74%), sendo que os homens representam 26%.



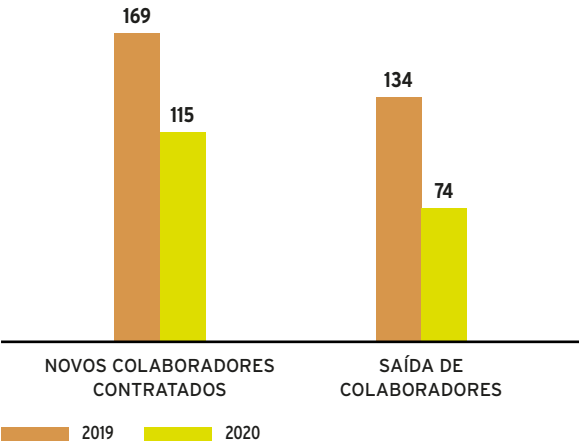
5 - Os prestadores de serviço não são contabilizados para o número total de colaboradores.

Todos os colaboradores da Instituição encontram-se abrangidos por um Instrumento de Regulação Coletiva que prevê, entre outros aspetos, os valores remuneratórios, condições de trabalho relativos à segurança e saúde, horário de trabalho e acesso à formação.

Relativamente às movimentações de colaboradores, em 2020, constatou-se uma redução de entradas e saídas comparativamente ao ano anterior, correspondendo a um total de 115 novas contratações e 74 saídas.



Novas contratações e saídas de colaboradores 2019-2020



Taxa de novas contratações de colaboradores, por género 2019-2020

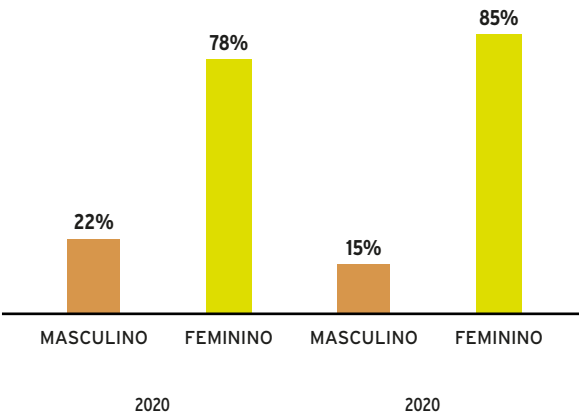


Gráfico 16 Novas contratações e saída de colaboradores 2019-2020

À semelhança dos anos anteriores, a maior percentagem de novas contratações equivale ao sexo feminino, apresentando, em 2020, um total de 85% sobre a taxa de novas contratações. Este valor re-

flete-se, principalmente, no aumento do número de colaboradores do género feminino nas categorias profissionais de enfermeiro e técnico superior.

Gestão da cadeia de abastecimento

102-9 | 102-10 | 102-12

A Misericórdia do Porto continua a reconhecer a crescente importância da responsabilidade em gerir a cadeia de abastecimento de forma responsável, como membro diligente da sociedade.

O ano 2020 foi um ano atípico como todos sabemos devido à pandemia. Nesse sentido, não houve alteração da estrutura nos fornecedores que tenha sido planeada ou propositada. Antes houve necessidade de recorrer a fornecedores novos ou diferentes do habitual por força das circunstâncias. Tivemos fornecedores que fecharam e outros que deixaram de ter material para entrega. No caso específico para a aquisição de equipamentos de proteção individual, no início da pandemia, devido à escassez daqueles produtos no mercado, alargamos o leque de fornecedores.

Tivemos também a preocupação de manter os fornecedores face ao contexto atual. No setor de mercado em que estamos (área social), quaisquer mudanças trariam, ou poderiam trazer, constrangimentos de adaptação que, dada a conjuntura, não eram de todo aconselháveis. As nossas Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (ERPI) estão já habituadas aos

fornecedores que temos e eles a nós, pelo que a agilização de procedimentos adequados ao combate à pandemia foram mais fáceis de implementar devido a este conhecimento mútuo do que se houvesse a inclusão de novos *players*. (102-10)

Em termos de dimensão dos nossos fornecedores, a maioria é de pequena ou média dimensão embora haja fornecedores de grande dimensão direta ou indiretamente, isto é, por vezes lidamos diretamente com a marca, outras indiretamente já que articulamos com um agente ou representante, sendo em menor número e mais frequente na área da saúde.

Quanto à localização, a quase totalidade (talvez 99%) dos nossos fornecedores estão em território nacional, sendo rara a compra a fornecedores internacionais. Contudo, por vezes há necessidade de recorrer a fornecedores estrangeiros como é o caso dos sacos hidrossolúveis ou, por exemplo, a aquisição de duas camas para o CHCF com características especiais provenientes do Reino Unido. (102-9)

Continuamos, em 2020, a utilizar o nosso código de conduta dos fornecedores, onde estão espelhados a nossa missão, valores e princípios éticos, pelos quais queremos que todos os nossos fornecedores estejam alinhados.



Cada vez mais preconizamos o princípio da sustentabilidade e a adoção de medidas que vão de encontro a uma Economia Verde e Circular. Nesse sentido, está prevista, em próximos Cadernos de Encargos de compras centralizadas, a inclusão de cláusulas específicas relativas aqueles temas.

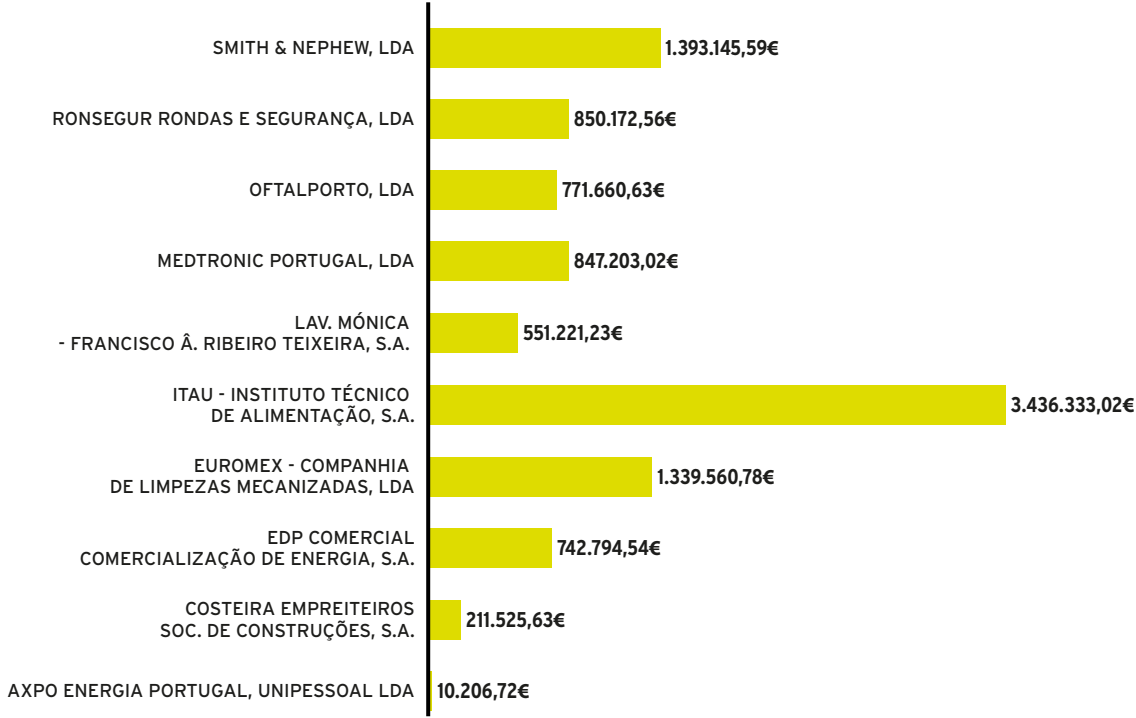
Por outro lado, e em conjunto com a área do ambiente e qualidade da Instituição, continuamos a trabalhar para melhorar procedimentos relativamente à recolha de resíduos, redução de produção dos mesmos, entre outros aspetos que possam minimizar o impacto ambiental da Misericórdia do Porto. (102-12)

Em 2020, os nossos principais fornecimentos e serviços externos prenderam-se sobretudo com os subcontratos, trabalhos especializados, conservação e reparação e serviços de limpeza, higiene e conforto que ocuparam o topo da lista em termos de faturação. Seguiram-se os serviços de vigilância e segurança, eletricidade, honorários, combustíveis, água, entre outros.

Os nossos principais bens e serviços adquiridos em 2020:

#	Fornecimentos e Serviços Externos em 2020	€
1	Subcontratos	7.087.428,26 €
2	Trabalhos especializados	1.723.068,54 €
3	Conservação e reparação	1.205.036,40 €
4	Eletricidade	838.656,52 €
5	Limpeza, Higiene e Conforto	1.028.004,76 €
6	Honorários	604.115,47 €
7	Vigilância e segurança	875.900,45 €
8	Combustíveis	576.265,71 €
9	Rendas e alugueres	309.929,09 €
10	Outros	0,00 €
11	Água	409.421,93 €
12	Comunicação	269.643,61 €
13	Outros serviços	351.561,84 €
14	Outros materiais	126.914,58 €
15	Seguros	176.440,33 €
16	Artigos para oferta	33.410,60 €
	Total	15.615.798,09 €

Em 2020, os nossos principais 10 fornecedores foram:



Abordagem à gestão do risco e princípio da precaução

GRI 102-11 | 102-30 | 102-15 | 102-29 | 102-30 | 102-31

Princípio 15: Princípio ou abordagem da precaução

"Para que o ambiente seja protegido, será aplicada pelos Estados, de acordo com as suas capacidades, medidas preventivas. Onde existam ameaças de riscos sérios ou irreversíveis não será utilizada a falta de certeza científica total como razão para o adiamento de medidas eficazes em termos de custo para evitar a degradação ambiental."

In "Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento", junho de 1992

A declaração final da conferência de 1992 sobre o meio ambiente e desenvolvimento no Rio de Janeiro das Nações Unidas, veio exigir aos Estados membros que tomassem medidas cautelares dentro das suas capacidades para proteger o meio ambiente.

Esta declaração contém princípios importantes para a defesa do meio ambiente e desenvolvimento sustentável que apelam a uma parceria mundial através da criação de novos níveis de cooperação entre os Estados, os setores chave das sociedades e as pessoas.

A Misericórdia do Porto, enquanto setor chave social, transferiu este princípio para as suas operações para aliar as considerações ambientais com os aspetos sociais como base para a sustentabilidade.

O recurso ao princípio da precaução prendeu-se sobretudo, com a perceção da existência de riscos graves e de incertezas significativas quanto aos riscos de danos à saúde e segurança pública, particularmente de todas as nossas partes interessadas mais próximas.

Por este motivo, implementamos políticas de salvaguarda social e ambiental para prevenir e mitigar danos às pessoas e ao meio ambiente no nosso processo de desenvolvimento.

- Política de Sustentabilidade da Misericórdia do Porto, 2018

- Declaração de segurança corporativa, 2018

- Código de ética e conduta, 2019

- Política de proteção de dados pessoais, 2019

- Política de prevenção e resposta à doença pelo novo coronavírus (COVID-19), 2020

- Código de boa conduta para a prevenção e combate ao assédio no trabalho, 2019

- Plano de Contingência coronavírus/COVID-19 Colaboradores, 2020

Embora a perceção da existência de riscos graves e de incertezas significativas quanto aos riscos de danos ambientais ou ecológicos ainda não esteja fortemente desenvolvida na nossa abordagem à gestão do risco, a nossa tomada de consciência do esgotamento irreversível de alguns recursos naturais e as dificuldades de sobrevivência que esta situação pode causar à população mundial, levam-nos a reconhecer a importância da aplicação do princípio da precaução como uma condição fundamental para proteger os direitos das gerações futuras. (ver abordagem à gestão do risco)

Abordagem à gestão do risco

102-15

Estamos expostos e atentos a diversos desenvolvimentos e eventos internos e externos, sendo a pandemia da COVID-19 um grande exemplo, que podem impactar significativamente a concretização dos seus objetivos financeiros e não financeiros.

Cientes destes desenvolvimentos, na Misericórdia do Porto atribuímos grande importância à gestão do risco, para implementar e manter um sistema de gestão do risco, capaz de considerar a diversidade dos setores onde a Instituição atua, bem como os desafios e as exigências que atualmente enfrenta para observar o sucesso da nossa missão.

Deste modo, a gestão do risco na Instituição é efetuada pela área de GRC do DCI que segue as boas práticas e princípios nesta área, nomeadamente as orientações da Norma ISO 31000:2015, para desenvolver um sistema de gestão do risco adaptado à cultura, filosofia de gestão e objetivos de negócio da Instituição.

O processo de gestão do risco da Instituição é dinâmico e contínuo contemplando 5 fases principais, apoiadas por processos de comunicação e consulta, bem como por processos de monitorização e revisão que devem acontecer em todas as fases da gestão do risco.

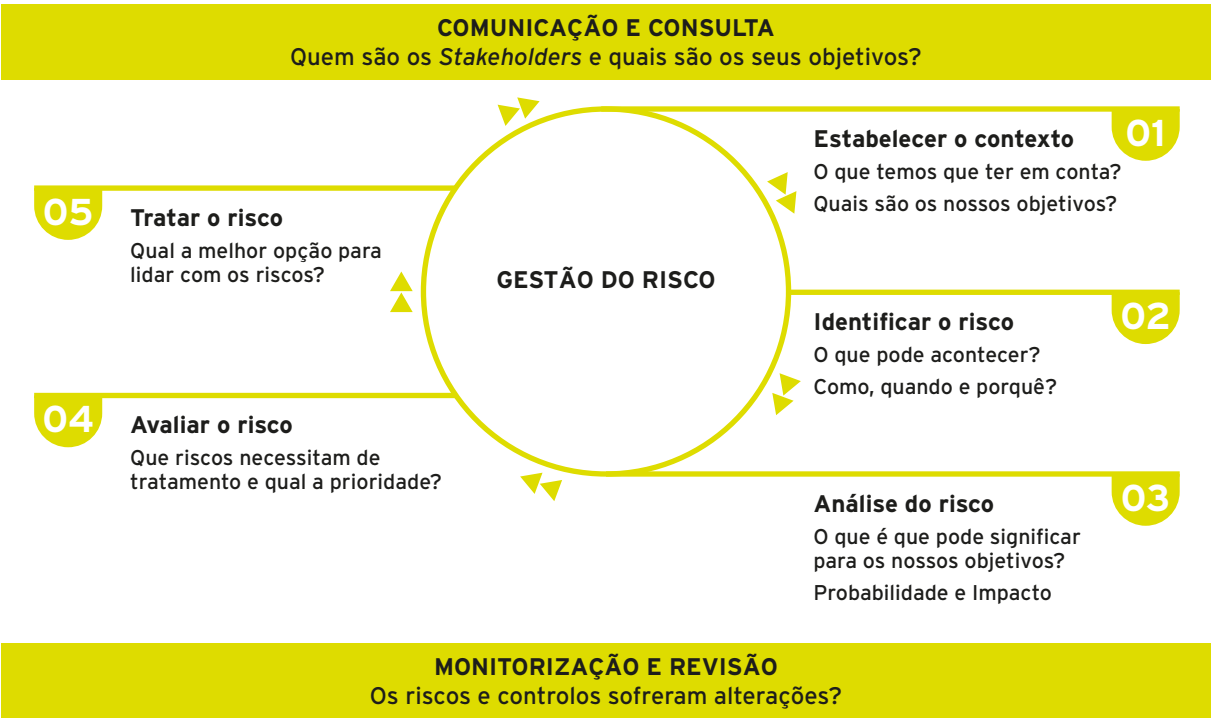


Figura 7 Sistema de gestão do risco da Misericórdia do Porto ⁶

Para cada uma das fases existem tarefas específicas e todas elas podem ser apoiadas por ferramentas como o *brainstorming*, diagrama de Causa-Efeito e FMEA, entre outros.

Atualmente, o foco da gestão do risco incide na identificação, análise e avaliação de oito categorias principais de riscos, nomeadamente: financeiros; estratégicos; operacionais; de envolvente social, económica ou política; reputacionais; compliance; segurança e gestão de recursos humanos.

Na ótica da sustentabilidade, abordamos os riscos de envolvente social (âmbito social) e envolvente económica (âmbito económico). Contudo, reconhecemos

que as tendências emergentes, como o impacto das mudanças climáticas na pegada ambiental da Misericórdia do Porto, podem ter um maior impacto para a Instituição no futuro. Por este motivo, admitimos a necessidade de alinhar a sustentabilidade à nossa estrutura de gestão do risco para integrar e conciliar todas as suas vertentes.

Perceber como, ou em que medida, a gestão do risco pode ajudar a determinar métricas económicas, social e ambiental materiais, a projetar e implementar respostas adequadas e a medir e a controlar o seu progresso nos vários âmbitos da sustentabilidade.

6 - Em vigor desde 2018.



Compliance



Envolvente social, económica ou política



Segurança



Gestão de Recursos Humanos



Reputacionais



Financeiros



Operacionais



Estratégicos, de produto, de mercado

Figura 8 Categorias de riscos

É este o desafio a curto prazo do DCI, rever a estrutura de gestão do risco da Misericórdia do Porto para garantir que todas as suas áreas de intervenção possam integrar o risco ambiental nos seus processos de governança corporativa. Por enquanto, embora não esteja devidamente explícito no nosso sistema de gestão de risco a categoria de riscos ambientais, apoiamos a nossa atividade na Framework GSRC (2018), para gerir estes riscos, bem como para garantir que os objetivos estratégicos e operacionais sejam cumpridos.

Acreditamos que uma gestão dos riscos que aborde os riscos de sustentabilidade na gestão diária da Instituição e das operações organizacionais, permite um maior alinhamento dos objetivos institucionais com as estratégias e com as políticas ambientais.

Este alinhamento é eficiente o suficiente para sustentar e desenvolver o negócio, preservando o meio

ambiente, bem como garantir a conformidade com as regulamentações globais e nacionais.

No geral, os procedimentos de gestão do risco da Instituição não sofreram alterações significativas devido à pandemia da COVID-19. Continuamos com a identificação de riscos nas nossas operações promovida pela definição e/ou atualização do desenho dos processos de negócio através do apoio de um software para a sistematização dos nossos processos e registo de riscos.

Permanecemos com o objetivo de aliar e apoiar estas atividades às tecnologias de informação disponíveis na Instituição para garantir uma gestão de dados adequada e precisa, que permita fornecer recursos de reporte das irregularidades identificadas ao Gabinete de Auditoria Interna (GAI), de que é exemplo o catálogo de riscos da Instituição, bem como estabelecer um sistema de controlo interno que exija análises e relatórios regulares dos riscos internos e que permita a criação de relatórios automatizados.



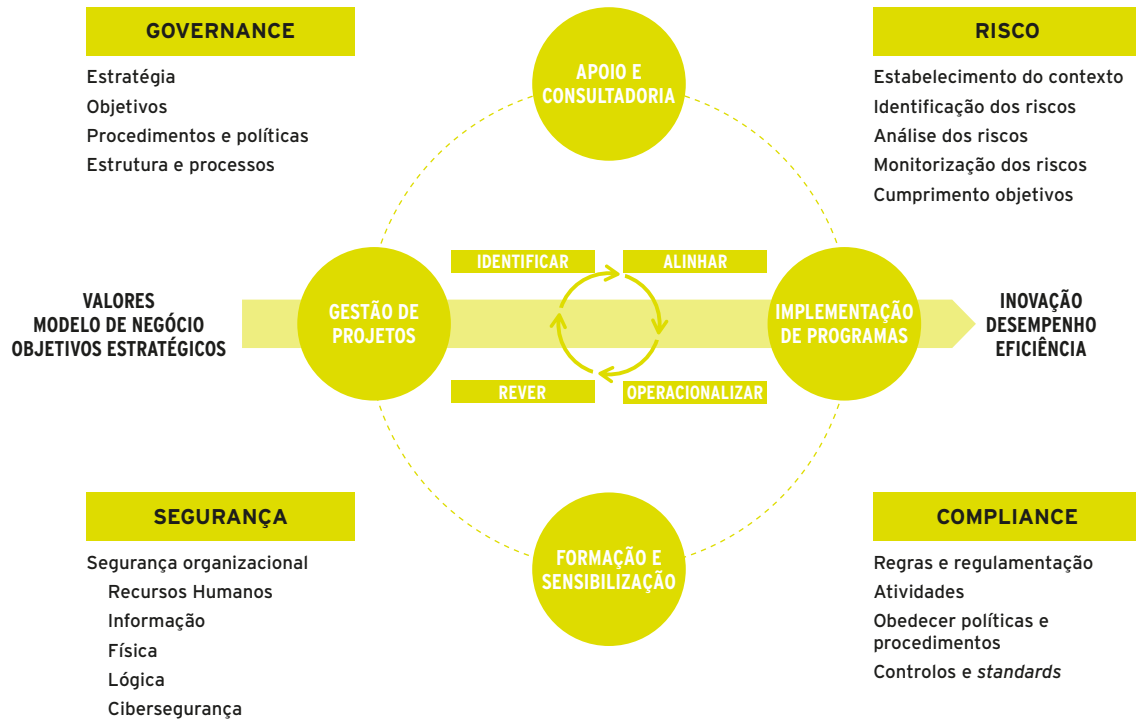


Figura 9 Framework GRC da Misericórdia do Porto

Principais iniciativas

102-12

- Modo de Produção Biológico: Exploração agrícola sustentável
- Rede Portuguesa de Museus (Membro): Sistema organizado de museus que visa a descentralização, a mediação, a qualificação e a cooperação entre museus
- Europa Nostra (Membro): Movimento cívico de proteção e celebração da cultura europeia
- Associação Portuguesa de Museologia (Membro): serve a comunidade de profissionais de museus portugueses
- Associação de Turismo de Portugal (Membro): Comprovativo do cumprimento das recomendações da DGS para evitar a contaminação dos espaços com o SARS-CoV 2

- SOCIAL - Orange the world Campaign: Prevenção da violência contra as mulheres

- Misericórdia do Porto e Associação JN Solidário oferecem computadores a crianças

- Misericórdia do Porto anuncia linha de apoio monetário de 25.000 euros para ajudar Moçambique

Filiação a associações

102-13

Saúde:

- Protocolo disponibilização do Registo de Saúde Eletrónico (RSE) Serviços partilhados do Ministério da Saúde e SCMP (em vigor desde 2010)
- Protocolo de colaboração institucional - Universidade do Porto - Ciências Biomédicas Abel Salazar/ SCMP (HP) (em vigor desde 2020)

- Protocolo de Cooperação - Universidade dos Açores/SCMP (alunos curso de enfermagem) (em vigor em 2020)
- Protocolo - Multicare - Seguros de Saúde, Sa (Psicologia)/SCMP (em vigor em 2020)
- Protocolo - Multicare - Seguros de Saúde, Sa (Terapia Ocupacional)/SCMP (em vigor em 2020)
- Acordo de cooperação - Administração Regional de Saúde Norte (ARS) /SCMP (HP) (em vigor em 2020)
- Contrato com Centro de Ensaios Clínico - Blue Clinical (em vigor em 2020)
- Contrato de consórcio - SCMP (HP)/Boehringer Ingelheim Healthcare Management Portugal Unip. Lda (em vigor em 2020)

Cultural, social e ambiental

Quinta D’Alva:

- Protocolo de cooperação e cedência de terrenos com amoreiras à Câmara Municipal de Freixo de Espada à Cinta- Existência do Museu da seda em Freixo de Espada à Cinta (em vigor em 2019)
- Associada dos Bombeiros Voluntários de Freixo de Espada à Cinta (em vigor em 2019)
- Tradição e Qualidade (em vigor em 2019)
- CAPTAMAD (Desenvolvimento Agrícola) (em vigor em 2019)

Quinta da Prelada:

- Protocolo com o Sport Club do Porto

Cultura:

- Protocolo de parceria e cooperação - Circuitos Património Religioso e Museológico do Centro do Porto - Ordem Trindade/SCMP (em vigor em 2020)

- Protocolo de Cooperação SCMP (MMIPO)/Três séculos - Realizações Hoteleiras Ida/ Charlotte Crapts (exposição Giacometti - Peter Lindbergh (em vigor em 2020)
- Protocolo de parcerias e cooperação - Irmandade Nossa Senhora do Terço e Caridade/SCMP (MMIPO) (em vigor em 2020)
- Protocolo de cooperação Universidade Católica Portuguesa/SCMP (MMIPO) - Prémio José Luís Novas, atribuição de bolsa por mérito (em vigor em 2020)
- Parceria Irmandade dos Clérigos/Palácio da Bolsa/MMIPO - Bilhete Único (em vigor em 2020)

Intervenção Social:

- Protocolo de colaboração - ISSIP/SCMP (CIAD) - Convenção da rede solidária de cantinas sociais para o programa de emergência alimentar (em vigor em 2020)
- Acordo de cooperação - Centro Hospitalar Universitário São João (Fundação La Caixa)/SCMP
- Acordo de Cooperação ISS (SCMP: ERPI SL | SAD - Manto Azul | SAD - Nossa Senhora da Misericórdia | CBNS | CSA | CAS-DMM | CR-DLA | CIAD - Lar Residencial | CIAD - Centro de Atividades Ocupacionais | CPAC)
- Contrato de Cooperação Escolarização ME/SCMP - Escola Especial
- Compromisso de Cooperação UMP/SCMP - Vagas extra acordo para situações de altas hospitalares
- Participação no Núcleo Executivo da Comissão Local de Ação Social
- Participação no Núcleo Executivo do Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo Porto
- Participação nas diferentes UO de Intervenção da Rede Social do Porto

- Participação no Consórcio INTEREG
- Participação no Consórcio Porto Sentido
- Participação no Consórcio Porto4Ageing
- Participação no Consórcio LIFANA
- FEARP - AMP - Federação de Entidades de Apoio à Reabilitação Psicossocial na Área Metropolitana do Porto, Porto

Prémios 2020

Recebidos:

Prémio HINTT 2020 - Categoria Value Proposition - com o Mordomo Digital

Prémio Saúde Sustentável, vertente Escalabilidade - Medicina Social SCMP: 50 Tips de Saúde Sustentável em Situação de Pandemia nos Lares

Prémio AGIR da REN - Projeto Rede Sorrisos conquistou o segundo lugar dedicado à promoção de emprego e integração profissional de pessoas em situação de vulnerabilidade

Prémio “Escola Amiga da Criança” - Colégio Nossa Senhora da Esperança - Atividades Extracurriculares e/ou Interdisciplinares, com o clube @Ciência. lab

Atribuição do Selo de Qualidade de Jardim Histórico à Quinta da Prelada, o qual passou a integrar a Rota dos Jardins Históricos do Grande Porto

Atribuídos:

Atribuição do Prémio José Luís Novaes, no valor de 1000€ ao aluno com a melhor média final nas Licenciaturas da Escola das Artes e duas Bolsas de Mérito por trabalhos desenvolvidos na Misericórdia do Porto no âmbito do Mestrado em Conservação e Restauro de Bens Culturais

Prémio D. António Francisco dos Santos atribuído ao Centro Materno-infantil do Norte

01.2. Estratégia: principais impactos, riscos e oportunidades

102-15 | 203-2

A atividade da Misericórdia do Porto está fortemente ancorada na sua missão:

"Oferecer aos seus clientes, beneficiários e Irmãos, soluções integradas e inovadoras na prestação de serviços humanizados, pautados pela excelência e por elevados níveis de qualidade e ética profissional, assegurando a melhoria das condições e da qualidade de vida da comunidade em geral, e em particular dos mais desfavorecidos. Preservar e difundir o seu património cultural, material e imaterial, promovendo iniciativas e parcerias de apoio à economia social. "

A instabilidade causada pela pandemia da COVID-19 trouxe responsabilidades acrescidas e inesperadas no que concerne ao cumprimento da nossa missão, interferindo na execução e prestação dos nossos serviços para o bem-estar da comunidade social em que operamos.

A COVID-19 veio provar que não podemos permanecer alheios aos problemas globais: mudanças climáticas; perda de biodiversidade; pobreza global; desigualdade social; condições climáticas extremas e crises hídras. Estes são vistos como riscos globais do nosso tempo e têm consequências para a nossa atividade e sociedade em geral.

No entanto, todos estes desafios também abrigam oportunidades tremendas que revolucionam os nossos modelos de negócio, podendo impactar positivamente a vida das pessoas que servimos e alcançar um crescimento mais sustentável.

Neste sentido, quisemos perceber qual o impacto da COVID-19 na Misericórdia do Porto efetivando uma análise e avaliação inicial. A análise e avaliação inicial deste impacto foi realizada pela equipa do DCI que contou com a colaboração das direções de estabelecimentos e departamentos e incidiu nas dimensões económico-financeira e operacional da Instituição.

A avaliação inicial permitiu a identificação dos principais riscos, alterações e impactos para possibilitar a implementação de um conjunto de medidas de apoio para a Instituição responder à situação de pandemia.

A abordagem adotada visou a análise e avaliação de quatro pontos principais, nomeadamente:

1- Impactos diretos, indiretos e previstos a curto, médio e longo prazo nas atividades prestadas

2- Novos riscos identificados

3- Impacto no resultado económico, financeiro e orçamentado para 2020

4- Novas oportunidades identificadas

De referir que a metodologia da avaliação abrange três fases distintas, sendo a informação aqui divulgada referente à primeira fase da análise e avaliação do impacto da pandemia, fundada com base no valor percentual de 87% da taxa de resposta, um valor expressivamente representativo da amostra.

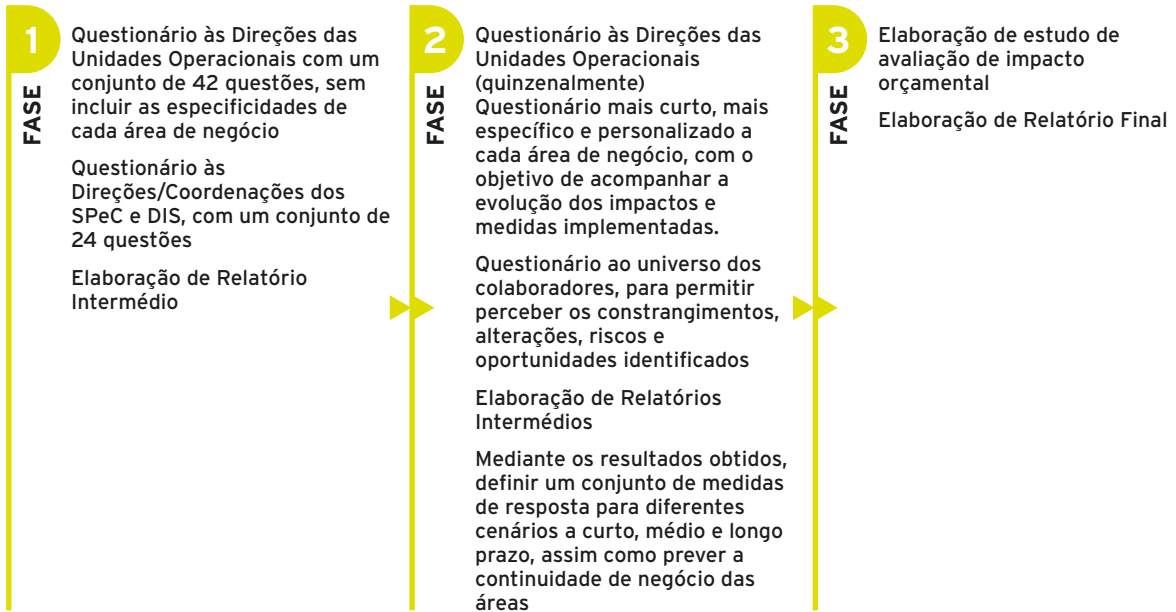


Figura 10 Fases da avaliação de impacto da COVID-19 na SCMP



Da primeira fase da análise e avaliação de impacto, realçam-se alguns pontos bastante positivos, nomeadamente a imagem da Misericórdia do Porto para o exterior, que foi considerada totalmente positiva pelos respondentes, bem como a reação das equipas, que estão mais motivadas e que apresentam mais entretajuda e solidariedade.

Em relação ao desempenho da SCMP na gestão desta situação, o resultado da avaliação demonstra que os inquiridos classificaram de bastante positivo, realçando como muito bom, o Plano de Contingência, e como bom as categorias como a preparação da organização, a continuidade das operações, a resposta global e a comunicação.

Os respondentes referiram ainda que a flexibilidade na gestão do horário de trabalho, a motivação dos colaboradores e o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal, são indicados como sendo oportunidades do regime de teletrabalho.

Ao nível operacional, os respondentes das áreas de negócio da saúde, social, educação e cultura consideraram um impacto mais significativo, tendo-se verificado a suspensão ou redução significativa da atividade. Os impactos não foram tão significativos nos SPeC

da Instituição sendo, em termos globais, a principal alteração, a passagem para o regime de teletrabalho.

No que concerne aos impactos indiretos, verificou-se que o aumento dos custos e a diminuição da receita foram os mais mencionados e o impacto ao nível do cumprimento do Plano de Atividades classificado como bastante negativo.

A avaliação de impacto permitiu ainda a identificação de um conjunto de riscos estratégicos e operacionais que abrangem todas as áreas de negócio da SCMP, sendo exemplos os seguintes:

- possível perda de clientes face a uma crise económica que se anuncia
- questões de saúde e segurança dos funcionários
- força de trabalho insuficiente
- impossibilidade da realização de atividades, por imposição legal
- perda de clientes, visitantes
- abandono ou desistência de algumas atividades
- dificuldades económicas das famílias
- *burnout* de famílias e colaboradores
- aumento de custos
- risco operacional e financeiro
- incumprimento do volume de negócios
- riscos de segurança e vigilância
- incapacidade de resposta face ao aumento de pedidos de ajuda

Do mesmo modo, onde existem riscos, existem oportunidades. Vejamos alguns exemplos refletidos nos resultados da avaliação:

- melhor preparação para situações de risco

- capacidade de prever mais situações semelhantes: prever menos desvios nas previsões de receitas e custos

- apoio na recuperação das atividades aquando do retorno dos utilizadores/clientes

- transição digital: para melhorar os níveis de produtividade, potenciando a inovação e reduzindo os custos dos processos de negócios

- teletrabalho: tem permitido desenvolver uma nova organização e desenvolver de forma consistente e rápida o domínio das novas tecnologias. A necessidade deste domínio acelerou todo o processo

- novos métodos organizacionais, avaliação de desempenho, necessidades de formação

- criação de novas respostas na área da saúde adequadas ao momento de confinamento

- solução e diagnósticos decorrentes do teletrabalho, medos e incerteza

- procura alargada de potenciais candidatos em algumas respostas da área social

- revisão do modelo de investimento na área do envelhecimento em geral

- reestruturação de serviços para dar resposta a situações não previstas

Tendo em consideração os riscos e oportunidades identificados, foi premente às áreas de negócio definir prioridades. Importa referir que as oportunidades ainda não foram totalmente identificadas, mas já surgiram na remodelação de serviços, na oferta de novos produtos, no crescimento da procura de novos clientes e ainda na oferta de serviços privados.

Embora os respondentes reconheçam que os riscos financeiros são uma realidade, neste momento, as prioridades apontadas pelas direções das unidades de negócio são de tentar normalizar os serviços, manter a atividade e tentar compensar o tempo de confinamento.

Eixos estratégicos de sustentabilidade

Em 2020, continuamos a apoiar, uma vez mais, a importância da sustentabilidade como um elemento central da nossa estratégia corporativa e como

parte integrante do nosso desempenho operacional. Estabelecemos metas ambiciosas que conduzirão a nossa contribuição para um futuro sustentável através das nossas atividades nas diferentes áreas de atuação. Essas metas estão alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas para 2030.

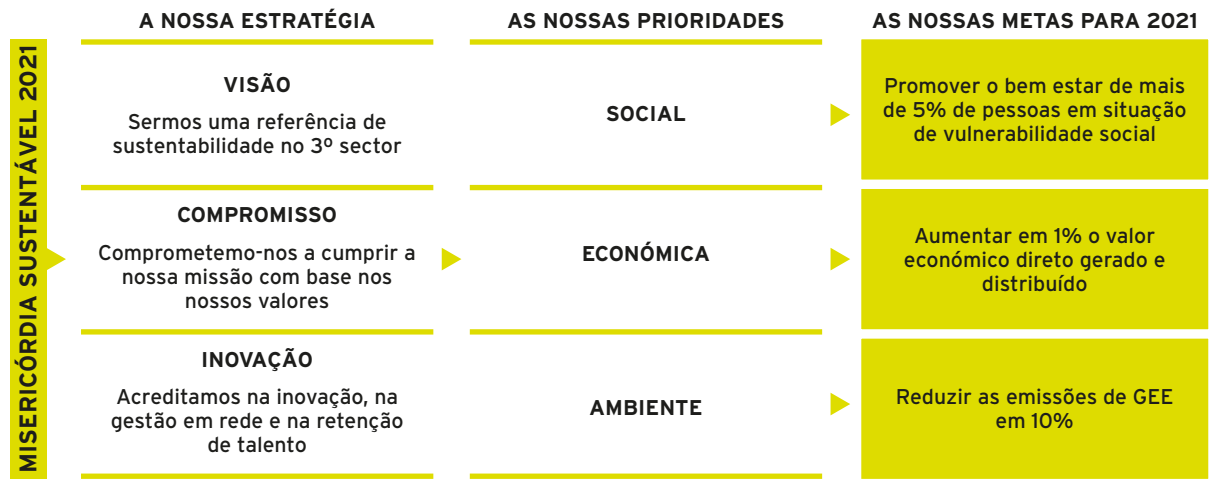


Figura 11 Metas da Sustentabilidade 2021

Os eixos estratégicos da Misericórdia do Porto, lançados em 2018 no nosso primeiro relatório de sustentabilidade para o quadriénio 2018-2021, abordam áreas significativas as quais causam impactos económicos, sociais e ambientais, bem como os desafios e oportunidades associados ao longo do caminho para impulsionar a prosperidade partilhada de maneira sustentável.

Contudo, em 2020 fomos confrontados com a nova situação de pandemia que nos obrigou a analisar cuidadosamente a nossa estratégia e *modus operandi*. Perceber quais as implicações que esta situação causou foi fundamental para continuarmos a prestar os nossos serviços e garantirmos o cumprimento da nossa missão.

Concluimos que os eixos estratégicos de sustentabilidade e o nosso propósito continuaram a ser a estratégia certa, mesmo nestas novas circunstâncias. Mudar completamente o rumo, era desnecessário. Houve sim, a necessidade de nos reorganizarmos, olharmos para os nossos serviços de forma sustentável e mantermos a nossa atuação continuando a desenvolver o trabalho que nos comprometemos a cumprir.

Tabela 1: Principais eixos estratégicos

Principais eixos estratégicos	Ações	2018	2019	2020	2021
Fortalecer os mecanismos de governação	Assegurar uma comunicação transparente	●	●	●	
	Promover as compras sustentáveis	●	●	●	
	Incorporar a sustentabilidade no modelo de governação	●	●	●	
Promover os Recursos Humanos da Misericórdia do Porto	Uniformizar as tabelas salariais da Misericórdia do Porto	●	●	●	
	Investir na formação dos colaboradores da Misericórdia do Porto	●	●	●	
	Dinamizar o voluntariado corporativo	●	●	●	
Minimizar a pegada ecológica da Misericórdia do Porto	Elaborar um plano de intervenção ambiental	●	●	●	
	Conceber um projeto de estruturação de compras sustentáveis, tendo como objetivo introduzir de forma gradual, requisitos ambientais e sociais nos procedimentos aquisitivos	●	●	●	
	Desenhar uma solução para a avaliação de fornecedores ao nível ambiental e social	●	●	●	
Promover projetos sociais inovadores	Estender a avaliação de impacto social a todos os projetos sociais da Misericórdia do Porto	●	●	●	
	Investir em projetos sociais inovadores e de alto retorno para a sociedade	●	●	●	
Potenciar uma verdadeira economia sustentável	Preservar o equilíbrio financeiro da atividade da Misericórdia do Porto	●	●	●	

● Concluído ● Não iniciado ● Iniciado ● A decorrer

Vemos o nosso desenvolvimento como uma mudança estrutural, antes, durante e após a pandemia COVID-19. Percebemos a importância da sustentabilidade, bem como o valor da digitalização e da responsabilidade social como pilares das nossas estratégias. Consideramos que estes pilares apoiarão a nossa atividade para avançarmos para um mundo em constante mudança.

Isto também se aplica a fazer uma gestão inteligente dos recursos disponíveis.

Económico: Potenciar uma verdadeira economia sustentável

Em termos económicos, continuamos a reger a nossa atividade pelos princípios gerais de gestão, assentes em princípios de prudência e equilíbrio numa gestão de “bonus pater famílias” – suportada por uma conduta séria, honesta e leal. Recomendamos acrescentar uma qualidade da receita e uma racionalização da despesa nos nossos princípios de definição de défices por área de operação.

Visamos dotar a Instituição de um novo paradigma de gestão da nossa tesouraria corrente, assente num modelo de uma conta corrente caucionada, prevendo valores a dois meses das dotações de compromissos que o Estado tem com a Misericórdia do Porto, para que se possa ultrapassar os atrasos sucessivos de suporte da mesma.

Garantindo o nosso equilíbrio financeiro, conseguiremos cumprir as nossas responsabilidades junto dos nossos fornecedores e demais partes interessadas, sem colocar em crise as nossas disponibilidades de tesouraria.

Em questões de investimento, reconhecemos a importância na adoção de medidas sustentáveis, como por exemplo, dividindo a origem dos capitais conforme sejam assumidos através de fundos públicos nacionais ou comunitários e que resultam de capitais próprios ou através da alienação de bens imobiliários considerados não estratégicos.

No que concerne à reabilitação do nosso património imobiliário, consideraremos o princípio da parceria estratégica. Tendo por base estes princípios gerais damos cumprimento à mudança de paradigma e iniciamos um projeto de recuperação e reabilitação do património da instituição.

Ambiental: Minimizar a pegada ecológica da Misericórdia do Porto

Como organização produtora de resíduos, cientes da nossa responsabilidade ambiental e por forma a assegurar o cumprimento dos requisitos legais aplicáveis, a definição de responsabilidades foi o ponto de partida para a implementação de um conjunto de oportunidades de melhoria nos procedimentos de gestão dos seus resíduos. Criaram-se metodologias de recolha de dados dos diferentes contextos e realidades operacionais da SCMP e realizou-se o diagnóstico do panorama geral dos resíduos nas suas estruturas operacionais e serviços. Pretendemos continuar a impulsionar a inovação e a investir em soluções que permitam a transição para uma economia circular.

Em 2020, continuamos a desenvolver o modo de produção biológico, no que concerne à exploração agrícola sustentável. A SCMP preocupa-se em dar seguimento a esta atividade, reconhecendo a importância do seu contributo para o cumprimento do objetivo de desenvolvimento sustentável 2 para a promoção da agricultura sustentável.

É também intenção da Misericórdia do Porto prosseguir com a implementação e consolidação da regulamentação ambiental na Instituição para, assim, adequar as suas práticas, considerando a preservação dos recursos naturais e a conformidade com a Lei.

01.3. Ética e anticorrupção

102-16 | 102-17 | 205-2 | 205-3

A Misericórdia do Porto desenvolve a sua atividade de forma ética, íntegra e transparente, proporcionando uma resposta eficiente proveniente da melhoria contínua, profissionalismo, competência e inovação institucional. Acreditamos que estes elementos são essenciais para estabelecer relações capazes de fomentar a confiança com todos os nossos *stakeholders*.

O respeito pelos valores institucionais é uma componente fundamental para o funcionamento da Misericórdia do Porto. Deste modo, alinhado com os nossos valores, foi criado o Código de Ética e Conduta, que abrange todos os colaboradores da Instituição. Neste documento, encontram-se formalizadas um conjunto de regras e orientações associadas ao comportamento profissional.

A sensibilização neste âmbito é concretizada a partir do momento em que o colaborador ingressa na Instituição, através da entrega do Código de Ética e Conduta no momento em que se inicia o processo de Acolhimento e Integração.

Em 2021, o Código de Ética e Conduta será revisto, por forma a continuamente responder aos compromissos e desafios da Misericórdia do Porto.

A comunicação de irregularidades é dirigida ao Provedor da SCMP podendo ser apresentadas por qualquer das Partes Interessadas.

O Gabinete dos Assuntos Jurídicos e Contencioso (GAJC) é responsável por efetuar as diligências necessárias associadas à corrupção e suborno. Reforçando o compromisso para o combate e prevenção deste tipo de práticas, são periodicamente monitorizadas, através de auditorias de controlo interno, e realizadas pelo GAI, que permite analisar inconformidades e vulnerabilidades identificadas.

Em 2020, não foram detetadas quaisquer reclamações ou denúncias associadas às práticas de corrupção e suborno.

Mecanismos de governança para a continuidade de negócio

A Misericórdia do Porto contempla um Plano Estratégico para a Continuidade de Negócio⁷, que visa estabelecer as orientações base para a criação das fundações de um programa de continuidade de negócio, de acordo com as melhores práticas e normas internacionais. Os objetivos do programa são claros no que concerne ao espírito do princípio de precaução, nomeadamente:

- Definir e implementar medidas de prevenção;
- Dotar a SCMP dos meios necessários para fazer face a eventos não previstos que provoquem interrupções dos serviços e processos;
- Capacitar a SCMP e os seus recursos humanos dos meios necessários para desencadear os planos definidos e previstos;
- Mobilizar a organização para uma cultura de prevenção efetiva, incrementando a sua capacidade de resposta a emergências, com o mínimo de consequências físicas, técnicas operacionais e financeiras.



Missão, Valores e Visão

66

A Misericórdia do Porto continua a promover a inovação tendo por base o seu compromisso com uma conduta ética e responsável. A cultura de integridade da Misericórdia do Porto é construída sobre a res-

ponsabilidade pelos valores éticos fundamentais de justiça, integridade, honestidade, respeito e responsabilidade que orientam os seus colaboradores, parceiros e comunidade no cumprimento da sua missão.

VISÃO		MISSÃO		VALORES	
Ser a Instituição Portuguesa de referência na oferta de respostas e soluções integradas na área da solidariedade social		Oferecer aos seus clientes, beneficiários e Irmãos, soluções integradas e inovadoras na prestação de serviços humanizados, pautados pela excelência e por elevados níveis de qualidade e ética profissional, assegurando a melhoria das condições e da qualidade de vida da comunidade em geral, e em particular dos mais desfavorecidos. Preservar e difundir o seu património cultural, material e imaterial, promovendo iniciativas e parcerias de apoio à economia social.		Espírito de Equipa e Cooperação Honestidade e Integridade Sustentabilidade Responsabilidade e Profissionalismo Respeito pelo Outro e Tolerância Responsabilidade Social Ambiente Talento e Inovação	

Figura 12 Visão, valores e missão da SCMP



Normas e códigos de conduta

O Código de Ética e Conduta da SCMP é a base do programa de ética e conformidade da Instituição, destacando a obrigação compartilhada na promoção de uma cultura de integridade e protegendo a reputação institucional. O Código aplica-se a todos os membros e colaboradores da Misericórdia do Porto e reflete os princípios estabelecidos nas diretrizes éticas globais, nomeadamente, na iniciativa internacional como é exemplo a Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas, incluindo:

- Cumprimento da Legislação (Conformidade)
- Ética
- Transparência, honestidade e integridade
- Ambiente de trabalho: segurança e saúde
- Desenvolvimento humano
- Direitos Humanos e igualdade de oportunidades
- Não discriminação e Igualdade de oportunidades

- Integridade: Proibição de práticas de corrupção e suborno
- Relações com Utentes e Fornecedores

O Código foi aprovado pela Mesa Administrativa da SCMP, em 2019, devendo ser interpretado e promovido como parte do compromisso contínuo na criação de uma cultura de integridade, bem como de uma conduta organizacional ética e responsável, no quadro das finalidades da atividade desempenhada. Este compromisso foca o serviço aos mais desfavorecidos, regendo a atuação da Misericórdia do Porto com base no espírito das catorze Obras de Misericórdia.

O Código, que se encontra disponível no website da SCMP, está redigido na língua materna, Português. Contudo, face à diversidade cultural existente, consideramos fundamental a sua tradução, a curto prazo, para a Língua Inglesa, de forma a garantir que é conhecido e compreendido por todos os nossos colaboradores e terceiros relevantes. A Misericórdia do Porto pondera, ainda, conforme possa ser necessário, fornecer traduções adicionais em outros idiomas.

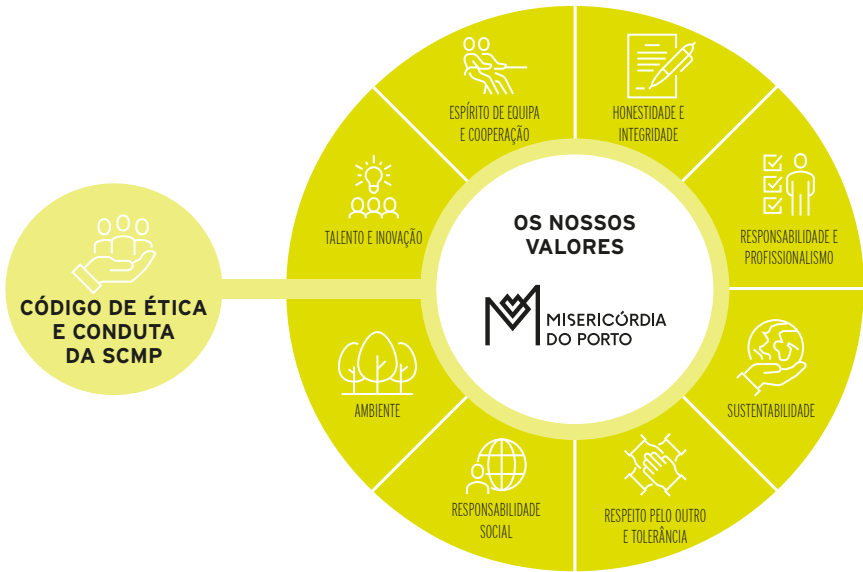


Figura 13 Valores e Código de Ética e Conduta da SCMP

A Misericórdia do Porto mantém ainda em vigor outros instrumentos internos de regulação e orientação como políticas, códigos e regulamentos para promover e manter o bom funcionamento da Instituição.

- Regulamento do Pessoal (2012)
- Manual de Acolhimento (2016)
- Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora da Misericórdia Do Porto (2017)
- Estatuto Orgânico (2017)
- Regulamento Banco de Horas Individual (2020)
- Política de sustentabilidade (integrada no relatório de sustentabilidade de 2018)
- Código de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho (2019)
- Código de Ética e Conduta SCMP (2019)
- Política de Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho (2019)
- Política de Gestão Ambiental (em fase de planeamento)
- Política de Participação e Envolvimento de Clientes e Partes Interessadas
- Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (2021)

Mecanismos de aconselhamento e preocupações com ética

102-17

A Misericórdia do Porto integra na sua estrutura orgânica o GAJC que é responsável por realizar todas as diligências associadas a comportamentos ilícitos e não éticos. São realizadas, periodicamente, auditorias de controlo interno, pelo GAI, que analisa as potenciais inconformidades e vulnerabilidades. O GAI tem, entre outras responsabilidades, a gestão de reclamações (incluindo as relativas a atos de corrupção), disponibilizando um sistema de “linha aberta” para o envio das mesmas disponível no website da Misericórdia do Porto.

A comunicação de preocupações com comportamentos antiéticos, ilícitos e com a integridade da organização é dirigida ao Provedor da SCMP, podendo ser apresentadas por qualquer uma das partes interessadas.

Em matéria de proteção de dados, a Misericórdia do Porto mantém ainda em todas as áreas operacionais, gestores de segurança, risco e *compliance* (SRC Managers) capacitados a identificar e reportar quaisquer eventos relacionados com a segurança, risco e conformidade dos dados.

As solicitações de consultoria ou comunicações de preocupações são tratadas com o mais alto nível de confidencialidade possível, de acordo com os requisitos de cada caso.

A par das linhas orientadoras e recomendações que o Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC)⁸ tem vindo a emitir, e tendo em atenção todas as considerações antecedentes, a Misericórdia do Porto, consciente de que a corrupção e os riscos conexos são um sério obstáculo ao normal funcionamento das instituições elaborou o Plano de Prevenção de Riscos e Infrações Conexas, disponível a todos os seus colaboradores na intranet da Instituição. Neste plano, inclui-se a Política Anticorrupção da SCMP.

01.4. Governança Corporativa

102-18 | 102-19 | 102-20 | 102-21 | 102-22 | 102-23

Estatuto Orgânico da SCMP

O modelo de governança e gestão da Misericórdia do Porto assenta num conjunto de princípios orientadores que visam a responsabilização e operacionalização de toda a instituição, através da:

- Normalização de critérios e de procedimentos;
- Integração de meios de decisão e de controlo de despesa;
- Uniformização dos modelos de admissão e de gestão de recursos humanos;
- Descentralização de meios operacionais;
- Delegação de competências claras e objetivas;
- Flexibilização do processo decisório e responsabilização na sua execução.

Estes princípios orientadores e as disposições gerais da governança da Instituição constam no Estatuto Orgânico da SCMP⁹, o qual regula os princípios, a natureza, a organização, as funções, as responsabilidades e a estrutura das várias instâncias de governança e de gestão da Instituição.

Ao longo da nossa experiência, temos vindo a trabalhar para reforçar a eficácia do nosso modelo de governança. Fortalecemos a nossa estrutura e políticas de gestão através da reafirmação de papéis e responsabilidades de gestão e governança, criando comissões e unidades de suporte competentes que disponibilizam a toda a organização serviços de apoio e práticas organizacionais que permitem a criação de sinergias conducentes à melhor racionalização dos recursos institucionais.





Estrutura Orgânica
da Misericórdia do Porto

Em termos de estrutura funcional, a Misericórdia do Porto assenta numa gestão vertical de funções em três níveis - estratégico, intermédio/tático e operacional - que determinam uma visão hierárquica, a qual se desdobra numa rede que integra várias áreas de

atuação. A colaboração entre os nossos colaboradores e gestores nos processos da Instituição acontece num ambiente estruturado e que inclui frequentemente reuniões e monitorizações das atividades.

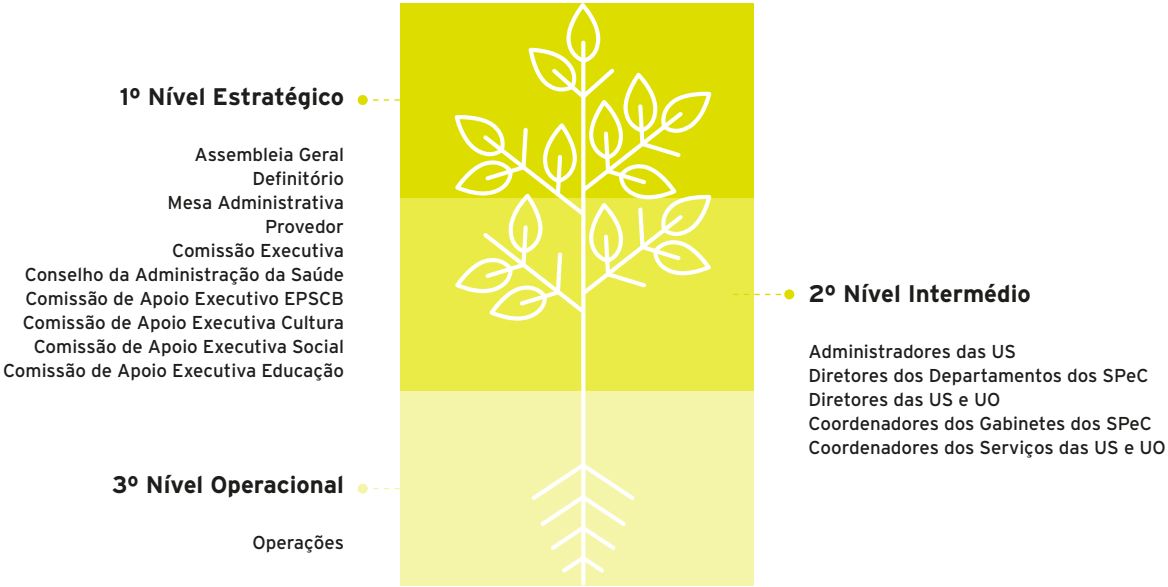


Figura 14 Níveis de gestão da SCMP

O diagrama circular ilustra a estrutura organizacional da Prefeitura Municipal de São Carlos, organizada em camadas concêntricas:

- Núcleo Central:**
 - Assembleia Geral
 - Mesa Administrativa
 - Definitório
- Camada 1 (Comissões e Conselhos):**
 - Comissão Executiva
 - Comissão de Auditoria
 - Comissão de Apoio Executivo Social
 - Comissão de Apoio Executivo Cultura
 - Comissão de Apoio Executivo EPSCB
 - Administração da Saúde
 - Conselho
- Camada 2 (Serviços e Apoio):**
 - Serviços Partilhados e Corporativos
 - Fiscalização
 - Apoio à Gestão
 - Social
- Camada 3 (Setores e Unidades):**
 - Serviços Partilhados e Corporativos:** GAI, GAP, DCF, DGAP, DRHP, DSI.
 - Fiscalização:** Ambiente, Artes e Cultura, Saúde, E. Especial Deficiência, Educação, Culto, Justiça, D. Agrícola.
 - Apoio à Gestão:** P. Avides Moreira, Parque Prelada, MMIPO, Casa da Prelada, CHCF, HP, CPAC, CIAD, CNSE, GRC, EPSCB-F, Quinta d'Alva, CBNS, UNISA, SAD, CAS, C. Rua, CSA, ERPI NSM, ERPI SL, ERPI PL, DIS.
 - Social:** (Setor abrangente que engloba as unidades listadas na camada 3).

C - Casa | CAS - Centro de Alojamento Social D. Manuel Martins | CBNS - Colégio Barão Nova Sintra | CHCF - Centro Hospitalar Conde de Ferreira | CIAD - Centro Integrado de Apoio à Deficiência | CNSE - Colégio Nossa Senhora da Esperança | CPAC - Centro Professor Albuquerque e Castro | CSA - Casa de Santo António | D - Desenvolvimento | DCF - Departamento de Contabilidade e Finanças | DGAP - Departamento de Gestão Administrativa e do Património | DCI - Departamento de Controlo Interno | DIS - Departamento de Intervenção Social | DRHP - Departamento de Recursos Humanos e Formação Profissional | DSI - Departamento de Sistemas de Informação | E - Ensino | EPSCB-F - Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo - Feminino | ERPI NSM - Estrutura Residencial para Pessoas Idosas - Nossa Senhora da Misericórdia | ERPI PL - Estrutura Residencial para Pessoas Idosas - Pereira de Lima | ERPI SL - Estrutura Residencial para Pessoas Idosas - São Lázaro | GAI - Gabinete de Auditoria Interna | GAJC - Gabinete de Assuntos Jurídicos e Contencioso | GAP - Gabinete de Apoio à Provedoria | GRC - Gabinete de Religioso e Culto | HP - Hospital da Prelada | MMIPO - Museu da Misericórdia do Porto | P - Parque | SAD - Serviço de Apoio Domiciliário

No centro do nosso organograma estão os Corpos Gerentes e Governo da Santa Casa da Misericórdia do Porto - Assembleia Geral, a Mesa Administrativa e o Definitório. Os membros dos Corpos Gerentes podem ser reeleitos consecutivamente, mais que uma vez, nos termos e demais requisitos contemplados no Regime Jurídico aplicável à Irmandade¹⁰. (102-19; 102-24)

A Mesa Administrativa é composta pelo Provedor (Presidente), pelo Vice-Provedor, pelo Tesoureiro Geral, pelo Mesário do Desenvolvimento Agrícola e Ensino Especial, pelo Mesário do Culto e Cultura, pela Mesária da Área Social, Mulher e Juventude e pelo Mesário da Área de Assuntos Jurídicos e Contencioso. (102-22; 102-23; 102-26)



Compete ao Provedor, entre outras funções:

- Presidir as reuniões da Mesa Administrativa e da Comissão Executiva;
- Preparar, para submeter à consideração da Mesa Administrativa, todas as sugestões e propostas que julgar necessárias ou convenientes para bem da Irmandade e seus fins;
- Fazer executar as resoluções da Assembleia Geral e da Mesa Administrativa,
- Fazer cumprir os regulamentos em vigor e ainda quaisquer outras obrigações inerentes ao seu cargo ou que as Leis vigentes e o costume antigo imponham;
- Superintender, diretamente ou por intermédio das pessoas para tal efeito designadas ou nomeadas, na administração da Irmandade e, conseqüentemente, orientar e fiscalizar as diversas atividades e serviços da Instituição;
- Propor à Mesa Administrativa os Orçamentos, Relatórios e Contas de Gerência;
- Representar a Irmandade em Juízo e fora dele;
- Fixar a Agenda de Trabalhos das reuniões da Mesa Administrativa e da Comissão Executiva, a enviar aos seus membros.

Na ausência ou no impedimento do Provedor serão as respectivas funções desempenhadas pelo Vice-Provedor e, sucessivamente, pelo Tesoureiro-Geral ou pelo Mesário que for designado¹¹. (102-26)

10 - Cfr. art.º 33 do Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora da Misericórdia do Porto (2017).

11 - Cfr. art.º 52 do Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora da Misericórdia do Porto (2017).

Constituição das principais Comissões e Conselhos da Misericórdia do Porto

ÓRGÃOS	ELEMENTOS INTEGRANTES
COMISSÕES	
COMISSÃO EXECUTIVA	Presidente
	Vogal
	Vogal
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SAÚDE - HP	Provedor
	Membro da Mesa Administrativa
	Administrador Executivo HP
	Diretor Clínico HP
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SAÚDE - CHCF	Provedor
	Membro da Mesa Administrativa
	Administrador Executivo CHCF
	Diretor Clínico CHCF
CONSELHO EXECUTIVO SOCIAL	Provedor
	Mesária da Área Social, Mulher e Juventude
	Mesário do Desenvolvimento Agrícola e Ensino Especial
	Diretor do DIS
CONSELHO EXECUTIVO - HP	Membro da Mesa Administrativa
	Administrador Executivo HP
	Diretor Clínico HP
CONSELHO EXECUTIVO - CHCF	Membro da Mesa Administrativa
	Administrador Executivo CHCF
	Diretor Clínico CHCF
COMISSÃO DE APOIO EXECUTIVO - EPSCB	Provedor
	Coordenador com funções de representação da SCMP junto da estrutura dirigente do equipamento
COMISSÃO DE APOIO EXECUTIVO CULTURA	Provedor
	Mesário do Culto e Cultura
	Coordenador do GRC
	Diretora da Casa da Prelada
	Diretor do MMIPO

Composição do mais alto órgão de governança e de seus comitês

ÓRGÃOS	ELEMENTOS INTEGRANTES
CORPOS GERENTES SCMP	
DEFINITÓRIO	Presidente
	Juiz Conselheiro
	Membro Efetivo
	Membro Efetivo
	Membro Efetivo
	Suplente
	Suplente
	Suplente
	Suplente
	Suplente
ASSEMBLEIA-GERAL - MESA DA ASSEMBLEIA GERAL	Presidente
	Vice-Presidente
	Secretário
	Secretário
	Suplente
	Suplente
	Suplente
	Suplente
MESA ADMINISTRATIVA	Presidente - Provedor
	Vice-Provedor
	Tesoureiro Geral
	Mesário do Desenvolvimento Agrícola e Ensino Especial
	Mesário do Culto e Cultura
	Mesária da Área Social, Mulher e Juventude
	Mesário da Área de Assuntos Jurídicos e Contencioso
	Suplente
	Suplente

Responsabilidade ao nível executivo para temas económicos, ambientais e sociais

102-20 | 102-32

Em termos de responsabilidade de nível executivo por tópicos económicos, ambientais e sociais, a Misericórdia do Porto integra na sua estrutura orgânica diferentes departamentos e áreas de intervenção transversais e com funções distintas. As responsabilidades a nível executivo por tópicos económicos

recaem sobre as direções do DCF e DCI, podendo, de acordo com ordens superiores e em outras circunstâncias, envolver internamente outras direções de estabelecimentos ou departamentos da Instituição.

No que concerne a questões ambientais, as responsabilidades são partilhadas pela Quinta D'Alva e DGAP, cabendo à direção do DCI, o controlo e monitorização de informações relativas a tópicos ambientais. O DIS e o DRHFP têm responsabilidades por tópicos sociais, o primeiro com papel mais interventivo na comunidade local e o segundo na gestão dos recursos humanos da Instituição. (102-20)



Figura 16 Responsabilidade ao nível executivo para temas económicos, ambientais e sociais

Consultoria às partes interessadas sobre temas económicos, ambientais e sociais

A Misericórdia do Porto integra a sustentabilidade em todas as suas áreas de intervenção, tendo já algumas destas áreas avançado com o cumprimento dos objetivos de desenvolvimento sustentável antes das publicações dos nossos relatórios de sustentabilidade.

Na necessidade de estruturar e acompanhar todos os desenvolvimentos, ações e iniciativas nos diferentes âmbitos da sustentabilidade e, também, de garantir o cumprimento dos objetivos estratégicos

definidos pela Gestão de Topo em questões de sustentabilidade, a Misericórdia do Porto mantém em funcionamento a área de GRC do DCI, que integra a Sustentabilidade e Responsabilidade Social e o Ambiente e Qualidade, a qual é responsável por articular e cooperar com todas as áreas de atuação existentes.

Para dar cumprimento aos objetivos estratégicos de sustentabilidade definidos para o quadriénio 2018-2021, o DCI tem vindo a acompanhar as atividades de sustentabilidade recolhendo indicadores de desempenho e outras informações, reportando diretamente à Comissão Executiva toda a informa-

ção necessária para garantir que, no decurso da sua ação, a Misericórdia do Porto se encontra a contribuir positivamente para o bem-estar social, económico e ambiental da comunidade.

A Comissão Executiva, entre outras competências, avalia globalmente os desafios e tendências da sustentabilidade e define as metas de longo e médio prazo para a Instituição iniciar projetos e atividades no campo da sustentabilidade. Presidida pelo Provedor, compete à Comissão Executiva, tendo em conta os princípios gerais do Compromisso e as deliberações da Mesa Administrativa, assegurar globalmente a normalização dos métodos e procedimentos da Instituição, como um todo, e definir as linhas gerais de ação dos Departamentos Centrais, bem como a integração de todas as demais UO.

Conflitos de interesse

102-25

A Misericórdia do Porto definiu e mantém em vigor uma *framework* constituída por cinco fases necessárias para a implementação e monitorização de um programa eficaz de conformidade transversal à

SCMP. Esta *framework* integra a abordagem à gestão por processos e ao risco, cujo desenho teve em consideração uma visão integrada da operacionalização da atividade.

Deste modo, pretende-se encorajar a função de *compliance* na execução das atividades, assente na segregação de funções, de forma a evitar conflitos de interesses, que ponham em causa a transparência e imparcialidade das ações feitas. (102-25)

Preocupações críticas

102-33 | 102-34

A Misericórdia do Porto tem procedimentos de reporte devidamente definidos para situações de suspeitas de ocorrência ou tentativas de corrupção, irregularidades ou outras preocupações relativamente às atividades que desenvolve. Os procedimentos definidos visam orientar e permitir aos colaboradores reportar qualquer preocupação crítica de natureza diversa¹².

O procedimento apresenta-se com 5 etapas definidas, que serão explicadas de seguida:



Figura 17 Procedimentos de reporte perante suspeita de corrupção

Cada etapa tem inerentes um conjunto de ações conforme se demonstra a seguir:

1. Identificar e descrever

Todas as suspeitas de ocorrência ou tentativas de corrupção, irregularidades ou outras preocupações em relação às atividades da SCMP, que não são abrangidas por outras políticas ou procedimentos internos, devem ser comunicadas. Dispomos de meios de comunicação para que os colaboradores e terceiros possam efetuar as denúncias, suscitadas de boa fé ou com base em convicção razoável em total confiança. Neste sentido, a denúncia deverá ser imediata e efetuada utilizando os recursos disponíveis para o efeito, designadamente:

- Se advir de origem interna, estando contemplados nesta situação os Irmãos e colaboradores da SCMP, para reclamar.scmp@gmail.com, no âmbito das funções do GAI;
- Livro de Reclamações;
- Sendo de fonte externa, deverá ser endereçado para apoioaocliente@scmp.pt, no âmbito das funções do Serviço de Apoio ao Cliente (SAC).

2. Analisar e tratar

Verificado o cumprimento dos critérios estabelecidos, é dado conhecimento ao Provedor, no âmbito das suas competências previstas no Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora da Misericórdia do Porto, que levará em consideração todas as informações fornecidas. As denúncias efetuadas são investigadas pelo Grupo de Trabalho existente para o efeito, após pronúncia do Provedor, salvaguardando-se a confidencialidade de toda a informação recolhida e privilegiada protegendo-se, assim, a identidade do relator.

Em caso de dúvidas e esclarecimentos adicionais, este grupo recorrerá a uma entidade/pessoa com conhecimento especializado, técnico ou profissional, perante a relevância da mesma para o caso em análise. Assim, são tomadas medidas imediatas para obter aconselhamento profissional adequado de forma a se prosseguir com a análise.



3. Emitir Resultados

Privilegiamos as relações de comunicação direta. Como tal, os relatórios efetuados com os resultados da análise aos incidentes de corrupção relatados são facultados à gestão de topo, para que a mesma analise os procedimentos seguidos, as ações realizadas e a necessidade de ações adicionais de investigação.

A SCMP notificará o Ministério Público de quaisquer incidentes graves de suborno, tendo em conta as obrigações na legislação relativas a corrupção e comportamento associado, previstas.

Sem comprometer a confidencialidade, é fornecida uma resposta ao indivíduo que tenha procedido ao reporte de um incidente, sendo informado que foram, ou não, realizadas diligências para averiguar a situação registada e, caso aplicável, implementadas ações de melhoria para evitar uma nova ocorrência.

A SCMP cooperará em qualquer investigação ou acusação sob legislação de corrupção que possa acontecer. Perante solicitações externas, as informações serão transmitidas às entidades reguladoras competentes, seguindo-se as normas e regras de sigilo em vigor.

4. Aplicar consequências

Práticas de corrupção por pessoal da SCMP ou de terceiros agindo em seu nome, bem como alegações

maliciosas, serão tratadas como uma ofensa disciplinar grave, estando sujeitas a procedimento judicial, ao abrigo do quadro legislativo em vigor.

Perante qualquer violação das diretrizes descritas neste plano ou na política definida para este efeito, a SCMP tomará medidas firmes, que podem incluir demissão, suspensão e outras ações disciplinares previstas nos seus normativos internos e nos termos legais aplicáveis às infrações cometidas.

Face à denúncia ou verificação de práticas ilícitas envolvendo partes externas relevantes, serão implementadas medidas e ações, devidamente enquadradas no âmbito legal para o efeito.

Em todos os casos que haja articulação com entidades externas, a SCMP reserva o direito, onde seja razoável e permitido fazê-lo, de prosseguir com os seus procedimentos disciplinares internos e/ou processos civis.

5. Arquivar

Toda a documentação da informação obtida e utilizada estará adequadamente protegida, armazenada e de acesso restrito, de acordo com a Declaração de Segurança Corporativa e demais legislações em vigor.

Em 2020, não foram registadas/comunicadas preocupações cruciais.



01.5. Envolvimento dos *stakeholders*

Abordagem da Sustentabilidade

Mantemos um forte compromisso com a sustentabilidade. Para nós, as empresas e organizações que são socialmente responsáveis podem desempenhar um papel crucial como agentes de transformação para um futuro sustentável. A sustentabilidade é indissociável da nossa capacidade de oferecer valor e crescimento a longo prazo a todos os nossos *stakeholders*.

Alinhamos as nossas operações às melhores práticas globais e aos padrões reconhecidos internacionalmente, nomeadamente aos padrões de reporte GRI e começamos a incluir algumas diretrizes da norma ISO 26000:2010 em algumas das nossas atividades. A nossa agenda de sustentabilidade está focada nas questões mais relevantes para os nossos negócios e partes interessadas. Ao abordar os nossos impactos à sustentabilidade e ao atender melhor às necessidades e expectativas dos nossos *stakeholders*, estamos também a melhorar a nossa capacidade de competitividade e a relevância dos nossos negócios a longo prazo.

Com o aumento da globalização e urbanização, com o desafio enfrentado pelas indústrias e comunidades, é necessário equilibrar o desenvolvimento com a escassez de recursos e as preocupações ambientais. A crise do coronavírus veio ainda destacar a importância de incorporar a sustentabilidade nas organizações, seja em termos de cadeias de fornecimento, seja no impacto que as Instituições possam ter na sociedade.

Acreditamos que temos um papel a desempenhar na contribuição para um futuro sustentável. Um dos nossos princípios orientadores é assegurar que todas as decisões tomadas nas diferentes áreas de intervenção têm em consideração um balanço dos elementos económicos, sociais e ambientais para promover o bem-estar e a qualidade de vida da comunidade local.

O nosso objetivo é desenvolver projetos e programas com valor de longo prazo nos diferentes âmbitos da sustentabilidade (ambiental, social e económica), ga-

rantido a proteção, saúde e equidade da comunidade e gerações futuras.

A nossa abordagem da sustentabilidade é holística e integrada, abordamos conhecimentos, competências e valores relacionados à sustentabilidade que integramos nas nossas operações e práticas de gestão e que estão refletidos na nossa Política de Sustentabilidade da Misericórdia do Porto desde 2018.

Para nós é fundamental uma divulgação adequada e comunicação com as partes interessadas. Este relatório de sustentabilidade inclui informações sobre os aspetos e impactos ambientais, sociais, económicos e de governança corporativa (divulgações gerais) da SCMP.



Os nossos *stakeholders*

102-40 | 102-42

A Misericórdia do Porto considera fundamental a manutenção de uma relação com todos os seus *stakeholders*, por forma a gerir, de forma sustentável, as atividades e desempenho global da Instituição.

O envolvimento das partes interessadas é crucial para uma gestão mais concreta das necessidades e expeta-

tivas dos mesmos, bem como, para um maior alinhamento com os objetivos estratégicos institucionais.

Na Misericórdia do Porto consideramos *stakeholders*, todos aqueles que detém, ou poderão deter, alguma influência, dependência ou responsabilidade para com a Instituição. Assim, de acordo com o referido, identificamos as seguintes partes interessadas:



Figura 18 Os nossos principais *stakeholders*

Abordagem para o envolvimento dos *Stakeholders*

102-43

Para a SCMP é importante dar voz a todos os que a ajudam a cumprir a sua missão.

As nossas diferentes áreas de atuação convergem com os interesses de muitas pessoas, e, por este motivo, o envolvimento com as nossas diversas partes interessadas é particularmente importante para nós.

Em 2020, tivemos vários eventos que serviram de consulta e envolvimento com as nossas partes interessadas, nomeadamente:

- Questionários:
 - Avaliação da materialidade
 - Avaliações de impacto covid-19
- Identificação de riscos promovida pela definição/atualização dos nossos processos de negócio
- Sistema de Gestão de Qualidade - 2.ª Auditoria de Acompanhamento SGQ - DIS
- Canal de comunicação interna - *tips&news*
- Plano de Gestão de Resíduos - SCMP
- Outros

Os eventos realizados permitiram-nos identificar quais os temas materiais mais importantes para nós e para as nossas principais partes interessadas, conhecer as expectativas e preocupações das partes envolvidas em relação às ações institucionais e ficar a par dos desenvolvimentos atuais relevantes.

Para além dos eventos que vamos promovendo para auscultar os nossos *stakeholders*, os principais interessados podem também expressar a sua opinião sobre quais os tópicos ou assuntos em que a Misericórdia do Porto se deve focar e priorizar através dos nossos vários canais de comunicação:

- Geral: scmp@scmp.pt
- Marketing e Comunicação:
marketing.comunicacao@scmp.pt
- Sustentabilidade e Responsabilidade Social:
sustentabilidade@scmp.pt

A gestão dos canais de comunicação junto das partes interessadas, permite uma maior compatibilidade com as necessidades, expectativas e interesses identificados. Como temos vários públicos e canais de comunicação, tratamos de muitas das questões e necessidades reportadas fora do nosso ciclo de relatório anual e relatório de sustentabilidade. Reunimos na matriz a seguir, os modos e frequência de envolvimento com os nossos *stakeholders*.

Modo de Envolvimento	Ocasional											
	GT	I	BB	CL	E	UCB	C	FP	V	OS	GT	I
Assessoria de Imprensa e press releases			✓	✓	✓	✓		✓	✓			✓
Campanhas de informação e sensibilização			✓					✓	✓	✓		
Circulares informativas e normativas										✓		✓
Códigos de conduta		✓	✓	✓	✓	✓		✓		✓		
Conferências, concertos, exposições e outros eventos sociais e culturais					✓			✓	✓			
Contact centers e linhas de apoio					✓				✓	✓	✓	✓
Deliberações da mesa				✓	✓	✓				✓		
Formação	✓	✓	✓		✓	✓		✓	✓	✓		
Intranet		✓	✓	✓	✓	✓				✓		
Manual e sessões de acolhimento aos novos colaboradores	✓	✓	✓	✓	✓	✓		✓		✓		
Monografias e publicações periódicas				✓	✓	✓				✓		
Newsletters internas		✓	✓	✓	✓	✓		✓		✓		
Plataforma eletrónica de compras		✓	✓	✓	✓	✓			✓	✓	✓	
Prémios e distinções										✓		✓
Relatório de Gestão e Contas e outros documentos										✓		✓
Reuniões e grupos de trabalho		✓	✓	✓	✓	✓				✓		
Sítios da Internet e canais nas redes sociais												

Figura 19: Matriz de envolvimento com os *stakeholders*.
Legenda- GT: Gestão de Topo | I: Irmãos | BB: Beneméritos e Benfeitores | CL: Comunidade Local | E: Estado | UCB: Utentes, Clientes e Beneficiários | C: Colaboradores | FP: Fornecedores e Parceiros | V: Voluntários | OS: Órgãos Sociais

[illegible]

01.6. Avaliação da materialidade

102-44

Ao longo do ano, realizamos pesquisas e recolhemos dados sobre o nosso desempenho em sustentabilidade com as pessoas com quem nos relacionamos. Esta informação é utilizada como base para a nossa análise da materialidade, aliada a um diálogo contínuo e sob diversas formas com as nossas partes interessadas.

A análise fornece uma visão das áreas temáticas que os nossos principais *stakeholders* consideraram materiais e permite-nos desenvolver a estratégia e adequar o nosso reporte, comunicação e divulgação para que se alinhem com os interesses e necessidades dos mesmos.

A seleção das áreas temáticas a serem incluídas na análise de materialidade foi orientada pelo DCI e envolveu colaboradores das diversas áreas da Instituição, para abordar a organização como um todo. Esta seleção foi efetuada para que as áreas selecionadas fossem relevantes, independentemente do número de respostas aos pedidos de dados e pesquisas realizadas.

Várias estruturas como a *Global Reporting Initiative* (GRI), o Pacto Global da ONU, a ISO 26000:2010 e vários documentos institucionais como o Código de Ética e Conduta da Misericórdia do Porto, incluindo os valores e missão da Instituição, portefólio de serviços, avaliações de impacto realizadas e gestão do risco formaram a base para os tópicos selecionados.

O resultado desta compilação reuniu ao todo 71 tópicos, todos importantes para a Instituição. A seleção de tópicos para a lista final resultou em 37 tópicos que emergiram da combinação dos tópicos das várias estruturas, documentos institucionais e métodos de avaliação referidos, tendo sido acrescentado o âmbito “Governança Corporativa” para integrar outros tópicos que podem ser razoavelmente considerados importantes para nós e para os nossos *stakeholders*.

A maioria dos tópicos permaneceu inalterada em relação aos anos anteriores para facilitar a análise e comparabilidade ao longo do tempo. Vários assuntos foram reformulados para cobrir uma área maior de reporte dos indicadores GRI. Alguns deles são novos, como é exemplo a biodiversidade (304-2; 304-3 e 304-4), que foi considerado relevante para a SCMP constando na nossa análise da materialidade e, por isso, razão para ser desenvolvido no relatório.

Os tópicos foram avaliados numa escala de quatro níveis: muito relevante; relevante; pouco relevante e não relevante. Os tópicos foram avaliados numa escala de quatro níveis: muito relevante (4); relevante (3); pouco relevante (2) e não relevante (1).

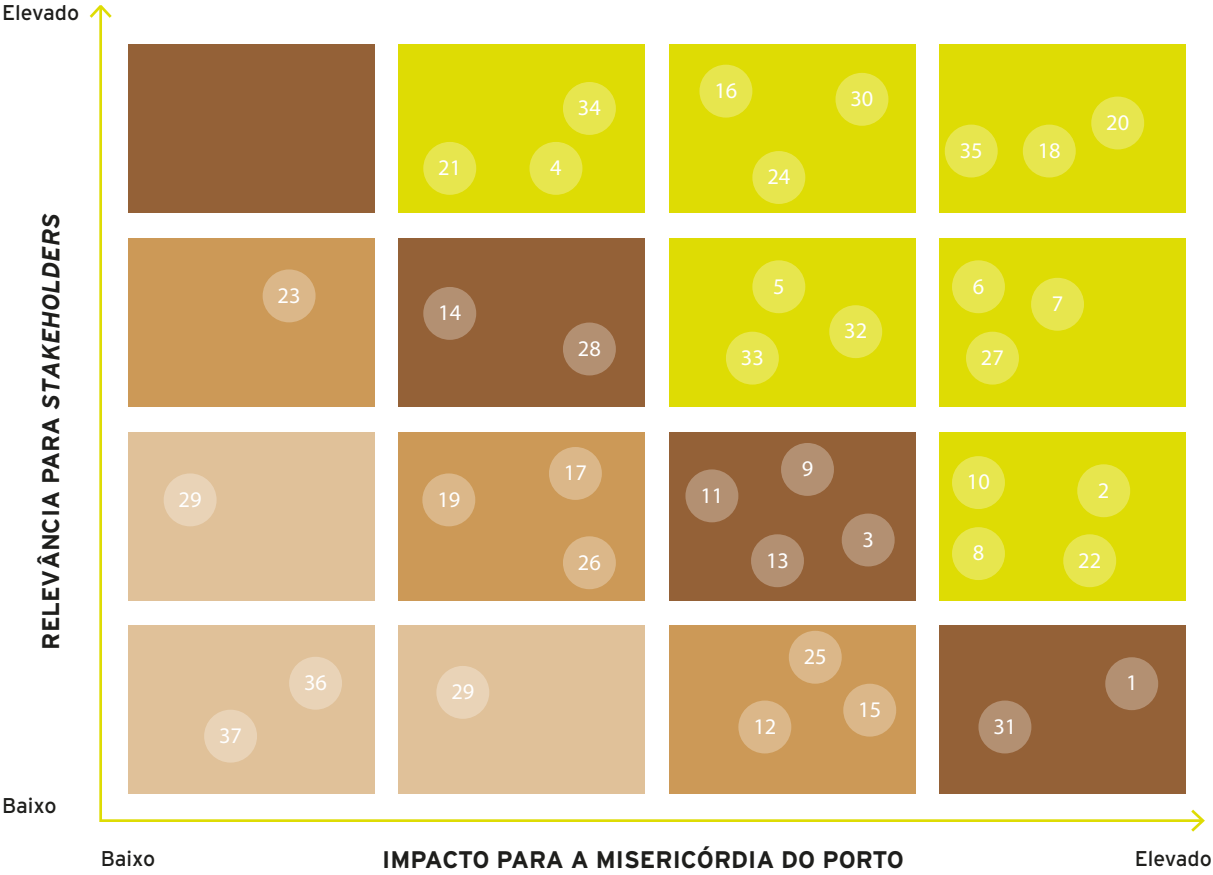


Figura 20 Matriz de materialidade

#	Referência	Âmbito
Governança Corporativa		
1	Normas GRI	Estratégia
2	Normas GRI	Envolvimento dos <i>stakeholders</i>
3	Normas GRI	Governança organizacional
4	Negócio	Ética do negócio
5	Negócio	Proteção de dados
6	Negócio	Transformação digital e sustentabilidade

#	Referência	Âmbito
Económicos		
7	Normas GRI	Anticorrupção
8	Normas GRI	Desempenho Económico
9	Normas GRI	Impactos Económicos Indiretos
10	Negócio	Doações e mecenato
11	Normas GRI	Presença no Mercado

#	Referência	Âmbito
Ambientais		
12	Normas GRI	Análise ambiental dos fornecedores
13	Normas GRI	Efluentes e resíduos
14	ISO 26000	Mitigação e adaptação às mudanças climáticas
15	ISO 26000	Proteção do meio ambiente, biodiversidade
16	ISO 26000	Uso sustentável de recursos (água; emissões e energia; consumo)
Sociais		
17	ISO 26000	Acesso a serviços essenciais
18	Normas GRI	Análise de direitos humanos
19	Normas GRI	Análise social dos fornecedores
20	Normas GRI	Comunidades locais
21	Normas GRI	Conformidade socioeconómica
22	ISO 26000	Criação de emprego e desenvolvimento de competências
23	ISO 26000	Desenvolvimento e acesso à tecnologia
24	ISO 26000	Diligência devida
25	Normas GRI	Diversidade e igualdade de oportunidades
26	Normas GRI	Educação e formação
27	ISO 26000	Investimento social
28	Normas GRI	Liberdade de associação e acordos coletivos
29	Normas GRI	Marketing e rotulagem
30	Normas GRI	Não discriminação
31	Normas GRI	Políticas públicas
32	Normas GRI	Privacidade dos consumidores
33	Normas GRI	Relações laborais
34	Normas GRI	Saúde e segurança dos consumidores
35	Normas GRI	Saúde e segurança no trabalho
36	Normas GRI	Trabalho forçado
37	Normas GRI	Trabalho infantil

Os resultados mostram um aumento do interesse por tópicos como mudanças climáticas e gestão de resíduos/circularidade, proteção do meio ambiente, biodiversidade, bem como transformação digital e sustentabilidade. Estes estão no topo da lista, ao lado da gestão das relações laborais, ética e anticorrupção; formação e desenvolvimento; saúde, higiene e segurança no trabalho; diversidade e igualdade de oportunidades; direitos humanos; desempenho económico e consumo de energia e de água, que continuam a ser os temas considerados mais importantes pelos *stakeholders*.





02. ÂMBITO ECONÓMICO

02.1. Desempenho económico

201-1 | 201-2 | 201-3

Abordagem de gestão

Na Misericórdia do Porto continuamos a acreditar que um desempenho económico transparente fortalece as nossas relações de confiança com as nossas diversas partes interessadas.

O desempenho económico continua, assim, a ser de alta importância, pela sua relevância e indissociabilidade para a melhoria de condições económicas, ambientais e sociais da Instituição e das suas partes interessadas.

Um bom desempenho económico exige uma resposta horizontal da Instituição dado que assegura a saúde financeira da mesma e passa por avaliações de impactos económicos, riscos e oportunidades resultantes de investimentos em ativos e inovação. Uma Instituição economicamente saudável, permite compartilhar valor, ser confiável e socialmente responsável.

Neste sentido, para garantirmos uma gestão consciente e equilibrada, regemos a nossa atividade com observância das disposições legais aplicáveis aos gestores, em especial as do artigo 64.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), que impõe a observância de deveres de cuidado, de disponibilidade, de competência técnica, de gestão criteriosa e ordenada, de lealdade, no interesse da sociedade e dos parceiros que sejam relevantes para a sustentabilidade¹³ da Instituição e sociedade em geral.

Aliamos estas disposições aos princípios das 14 Obras de Misericórdia, exercendo as nossas atividades com base neste espírito, adaptando as nossas áreas de atuação aos desafios internos e externos, os quais exigem um compromisso por parte da SCMP, dado o seu peso para a economia social.

Em todas as nossas áreas de intervenção, procuramos exercer e desenvolver modelos que sejam eficientes na gestão de recursos, que combinem o desempenho económico com impacto positivo na comunidade local para darmos o nosso contributo para o bem comum global.

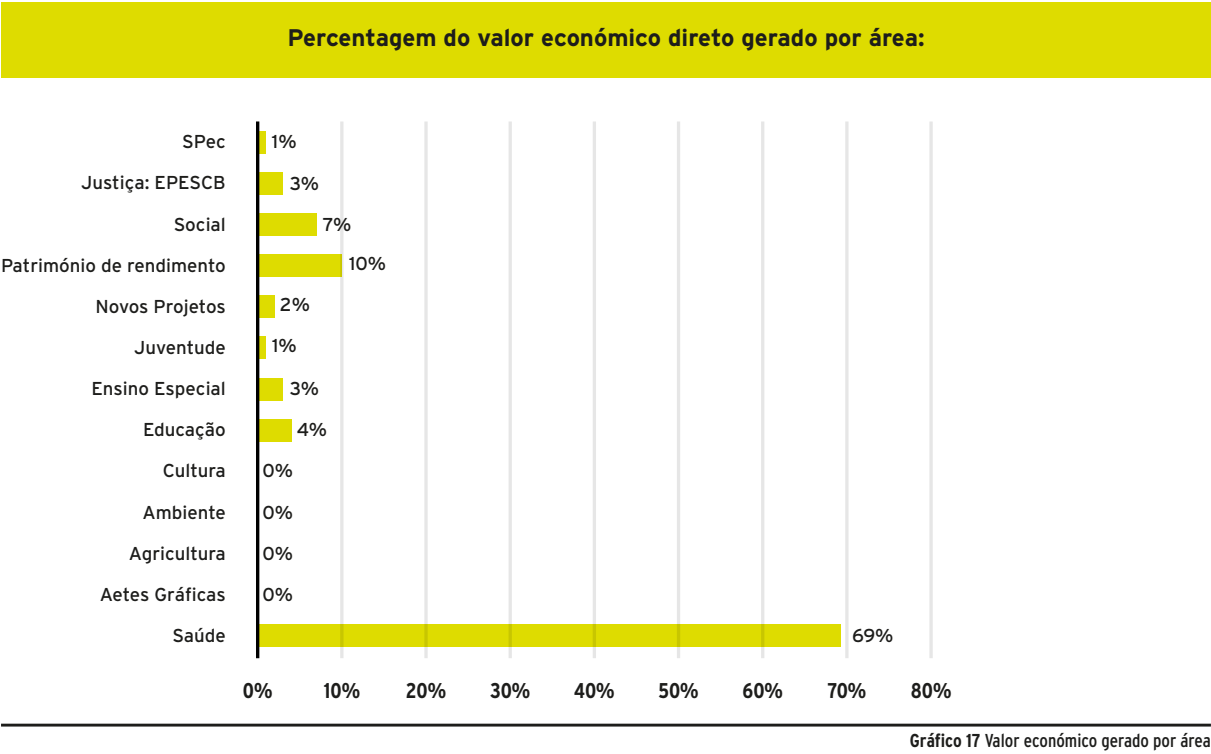
Pretendemos, pois, continuar a inovar na gestão e na criação de soluções que permitam o autofinanciamento com base no valor criado, mobilizando investimentos em projetos que sejam sustentáveis e que gerem receitas para apoiar a nossa missão.



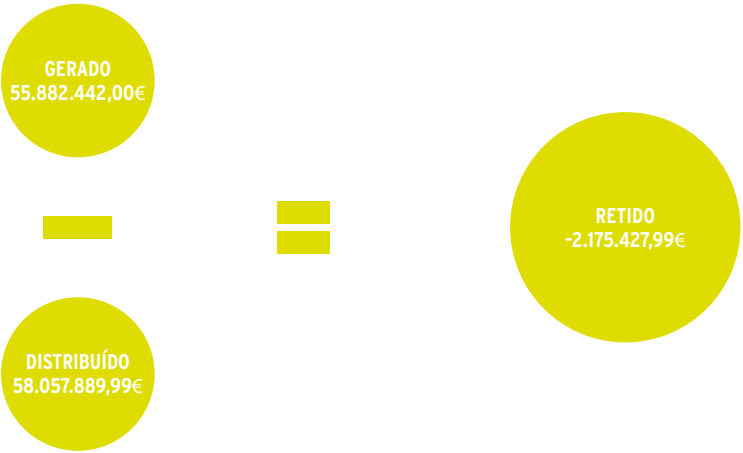
13 - Código das Sociedades Comerciais, CAPÍTULO V - Administração e fiscalização, Artigo 64.º - Deveres fundamentais.

Valor económico distribuído

Em 2020, a Misericórdia do Porto gerou um valor económico direto de 55.882.462,00€. A área da saúde continua a ser o seu maior contribuinte com 38.429.807,00 € (69%) e a área do património de rendimento em segundo lugar, com uma contribuição de 10% do valor gerado. Poderá ser consultada mais informação no Relatório de Gestão e Contas de 2020.

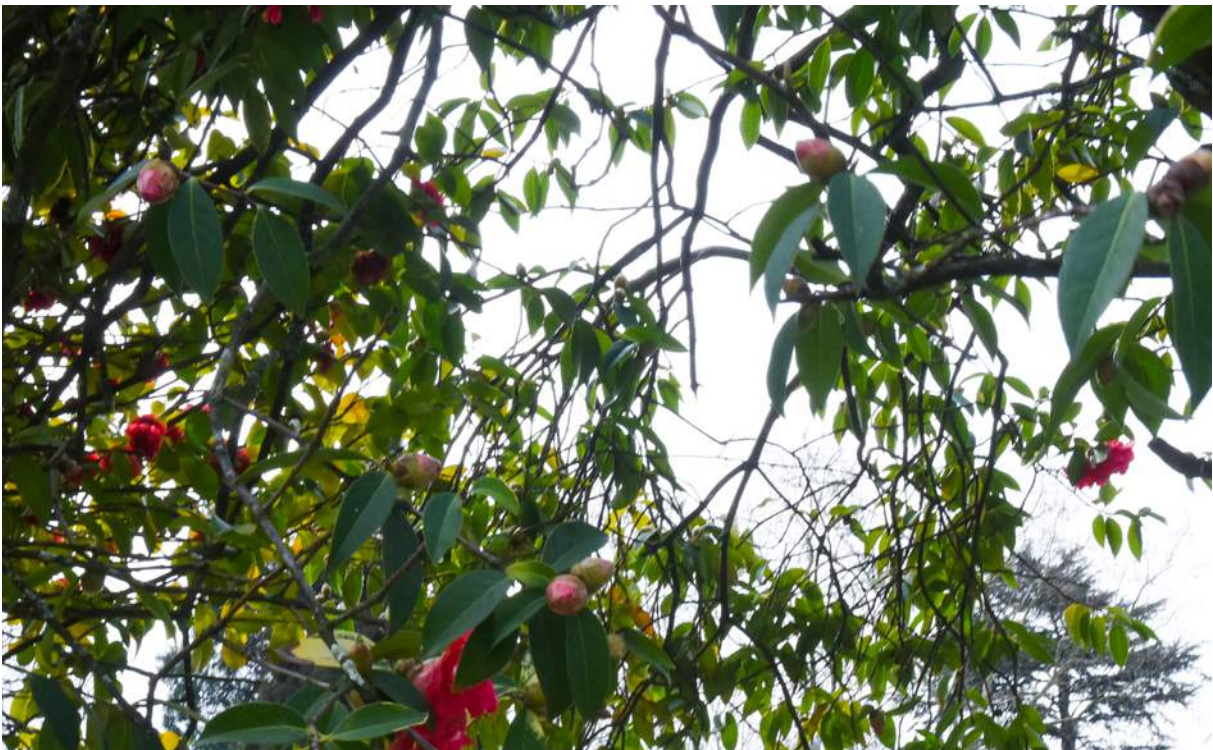


Valor económico gerado | distribuído | retido



#	Valor económico gerado	55.882.462,00 €
1	Saúde	38.429.807,00 €
2	Artes Gráficas	0,00 €
3	Agricultura	193.201,00 €
4	Ambiente	20.050,00 €
5	Cultura	166.504,00 €
6	Educação	2.385.338,00 €
7	Ensino Especial	1.465.223,00 €
8	Juventude	420.517,00 €
9	Novos Projetos	981.872,00 €
10	Património de rendimento	5.339.574,00 €
11	Social	3.985.151,00 €
12	Justiça	1.708.590,00 €
13	SPeC	786.635,00 €

#	Valor económico distribuído	58.057.889,99 €
1	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	5.242.731,72 €
2	Fornecimentos e serviços externos	15.911.175,91 €
3	Gastos com pessoal	33.571.807,83 €
4	Outros gastos e perdas	3.248.620,66 €
5	Juros e gastos similares suportados	83.553,87 €



03. ÂMBITO AMBIENTAL



03.1. Desempenho ambiental

Abordagem de gestão

O aumento da globalização e urbanização traduz-se num desafio, para todas as organizações e comunidades, na medida em que as impede de equilibrar o desenvolvimento económico e social, com a escassez de recursos e os impactos ambientais daí decorrentes.

A Misericórdia do Porto tem vindo a reforçar o seu compromisso com a sustentabilidade ambiental, tendo por objetivo último ser um agente de transformação para um futuro sustentável da comunidade onde se insere.

A nossa política de sustentabilidade reforça o compromisso da Misericórdia do Porto em incorporar a sustentabilidade no modelo de governação institucional e continua a ser parte integrante dos nossos Relatórios de Sustentabilidade.

Em 2020, a prioridade estratégica da nossa Organização (e do mundo) foi reduzir o risco de contaminação pelo coronavírus e garantir a segurança dos colaboradores, clientes e restantes partes interessadas.

O impacto ambiental das medidas utilizadas para mitigar este risco, estará ainda em avaliação, mas, indubitavelmente, veio sublinhar a importância de incorporar requisitos ambientais para além dos legais, nos nossos processos operacionais, com o objetivo de apoiar decisões sustentáveis desde a origem da cadeia de abastecimento até aos processos de consumo e/ou descarte dos recursos e/ou resíduos resultantes da prestação de serviços e produção de produtos.

Adicionalmente, está em vigor um procedimento de verificação mensal dos consumos de água e eletricidade para monitorização e controlo de despesas.



03.2. Consumo de energia

302-1

Como grande consumidora de energia, a Misericórdia do Porto tem um papel importante a desempenhar na redução das emissões de GEE. É objetivo diminuir o impacto da nossa operação e contribuir para a meta do Acordo de Paris - manter o aumento das temperaturas globais abaixo dos 1,5.°C .

Em 2020, o consumo total de energia dentro da organização correspondeu a 60008 GJ, distribuídos por cinco fontes de energia, conforme demonstra o gráfico 18. Em 2020, o consumo total de energia dentro da organização correspondeu a 63927 GJ, um valor ligeiramente mais baixo relativamente a 2019.

A fonte de energia mais utilizada em 2020 continuou a ser o gás natural, registando 40449 GJ de consumo de energia anual total, seguindo-se a eletricidade com um consumo de 19448 GJ, representando 32% do total de energia consumida. O gás propano, o gasóleo e a gasolina representam apenas 0,18% do consumo total anual de energia.

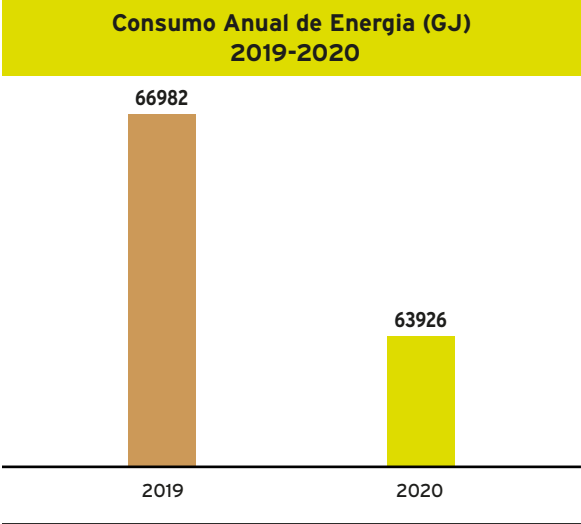


Gráfico 18 Consumo anual de energia (GJ) 2019 - 2020

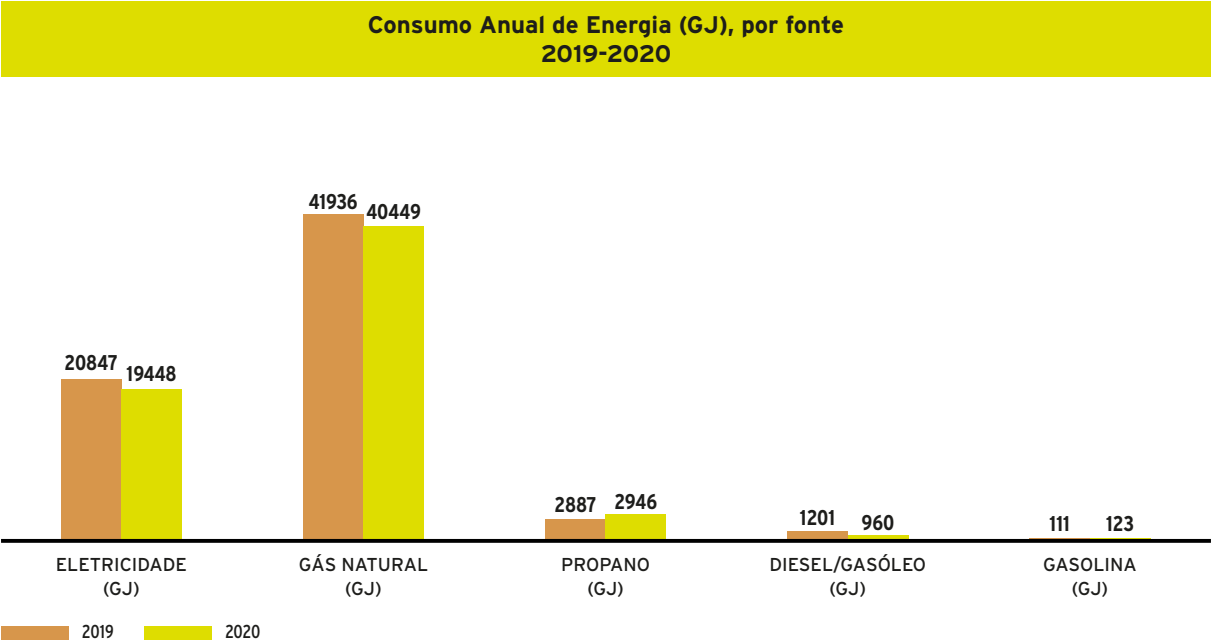


Gráfico 19 Consumo anual de energia (GJ), por fonte 2019-2020

Consumo Anual de Energia (GJ), por área

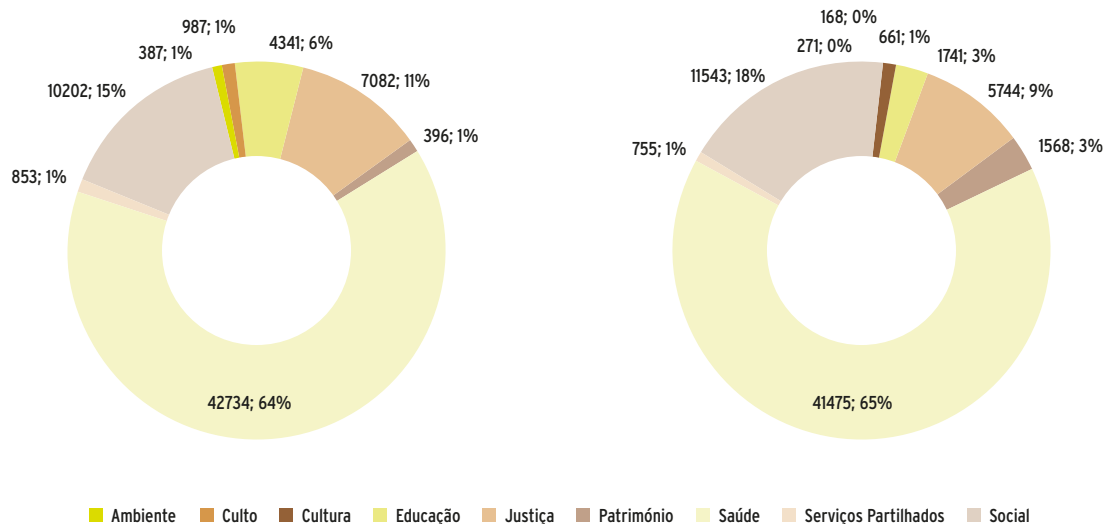


Gráfico 20 Consumo anual de energia (GJ), por área (2019-2020)

Em 2020, e à semelhança de 2019, a área da Saúde continuou a ser a maior consumidora de energia, tendo registado um consumo de energia de 65% do total do consumo anual, seguindo-se a área Social (18%), Justiça (9%) e Educação (3%). As restantes áreas representaram apenas 5% do total de energia consumida em 2020.

Notas:

De acordo com a *International Energy Agency* (IEA) e a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), o cálculo dos valores das energias consumidas respeitaram as seguintes fórmulas e fatores de conversão:

1. Consumo de Gás Natural (GJ) = (Consumo de Gás Natural (m³) x 38718)/10⁶;
2. Consumo de Propano (GJ) = (Consumo de propano (kg) x 46347)/10⁶;
3. Consumo de Gasolina - Frota (GJ) = (Consumo de Gasolina - Frota (l) x 36083)/10⁶;
4. Consumo de Gasóleo - Frota (GJ) = (Consumo de Gasóleo (l) x 36083)/10⁶;
5. Consumo de Eletricidade (GJ) = (Consumo de Eletricidade (kWh) x 3600)/10⁶

03.3. Consumo de água

303-1 | 303-5

Abordagem de gestão

Embora a Misericórdia do Porto não esteja localizada numa zona de “stress hídrico”, reconhece o impacto associado à utilização de grandes volumes de água na sua operação e, por isso, é seu objetivo promover uma gestão eficaz deste recurso visando a sustentabilidade ambiental e económica da organização.

Em tempos pandémicos, como resposta ao aumento do risco de contaminação pelo coronavírus previu-se um aumento do consumo de água potável decorrente do reforço dos procedimentos de higienização de mãos e superfícies para reduzir a probabilidade de disseminação daquele agente patogénico. Contudo, uma vez que parte dos colaboradores se encontrou em regime de teletrabalho verificou-se também uma diminuição do consumo de água nalguns serviços menos operacionais, resultando numa diminuição no total do consumo.

Atualmente, continuamos com a campanha de sensibilização “Pense Verde” nos SPeC, uma ação que visa a racionalização do uso da água e do papel. Reconhecemos a importância de envolver todas as nossas áreas de intervenção em campanhas como esta, bem como na priorização da gestão da água que visa al-

cançar a gestão sustentável dos recursos hídricos disponíveis e, simultaneamente, prestar o nosso contributo para o objetivo de desenvolvimento sustentável 6 da ONU - “Mitigar a escassez de água de qualidade que pode levar a lutas por água no futuro”.

As informações sobre o consumo de água divulgadas neste relatório cobrem todas as áreas de intervenção da Instituição.

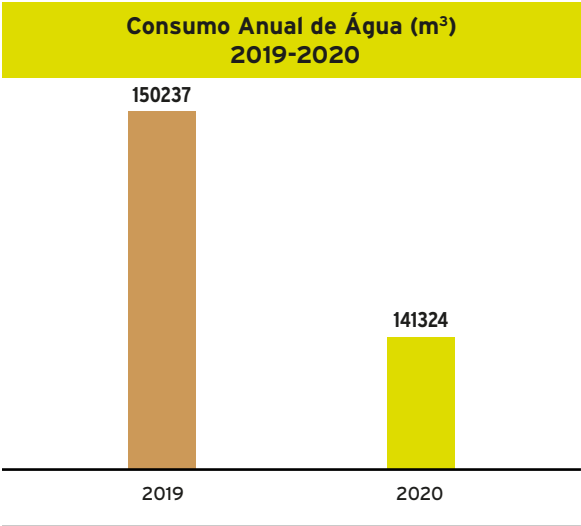


Gráfico 21 Consumo anual de água (m³) 2019 - 2020



A água utilizada pela SCMP tem como fonte o abastecimento da rede municipal. Durante o ano de 2020, registou-se um consumo de 141324 m³. A área da Saúde continuou a ser o maior consumidor, representando 48% deste valor e a outra grande metade (44%) corresponde aos consumos das áreas da Justiça (22%) e Social (22%). A área da Cultura (4%), Educação (2%), Património (1%) e Serviços Partilhados (1%) representam apenas 8% do consumo total anual registado.

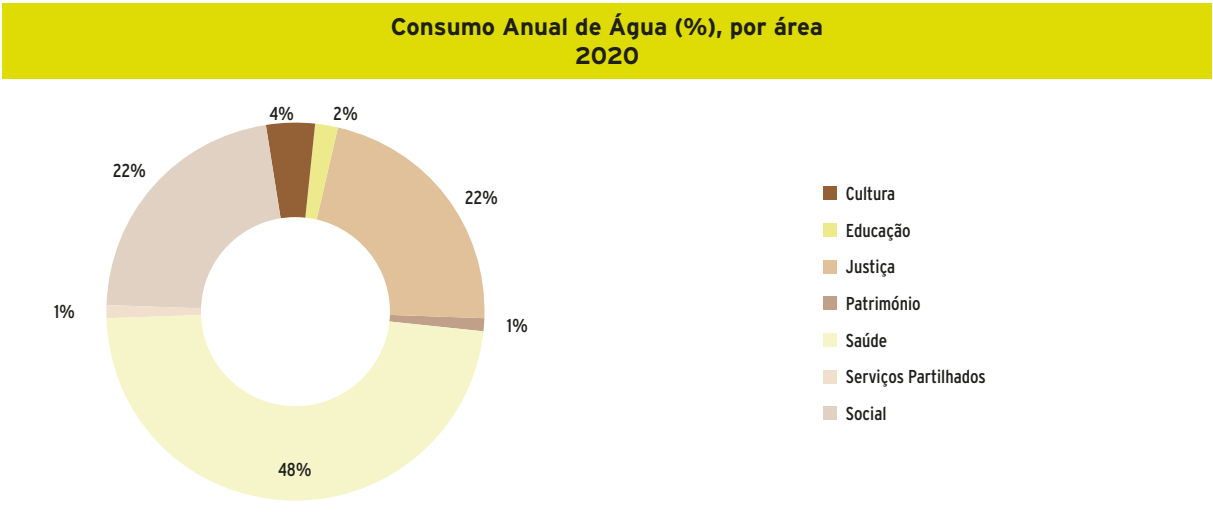


Gráfico 22 Consumo anual de água (%), por área (2020)

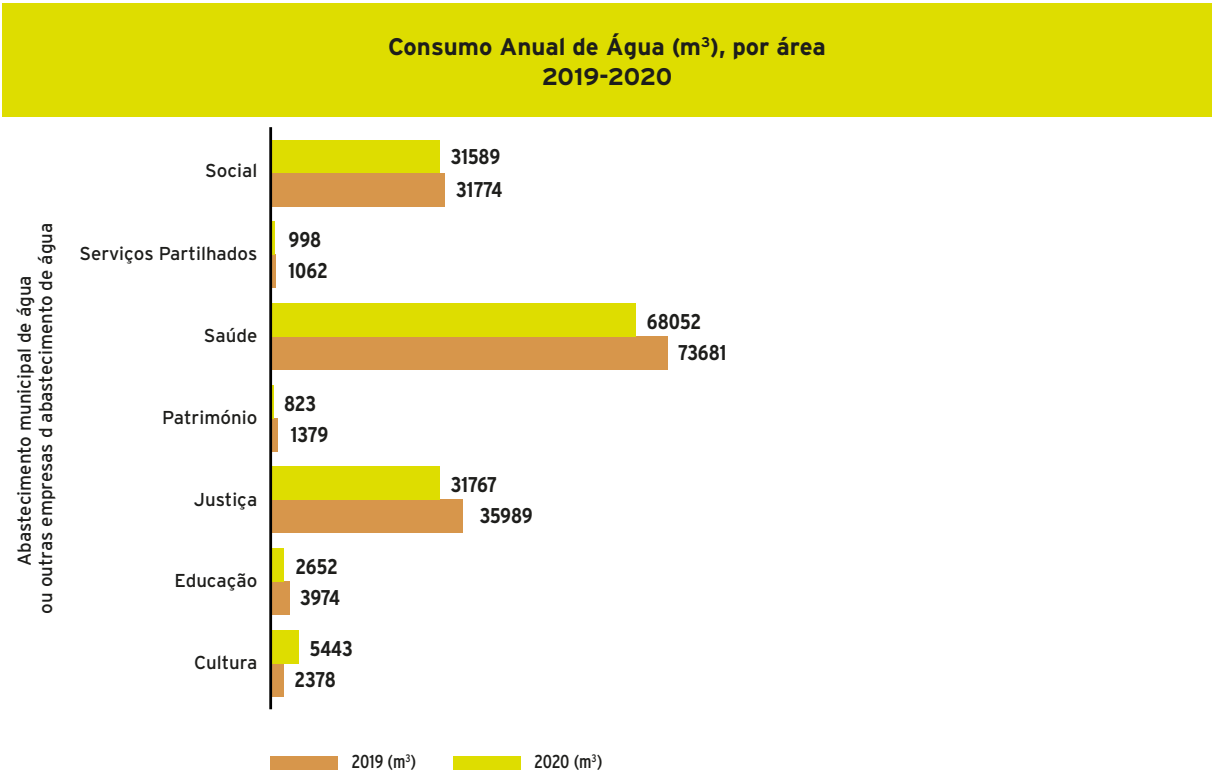


Gráfico 23 Consumo anual de água (m³), por área (2019-2020)

No geral, registou-se uma diminuição nos consumos de água nas diferentes áreas de intervenção, à exceção da área da Cultura que registou um aumento de 3065 m³.

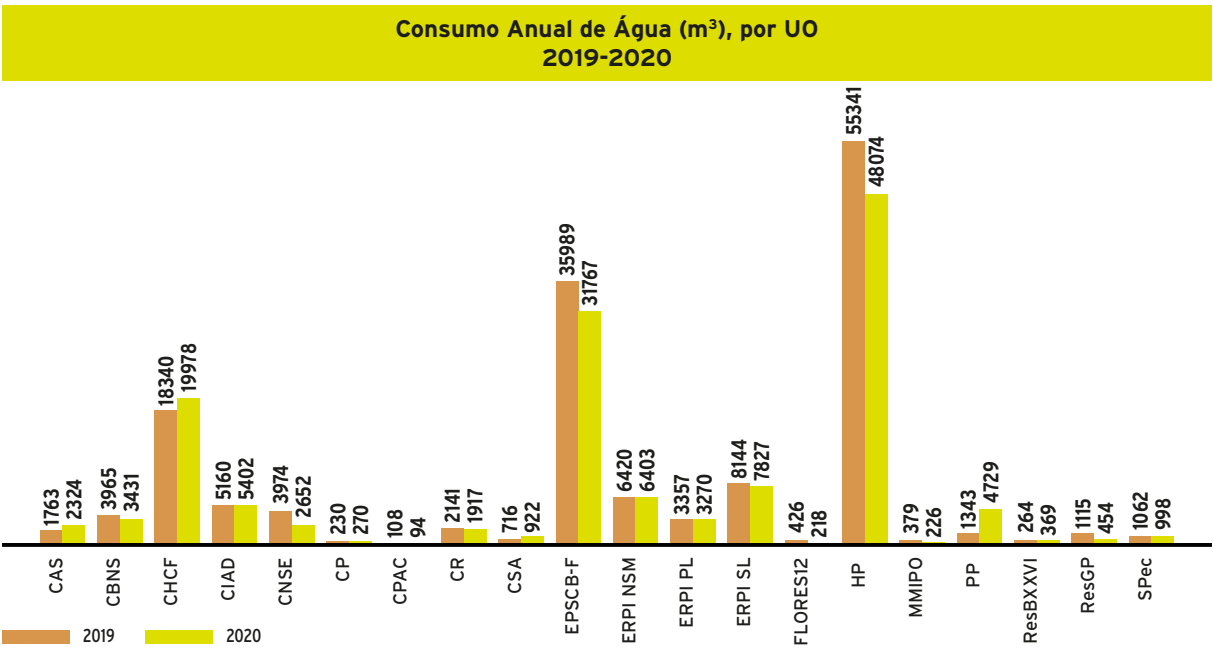


Gráfico 24 Consumo anual de água (m³), por UO (2019-2020)

Analisando o consumo de água por Unidade Operacional (UO) e comparando com 2019, verificamos que a tendência do total da água consumida foi decrescente: apenas 35% das UO registaram um aumento pouco significativo, à exceção do Parque da Prelada, que observou um aumento de 3386 m³ face ao valor registado em 2019.

03.4. Emissões

305-1 | 305-2

Em 2020, a atividade da SCMP emitiu um total de 3931 tCO₂e, sendo que 2575 tCO₂e corresponderam a emissões resultantes da atividade direta da instituição e 1355 tCO₂e resultam inteiramente

da produção externa da energia elétrica fornecida para a atividade, representando este valor o total de emissões indiretas.

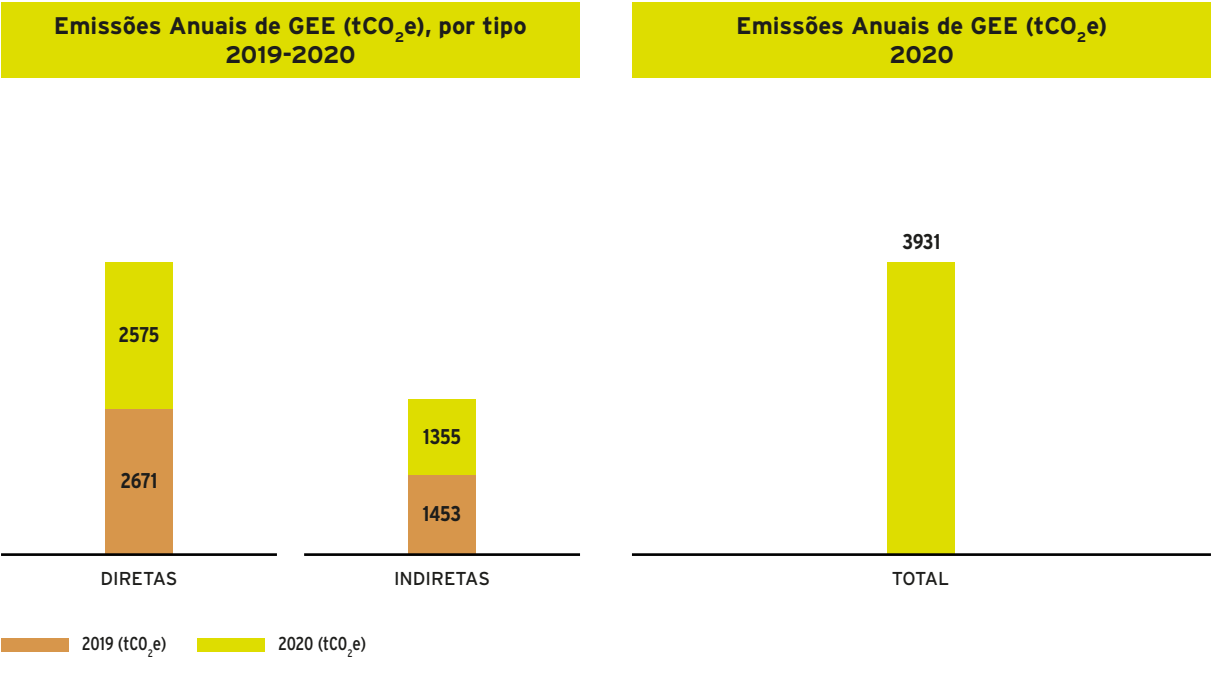


Gráfico 25 Emissões anuais de GEE 2019-2020

A fonte de emissão direta mais representativa continua a ser o Gás Natural com 2278 tCO₂e emitidas, seguida do gás Propano com 218 tCO₂e, do Gasóleo

com 70 tCO₂e e da Gasolina com 9 tCO₂e. Verificou-se uma redução de emissões pouco significativa (-193 tCO₂e) relativamente a 2019.

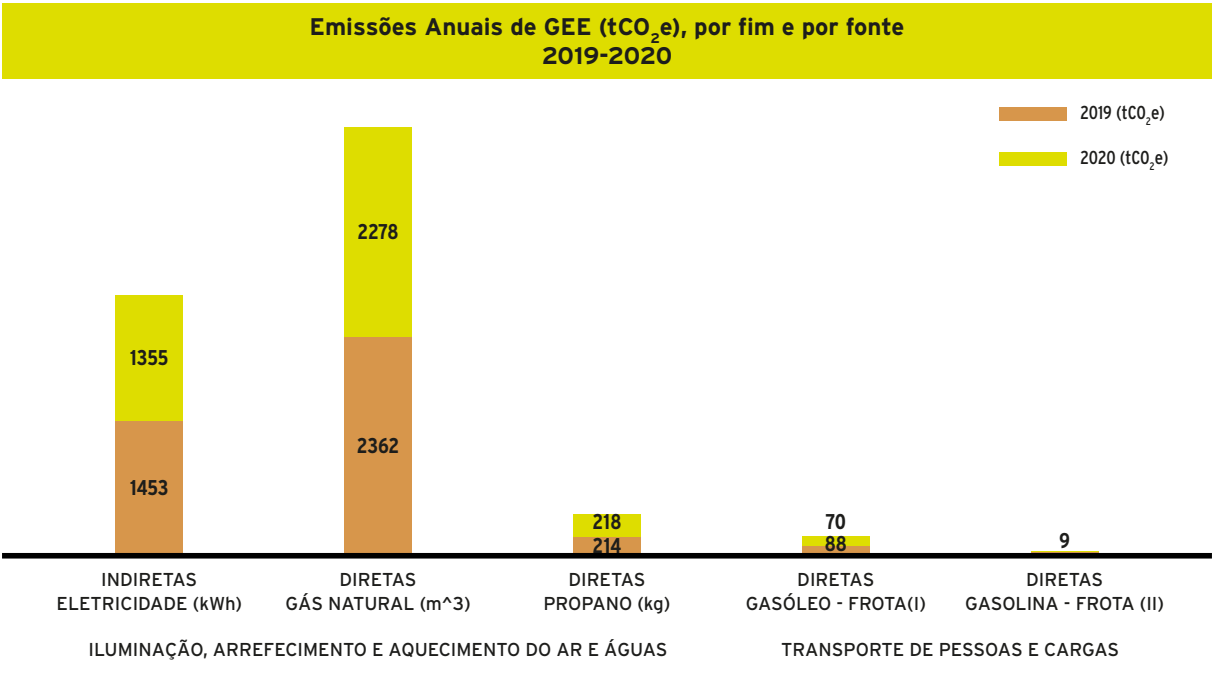
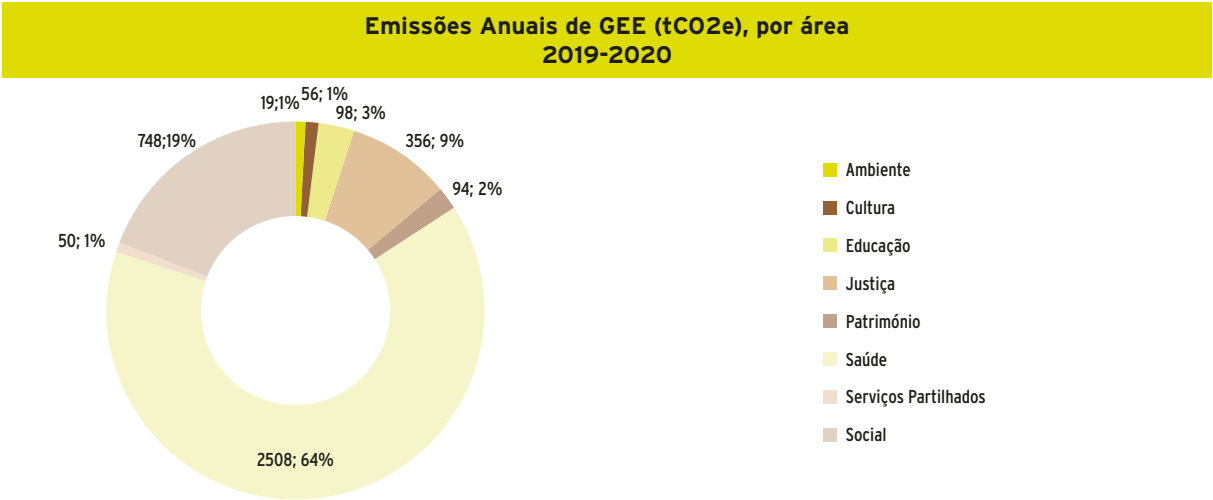


Gráfico 26 Emissões anuais de GEE, por fim e por fonte (2019-2020)

À semelhança do ano anterior, as emissões diretas e indiretas que derivam dos consumos para fins de iluminação, arrefecimento e aquecimento do ar e águas (3851 tCO₂e) são significativamente superiores às

resultantes do transporte de pessoas e de cargas emitidas durante a atividade direta da instituição que somam apenas 79 tCO₂e, representando respetivamente 92% e 6% do total de emissões de tCO₂e.



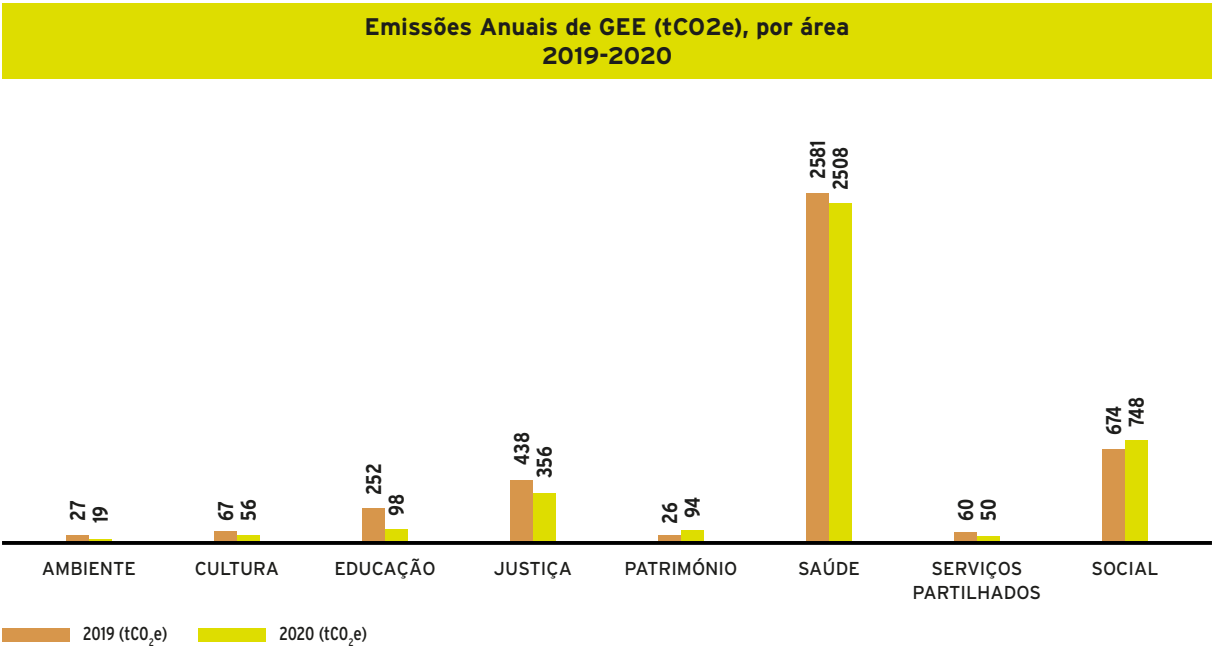


Gráfico 27 Emissões anuais de GEE, por área (2019-2020)

A área da Saúde continua a destacar-se na distribuição das emissões de GEE, registando 2508 tCO₂e com a maior percentagem de emissões anuais (64%), seguida da área Social com 19%, a área da Justiça com 9% e a área da Educação com 3%. As restantes áreas somaram 6% das emissões anuais.

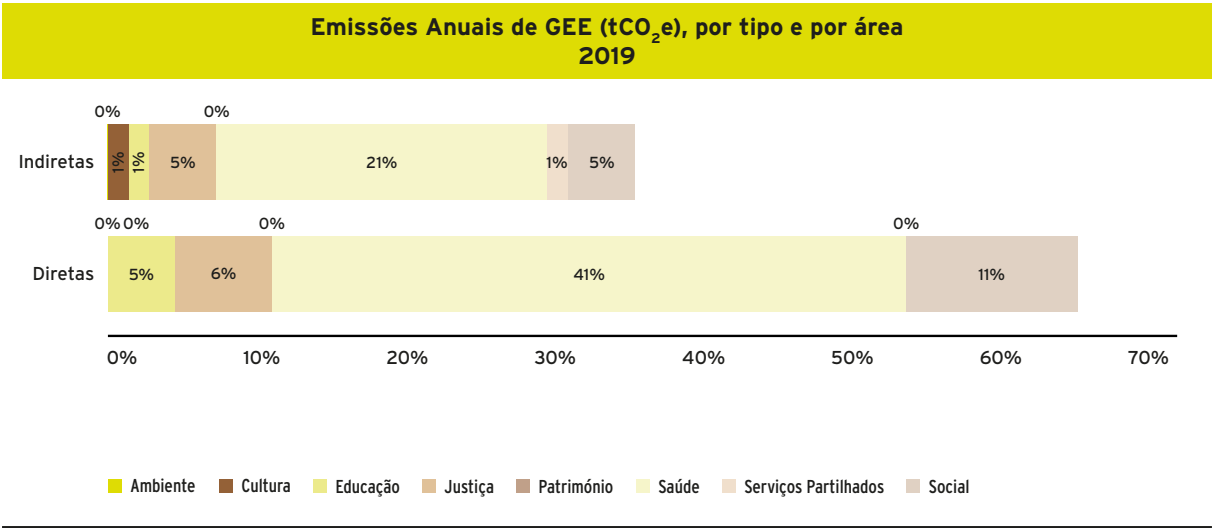


Gráfico 28 Emissões anuais de GEE, por tipo e por área 2019

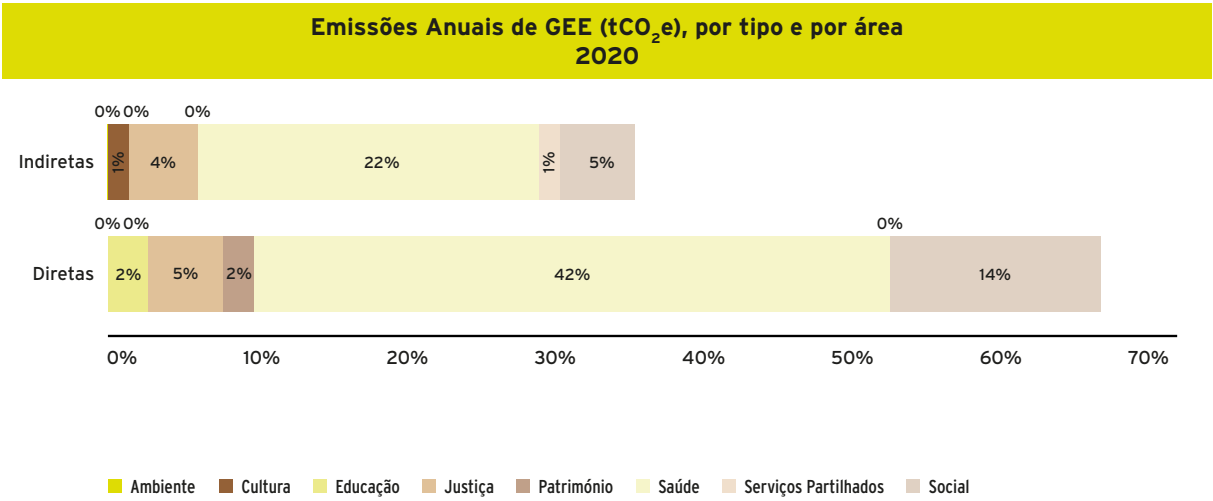


Gráfico 29 Emissões anuais de GEE, por tipo e por área 2020

Da separação por tipo de emissão, verifica-se que a distribuição percentual das emissões entre as áreas não se altera consideravelmente, verificando-se apenas um aumento da representatividade da área da Educação (8%) nas emissões diretas e da área da Cultura (4%) e dos Serviços Partilhados (3%), no que respeita às emissões indiretas.

Notas:

Emissões diretas

De acordo com o Manual de apoio ao preenchimento do Formulário PRTR - Emissões de Combustão - Determinação de emissões ar por fatores de emissão, da Agência Portuguesa do Ambiente, maio de 2019;
 $tCO_2e = \text{Dados da atividade} \times \text{Fator de Emissão} \times \text{Fator de Oxidação} \times \text{Potencial de Aquecimento Global}$
Gases incluídos no cálculo: CO₂ (PAG = 1)

Emissões indiretas

De acordo com informação do fornecedor de eletricidade, no último ano, os valores anuais de emissões de CO₂ para clientes empresariais foram de 250,19 g/kWh.
 $tCO_2e = \text{Dados da atividade} \times \text{Valor das emissões anuais de CO}_2 \text{ do fornecedor} \times \text{Potencial de Aquecimento Global}$
Gases incluídos no cálculo: CO₂ (PAG = 1)

03.5. Desenvolvimento Agrícola e Biodiversidade

304-1 | 304-2 | 304-3 | 304-4

Abordagem de gestão

A Misericórdia do Porto tem como prioridade desempenhar um papel ativo e determinante na resposta às necessidades sociais da região (área social), assentando também a sua ação em outras áreas igualmente relevantes como a saúde, ensino especial, educação, justiça, cultura, culto, ambiente e desenvolvimento agrícola. A SCMP considerou relevante abordar o desenvolvimento agrícola para promover e reforçar a compatibilidade entre esta área com a gestão das Reservas Naturais, áreas classificadas, habitats e espécies listadas na Lista Vermelha da IUCN e espécies nacionais da lista de conservação com habitats em áreas afetadas por operações.

Quinta D'Alva

Nas margens do Rio Douro, em pleno coração do Parque Natural do Douro Internacional, entre vinhas e socos, encontra-se a Quinta D'Alva, sita na freguesia de Poiares, no concelho de Freixo de Espada à Cinta.

A Quinta D'Alva é uma propriedade rústica, das maiores da região duriense, com uma área de 400 hectares protegidos e em áreas classificadas. Foi doada pela família Massa à SCMP em 1961, mas só em julho do ano seguinte é que foi tomada a sua posse, administração e exploração. Desde então, a Misericórdia do Porto tem vindo a realizar importantes investimentos na propriedade, designadamente na recuperação do bloco habitacional e administrativo, na aquisição de novos equipamentos agrícolas, na introdução de um sistema de rega gota a gota, entre outros.

Nesta propriedade, a Misericórdia do Porto desenvolve a agricultura em modo de produção biológica, no se refere à exploração agrícola sustentável, produzindo vinho, azeite e fruta. Aliada a esta atividade, a Quinta D'Alva usufrui da sua localização para promo-

ver momentos de lazer e de tranquilidade, sendo um lugar pacífico, cheio de silêncios, horizontes largos e montanhosos, onde se pode desfrutar da quietude da natureza, disponibilizando atualmente 5 quartos para turismo, num ambiente único da paisagem do Douro.

Em termos de valor de biodiversidade caracterizado pelo atributo da área de proteção ambiental ou área de alto valor de biodiversidade situada fora da área de proteção ambiental, a Quinta D'Alva está condicionada às Intervenções Territoriais Integradas (Douro Internacional, Douro Vinhateiro, Douro Vinhateiro e Douro Internacional), bem como à Zona de Proteção Especial - Douro Internacional e Vale do Águeda (PT-ZPE00038), Faixa de proteção de Massas de água (Albufeira) e ICNF Área Protegida - Douro Internacional (PNP).

No que concerne ao valor de biodiversidade caracterizado pela presença em lista de proteção, a Quinta insere-se na Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade para 2030 na Categoria V da IUCN (Paisagem/Costa Protegida).

Espécies nacionais

304-4

A Quinta D'Alva situa-se em áreas classificadas de conservação com habitats em áreas afetadas por operações. Todas as atividades desenvolvidas na Quinta são reguladas pela legislação em vigor e em respeito pelas espécies de flora e fauna da área envolvente.

Conhecemos as espécies de flora e fauna locais, orientando as nossas operações de forma a cumprir medidas adequadas para evitar danos, prevenir a extinção de espécies locais e garantir a sua preservação e conservação.

Atualmente, a Quinta tem identificadas espécies da Lista Vermelha da IUCN e espécies nacionais da lista de conservação com habitats em áreas afetadas por operações, discriminadas pelo seguinte nível de risco:

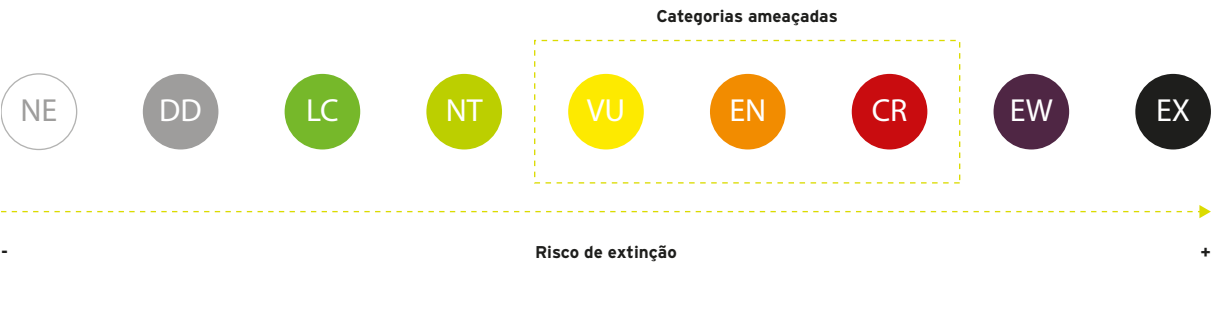


Figura 21 Esquema risco de extinção IUCN

- EN Abutre-do-egito (*Neophron Percnopterus*)
- VU Morcego-de-peluque (*Miniopterus schreibersii*)
Víbora-cornuda (*Vipera latastei*)
- NT Abutre-preto
Cágado-de-carapaça-estriada (*Emys orbicularis*)
Morcego-de-ferradura-mediterrânico (*Rhinolophus euryale*)
Rato-de-cabrera (*Microtus cabreræ*)
- LC Águia-de-bonelli (*Hieraaetus fasciatus*)
Águia-real (*Aquila chrysaetos*)
Cegonha-preta (*Ciconia nigra*)
Chasco-preto (*Oenanthe leucura*)
Falcão-peregrino (*Falco peregrinus*)
Gato-bravo (*Felis silvestres*)
Gralha-de-bico-vermelho (*Pyrrhocorax pyrrhocorax*)
Lobo ibérico (*Canis lupis*)
Milhafre-real (*Milvus milvus*)
Morcego-rato-pequeno (*Myotis blythii*)
Tartaranhão-caçador (*Circus pygargus*)

NE: Não Avaliado | DD: Informação Insuficiente | LC: Pouco Preocupante | NT: Quase Ameaçado |
VU: Vulnerável | EN: Em Perigo | CR: Criticamente Em Perigo | EW: Extinto na Natureza | EX: Extinto

03.6. Gestão de resíduos

306-1 | 306-2 | 306-3 | 306-4 | 306-5

Abordagem de gestão

A SCMP prevê uma gestão de resíduos transversal e eficiente em todas as suas UO. Uma gestão ineficiente dos resíduos não só aumenta a quantidade de resíduos, mas também adiciona custos a longo prazo para a rejeição adequada dos mesmos.

Em 2020, a SCMP tomou ação na caracterização da produção de resíduos e procedimentos de gestão utilizados em cada UO/UOS, procedendo à sua devida classificação, que contemplou registos fotográficos e atribuição de grau de maturidade. O trabalho, há algum tempo intencionado e planeado, permitirá servir de base à tomada de decisão para a implementação de um programa de gestão de resíduos transversal a toda a Misericórdia do Porto.

Considerando a evolução das políticas relativas à gestão de resíduos, nomeadamente em termos da gestão sustentável dos materiais, o diagnóstico visou respeitar e enquadrar as nossas ações com os objetivos das políticas¹⁴ em vigor no que concerne ao seguinte:

- proteger, preservar e melhorar a qualidade do ambiente
- proteger a saúde humana
- assegurar uma utilização prudente, eficiente e racional dos recursos naturais
- reduzir a pressão sobre a capacidade regenerativa dos ecossistemas
- promover os princípios da economia circular
- reforçar a utilização da energia renovável
- aumentar a eficiência energética
- reduzir a dependência de recursos importados
- proporcionar novas oportunidades económicas
- contribuir para a competitividade a longo prazo

Como organização produtora de resíduos, somos doutos da nossa responsabilidade ambiental e por forma a assegurar o cumprimento dos requisitos legais aplicáveis, a definição de responsabilidades foi o ponto de partida para a implementação de um conjunto de oportunidades de melhoria nos procedimentos de gestão dos resíduos.

Reconhecemos a importância das partes e o seu papel na prevenção e redução de resíduos nas suas fontes, incluindo a reutilização e a reciclagem para reduzir a quantidade de resíduos a retirar/desfazer quer por incineração, quer por aterro ou outros.

Dada a multiplicidade e a dispersão geográfica das infraestruturas pertencentes à instituição, e a relevância da monitorização diária dos procedimentos de gestão de resíduos nos respetivos locais de produção, foi fundamental a definição de dois responsáveis locais UO/US de forma a garantir um substituto em caso de ausência do primeiro.

Embora recente, o diagnóstico realizado enlaçou um conjunto de vantagens que prometem o sucesso da implementação do programa de gestão de resíduos transversal, nomeadamente:

- informação em tempo real do estado dos diferentes processos;
- uniformização do grau de maturidade dos procedimentos nas diferentes UO/US, através da implementação transversal e simultânea de procedimentos operacionais;
- partilha e rentabilização das lições aprendidas;
- melhoria na articulação com operadores de gestão de resíduos e parceiros.

Previamente ao diagnóstico local, foi organizada uma ação de sensibilização “Guia Eletrónica de Acompanhamento de Resíduos (e-GAR)” que visou a capacitação de responsáveis locais das UO/UOS da SCMP para o procedimento de gestão e-GAR, como também foram realizadas pequenas ações de sensibilização nos respetivos postos de produção para melhorar os níveis de consciência ambiental dos interlocutores e o seu nível de proatividade, resultando em ações de correção imediatas.

Do diagnóstico realizado resultou uma primeira versão dos mapas de resíduos das diferentes UO e uma proposta de plano de ação com medidas de melhoria para uma gestão de resíduos transversal, integrando as medidas propostas em relatórios anteriores, es-

pecialmente do relatório do Serviço de Intervenção Ambiental Customizado (SIAC) da LIPOR para uma intervenção na temática da gestão e recolha de resíduos urbanos.

Para além destes *outputs*, o *Relatório de Diagnóstico: Procedimentos de Gestão de Resíduos da SCMP* (2021) surge como um importante instrumento para apoiar os responsáveis locais na consolidação dos procedimentos de gestão dos resíduos e, adicionalmente, num instrumento de *benchmarking* interno.

De realçar que, os inícios dos trabalhos que visam a implementação de um programa de gestão de resíduos em toda a Misericórdia do Porto, remontam ao segundo semestre de 2019, onde surgiu a oportunidade de parceria com a LIPOR, através do seu SIAC, beneficiando da sua articulação privilegiada com a entidade municipal - Porto Ambiente e serviço de recolha (Ecolinha), bem como com o próprio Serviço de Recolha da LIPOR (Ecofone), no que concerne a soluções de recolha para resíduos seletivos.

No alinhamento do compromisso da SCMP com os diferentes âmbitos da sustentabilidade, esta parceria vem promover o nosso contributo da Misericórdia do Porto com os objetivos de desenvolvimento sustentável, particularmente dos ODS 4, 12 e 17 ODS das Nações Unidas, e reforçar os meios para a concretização de dois dos objetivos operacionais para a Sustentabilidade Ambiental da SCMP, definidos pelo DCI, para 2021, e que estão alinhados com alguns dos princípios gerais da gestão de resíduos:

- 1. redução da percentagem de resíduos enviados para aterro, face a 2020;
- 2. redução da produção total de resíduos, face a 2020.

Resíduos gerados

306-3

Em 2020, a Misericórdia do Porto registou uma produção anual de 649 toneladas de resíduos, das quais 407 foram registadas para emissão das guias eletrónicas de acompanhamento de resíduos (e-GAR) e 242 corresponderam a uma estimativa das quantidades recolhidas pelos nossos parceiros Ecofone e Porto Ambiente.

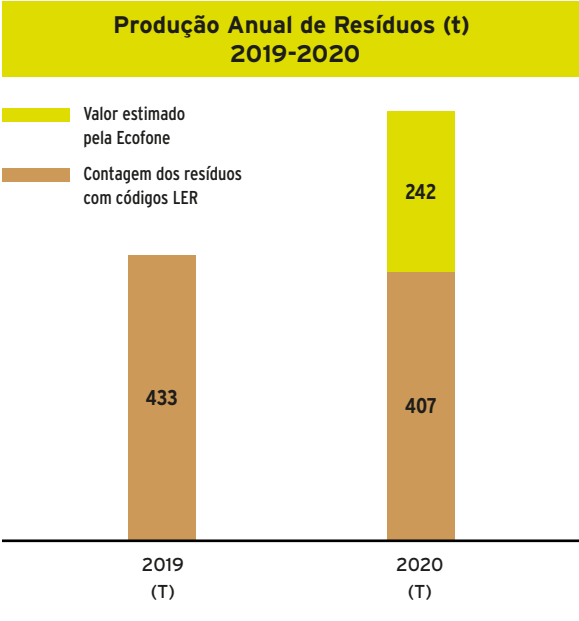


Gráfico 30 Produção anual de resíduos 2019 - 2020

Importa referir que em 2019 não foi efetuada qualquer estimativa de resíduos. Contudo, por força da implementação de novos procedimentos internos no que concerne à gestão de resíduos da Instituição, estes indicadores serão recolhidos e incluídos nas nossas análises e divulgações não financeiras.

A área da Saúde continua a representar a maior percentagem dos resíduos produzidos (90%), conforme refletido no seguinte gráfico circular. A quantidade de resíduos produzida pelas restantes áreas continua a ser pouco significativa, sendo que a área do Património representou 4%, seguindo-se a área da Imprensa e Braille com 3% e as áreas Social e Educação com 2 e 1%, respetivamente.

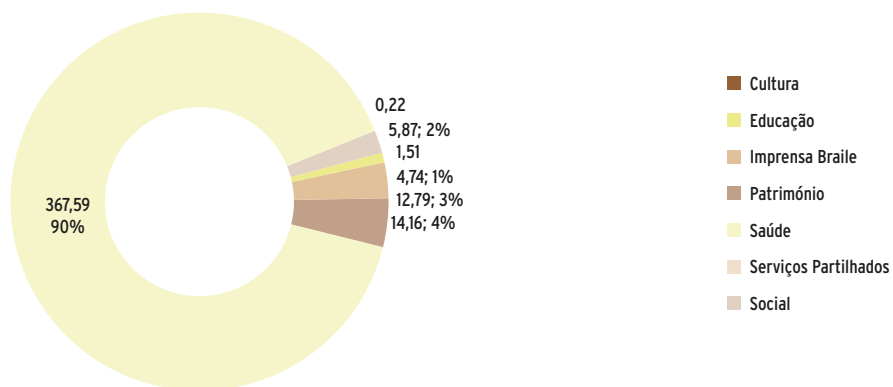
**Produção Anual de Resíduos (t), por área
2020**

Gráfico 31 Produção anual de resíduos, por área 2020

No que concerne à divisão da produção de resíduos por perigosidade, verificou-se uma pequena redução dos resíduos perigosos em relação ao ano anterior, tendo-se registado, em 2020, um total 163 toneladas.

Quanto aos resíduos não perigosos, o valor registado foi de 244 toneladas, tendo-se também verificado uma descida pouco significativa relativamente a 2019.

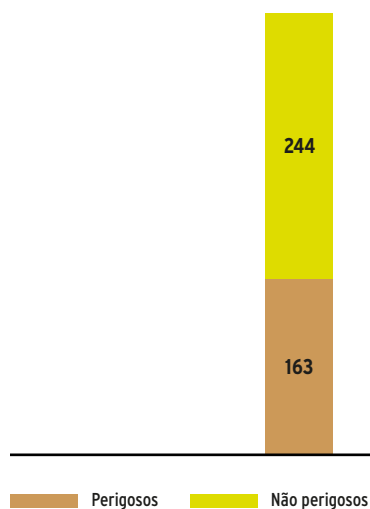
**Produção Anual de Resíduos (t),
por perigosidade 2020**

Gráfico 32 Produção anual de resíduos, por perigosidade 2020

Destino dos resíduos

306-4 | 306-5

Resíduos Não Perigosos

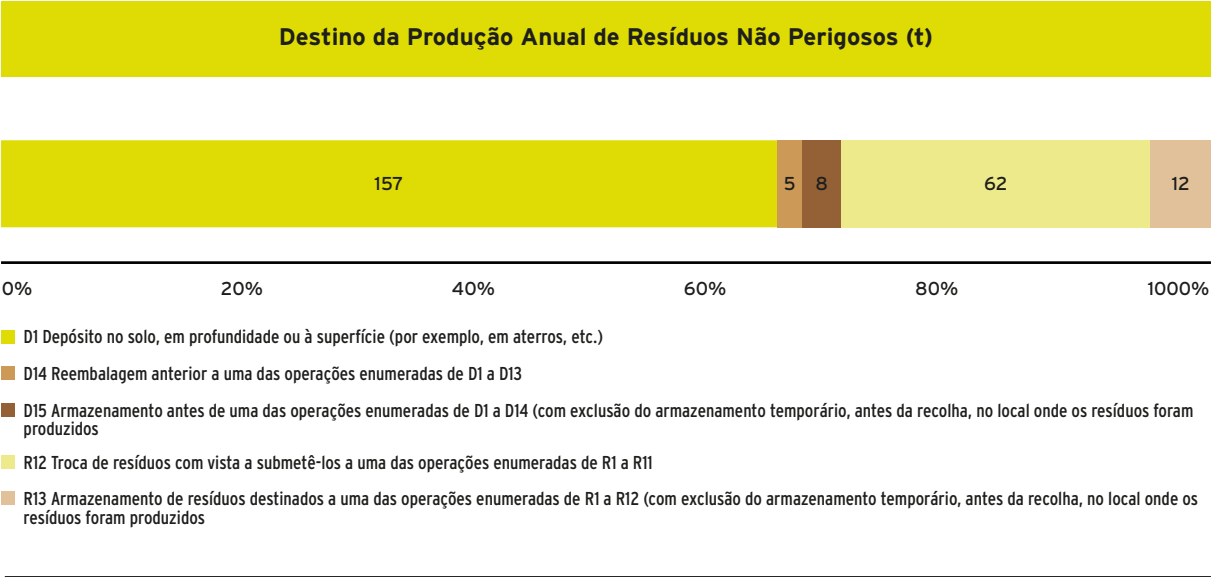


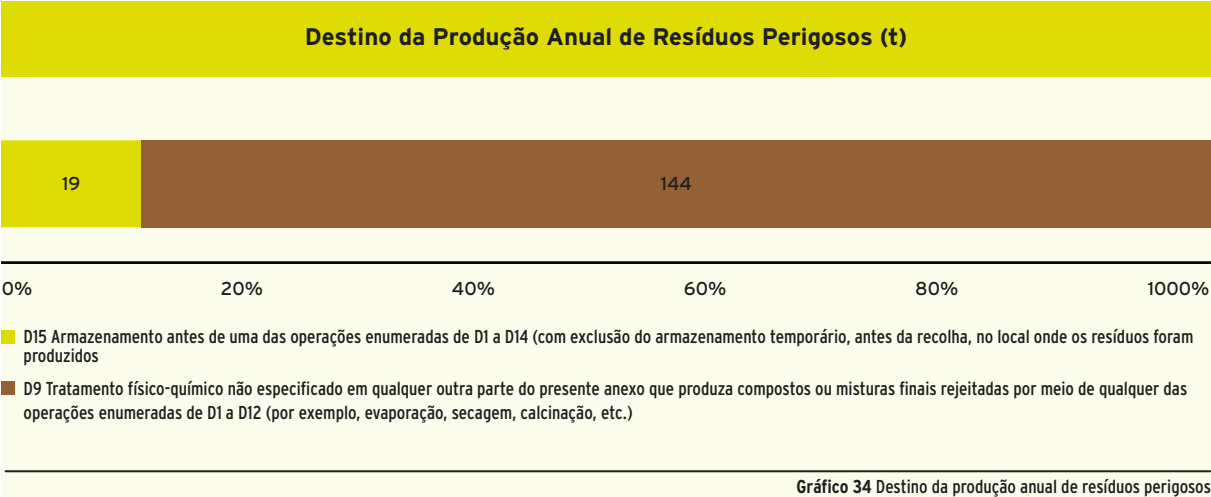
Gráfico 33 Destino da produção anual de resíduos não perigosos

Em 2020, os resíduos não perigosos totalizaram 244 toneladas, a maioria das quais foi referente a resíduos indiferenciados.

No que concerne ao destino final dos resíduos produzidos, a informação apresentada corresponde aos dados fornecidos pela empresa contratada para este efeito.

A maior parte dos resíduos não perigosos (157 toneladas) teve como destino o depósito no solo, em profundidade ou à superfície (D1 Depósito no solo, em profundidade ou à superfície (por exemplo, em aterros, etc.)) e 26% (62 toneladas) foram submetidos para troca a fim de serem sujeitos a operações enumeradas de R1 a R11.

Dos restantes 10% de resíduos não perigosos, 5% (12 toneladas) tiveram como destino o armazenamento destinado a uma das operações enumeradas de R1 a R12 (com exclusão do armazenamento temporário, antes da recolha, no local onde os resíduos foram produzidos); 3% foi encaminhado para armazenamento antes de uma das operações enumeradas de D1 a D14 (corresponde à classificação D15) e 2% destinou-se à operação D14 - Reembalagem anterior a uma das operações enumeradas de D1 a D13.



Quanto aos resíduos perigosos, a SCMP teve uma produção total anual de 163 toneladas, sendo que 88% desses resíduos destinaram-se ao armazenamento antes de uma das operações enumeradas de D1 a D14 (classificação D15) e 12% (19 toneladas) encaminhados para tratamento físico-químico (D9).

03.7. Mudanças climáticas

Abordagem de gestão

As mudanças climáticas representam uma preocupação significativa e crescente para a Misericórdia do Porto, para as suas partes interessadas e população mundial. Reconhecemos os efeitos nefastos que estas mudanças podem trazer para a vida na Terra. A colaboração entre os países é fundamental para evitar novos aumentos da temperatura global e restringir as emissões de GEE, sendo uma prioridade da agenda global.

Para mitigação das mudanças climáticas, a Misericórdia do Porto preocupa-se em desenvolver, promover e executar um conjunto de ações transversais a todas as suas áreas de atuação e que visam combater as causas e minimizar os possíveis impactos das mudanças climáticas, nomeadamente:

Melhoria da eficiência energética e aposta nas energias renováveis através das seguintes ações:

- Identificação, análise e aplicação de medidas de melhoria de eficiência energética dos seguintes estabelecimentos: SPeC, Habitação Social e CHCF;
- Gestão de energia dos estabelecimentos da Instituição;
- Análise de implementação de unidades de produção para autoconsumo de vários estabelecimentos;
- Coordenação de projeto de execução da intervenção para a valorização ambiental e energética de complexos habitacionais;
- Criação de planos de racionalização, relatório de auditoria e certificado energético do CHCF;

- Análise e contratação de fornecimento de energia elétrica e gás natural para as várias unidades operacionais e património de rendimento da SCMP.

Mobilidade Virtual - redução das emissões de gases com efeito de estufa

A pandemia COVID-19 trouxe impactos positivos e negativos: impactos negativos no que se refere a perdas humanas e negativos para a economia global; impactos positivos para o ambiente e sustentabilidade do Planeta.

Os confinamentos permitiram menos viagens e alteraram os padrões de consumo das populações. Na Misericórdia do Porto não permanecemos alheios a estas alterações. À semelhança de outras entidades, implementamos e desenvolvemos soluções de mobilidade virtual que permitiram dar continuidade ao nosso negócio, nomeadamente:

- **Programa de Visitas Virtuais** - para manter o contacto entre os nossos utentes e seus familiares através da videochamada
- **Videoconsultas** - para garantir a continuidade dos cuidados médicos dos nossos utentes e clientes
- **Teletrabalho** - trabalho remoto, com colaboradores administrativos, técnicos, médicos, entre outros a trabalharem a partir de casa, em locais e horários diferentes, facilitando o acesso a ferramentas de colaboração para otimizar as atividades profissionais a partir do home office

Estas soluções permitiram colocar 208 colaboradores em trabalho remoto, contribuindo assim para uma redução nos gases com efeito estufa¹⁵ e, consequentemente, dar assim o nosso contributo para a diminuição das emissões globais de dióxido de carbono.

¹⁵ - Segundo o estudo apresentado pela Global Carbon Project, o confinamento contribuiu para uma redução nos gases com efeito estufa, com especial incidência na diminuição das emissões globais de CO₂. Le Quéré, C., Jackson, R.B., Jones, M.W. et al. Temporary reduction in daily global CO₂ emissions during the COVID-19 forced confinement. *Nat. Clim. Chang.* 10, 647-653 (2020). <https://doi.org/10.1038/s41558-020-0797-x>.

Desenvolvimento da agricultura e produção biológica - menor impacto no ambiente

- Desenvolvemos o modo de produção biológico, no que concerne à exploração da agricultura sustentável na Quinta D'Alva. Este modelo de produção permite-nos uma exploração agrícola e produção de alimentos de melhor qualidade, aliando as melhores práticas ambientais, um elevado nível de biodiversidade característico do meio envolvente da Quinta, como também a preservação dos recursos naturais e a aplicação de normas em matéria de bem-estar dos animais. Para além de ser tendencialmente um método de produção de preferência de um número cada vez mais elevado de consumidores, contribui para a proteção do ambiente.

Sensibilização e promoção da utilização racional e eficiente de recursos

- Pense Verde - Mantemos em vigor a campanha "Pense Verde" nos SPeC, cujo objetivo é sensibilizar todos os utilizadores do edifício para uma utilização responsável dos recursos disponíveis.

Definição de estratégias de gestão de resíduos

- Diagnóstico do panorama geral dos resíduos nas nossas estruturas operacionais e serviços para a implementação de um conjunto de oportunidades de melhoria nos procedimentos de gestão dos resíduos – *1.º Relatório de diagnóstico: procedimentos de gestão de resíduos na SCMP, 2021.*

Asseguramos com estas práticas, o nosso contributo para o cumprimento dos objetivos de desenvolvimento sustentável, continuando empenhados em dar a nossa contribuição positiva para o ambiente e comunidade onde operamos, trabalhando continuamente para melhorar o nosso desempenho.





04. ÂMBITO SOCIAL

04.1. Benefícios para os colaboradores

401-2

Abordagem de gestão

A valorização, o bem-estar e segurança dos nossos colaboradores é essencial para o alcance da nossa missão. Acreditamos no espírito de equipa, que permite reunir as competências de cada colaborador, para a criação de valor institucional.

Procurando equilibrar as necessidades e expetativas dos colaboradores com o cumprimento dos objetivos organizacionais, a Misericórdia do Porto atribui a todos os colaboradores, e em alguns casos ao seu agregado familiar, um conjunto de benefícios que permitem aumentar a satisfação e providenciar uma conciliação entre a vida profissional e pessoal. São exemplos de mecanismos internos implementados:

SEGURO DE SAÚDE:

É oferecido um seguro de saúde a todos os colaboradores com contrato de trabalho e a tempo integral, sendo possível incluir os filhos e/ou cônjuges.

Seguro de saúde	Total	%
Colaboradores abrangidos por seguro de saúde	1300	100%
Colaboradores	1300	100%

FUNDO DE EMERGÊNCIA DE APOIO SOCIAL (FEAS):

Durante o ano de 2020, foram apoiados 14 colaboradores ao abrigo do FEAS. Os montantes solicitados são repostos ao FEAS, em média, ao longo de 12 meses.

Fundo de Emergência de Apoio Social	Total
Colaboradores que recorreram à atribuição de subsídios reembolsáveis	14
Montante concebido para subsídios reembolsáveis	16.189,03 €

APOIO A APOSENTADOS E REFORMADOS:

Procuramos assegurar qualidade de vida e bem-estar aos nossos colaboradores, reformados e aposentados.

Apoio a aposentados e reformados	Total	%
Pensões atribuídas no âmbito da Caixa Geral de Aposentações	91	81%
Pensões atribuídas no âmbito da Caixa Privativa	21	19%
Total pensões atribuídas	112	100%

Em 2020, foram atribuídas 112 pensões, das quais, 81% das pensões são encargos da Caixa Geral de Aposentações e 19 % provêm de obrigações assumidas pela Caixa Privativa da Misericórdia do Porto.

NATAL MISERICÓRDIA:

Todos os anos, oferecemos aos nossos colaboradores, cônjuges e filhos até aos 10 anos um espetáculo de circo como forma de celebrar a festa de Natal da Instituição. Adicionalmente, os filhos dos colaboradores, até aos 10 anos, recebem uma oferta de Natal.

PROGRAMA REGRESSO ÀS AULAS:

Programa de apoio para os colaboradores com filhos até aos 12 anos.

DIA DE ANIVERSÁRIO:

A Misericórdia do Porto concede a todos os seus colaboradores o gozo do dia de aniversário sem perda de remuneração.

CONSULTA DE MEDICINA DO TRABALHO:

Todos os colaboradores da Misericórdia do Porto podem recorrer ao Serviço de Medicina do Trabalho para usufruírem do direito à consulta de medicina gratuita.

OFERTA DA VACINAÇÃO ANUAL CONTRA A GRIPE:

A Misericórdia do Porto oferece, anualmente, a todos os seus colaboradores a vacinação contra a gripe.

APOIO PSICOSSOCIAL:

A Misericórdia do Porto coloca à disposição uma equipa de apoio psicológico gratuito prestado por um conjunto de Psicólogos internos.

Consideramos fundamental o envolvimento e compromisso dos colaboradores. Anualmente, no que concerne à gestão de pessoas, é monitorizado o nível de satisfação de todo o universo Misericórdia, em relação ao seu desempenho no que concerne à gestão de pessoas.

A avaliação da satisfação dos colaboradores consiste numa ferramenta de auscultação que permite dar-lhes voz aos colaboradores e possibilidade de intervirem na melhoria contínua dos processos da organização relacionados, sobretudo, com o desempenho global da Instituição, contexto e condições de trabalho, cultura organizacional, práticas de liderança, desenvolvimento e gestão de pessoas.

Este processo encontra-se em fase de desmaterialização do suporte físico e passagem para um processo totalmente digital, refletindo os esforços, a longo prazo, para uma gestão mais sustentável e amiga do ambiente. O questionário anónimo possibilita o de-linear de um plano de ação de melhoria específico para as áreas identificadas a intervir.



04.2. Diversidade e igualdade de oportunidades

401-3 | 405-1 | 406-1

Abordagem de gestão

A igualdade de oportunidades está associada à não discriminação pelos seguintes aspetos: idade, género, deficiência, etnia, religião, orientação sexual e conjugação da vida profissional com familiar. Prende-se, sobretudo, com a criação de condições laborais e sociais que incentivem e valorizam uma promoção contínua da diversidade dignidade das pessoas.

A diversidade deriva de práticas inclusivas que garantam o igual acesso a todos as pessoas. O sucesso organizacional provém da maior capacidade da Instituição compreender, valorizar e gerir todas as diferenças.

Neste âmbito, a Misericórdia do Porto acredita no desenvolvimento da sua atividade tendo como princípio basilar a promoção da diversidade na igualdade

de oportunidades. A integração destas temáticas na nossa política de gestão, conduz à não discriminação e à igualdade de acesso no âmbito do recrutamento, remuneração, condições de trabalho e formação.

Ao longo dos anos, é de destacar a maior percentagem de colaboradores do sexo feminino que, no ano corrente, correspondeu a um total de 74% dos 1300 colaboradores. Contudo, no panorama geral, não se verificam grandes variações, comparativamente ao ano anterior, na repartição de sexo dos colaboradores.

Relativamente à distribuição por faixa etária, constatou-se uma descida de 10 pontos percentuais da representatividade dos colaboradores com idade superior a 50 anos, proveniente do esforço concretizado nas práticas de recrutamento e dos colaboradores que se reformaram.

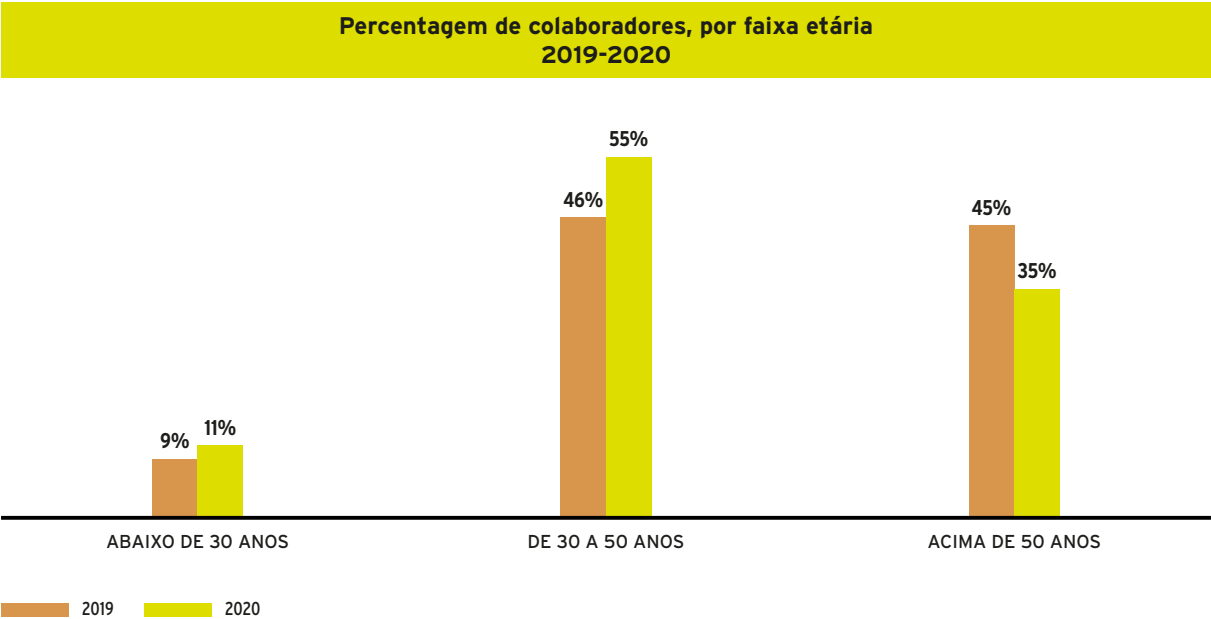


Gráfico 35 Percentagem de colaboradores, por faixa etária 2019-2020

A faixa etária com maior representatividade continua, entre os 30 e 50 anos, tendo sido denotado um aumento de 9 pontos percentuais. Os colaboradores com menos de 30 anos, apesar de ter sido registado um aumento de 2 pontos percentuais, continua com a representatividade mais baixa.

A Misericórdia do Porto promove a igualdade de oportunidades e diversidade através da sua efetivação no desenvolvimento dos processos, práticas e políticas organizacionais. Assim, são apresentadas algumas iniciativas que demonstram o compromisso com estes aspetos:

Direito à desconexão:

Todos os colaboradores têm direito a um descanso efetivo entre as jornadas de trabalho, para a necessária conciliação entre a vida profissional e a vida familiar, a proteção da segurança e saúde do trabalhador, bem como o direito ao descanso, ao repouso e à integridade física e mental.

Incentivo à Natalidade e Melhoria da Demografia:

A Misericórdia do Porto providencia a todas as colaboradoras, a possibilidade de adotar um regime complementar de cumprimento parcial (50%) do horário de trabalho até o seu/sua filho/a atingir o primeiro ano de idade.

Em 2020, houve um total de 35 colaboradores que gozaram de licenças parentais, das quais, 68,6% derivam do sexo feminino.

Importa ainda referir que, em 2020, não foram registados quaisquer episódios de discriminação.

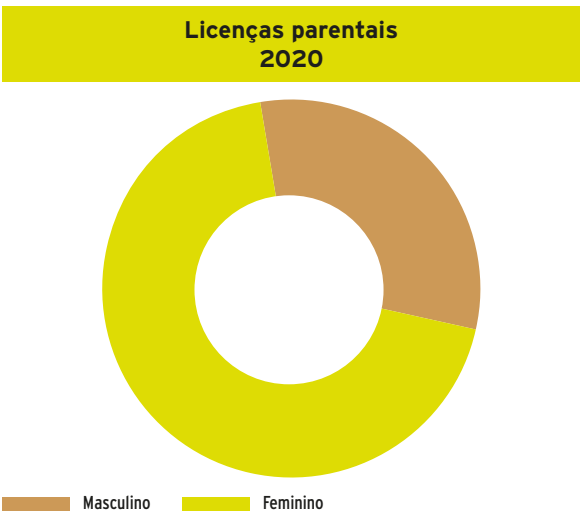


Gráfico 36 Licenças parentais 2020



04.3. Gestão das relações laborais

102-41 | 402-1 | 403-8

Abordagem de gestão

Construir uma relação de confiança e respeito mútuo permite a criação de valor sustentável. As relações laborais são um fator-chave para o cumprimento dos objetivos institucionais dada a sua presença como facilitador na mudança organizacional e na implementação de modelos de organização de trabalho. Reconhecemos a importância de fomentar estas relações para uma maior capacidade da resposta Institucional.

Através de uma monitorização das nossas atividades e alinhamento com as necessidades e expectativas dos colaboradores, acreditamos num maior alinhamento com os objetivos estratégicos.

A Misericórdia do Porto encontra-se vinculada juridicamente a Instrumento de Regulamentação Coletiva de Trabalho (IRCT), consubstanciado num Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) de 22/12/2001, aplicável por força de uma Portaria de Extensão (Portaria 278/2010 de 24/05). Complementarmente, é aplicada a legislação geral sobre os Contratos de Trabalho, nomeadamente, o Código do Trabalho. Posto isto, os períodos de pré-aviso mínimo são aplicados de acordo com a legislação em vigor.

Nos termos da Regulamentação Interna, são consideradas normas aplicáveis às relações laborais entre empregador e colaborador, os Regulamentos Internos (tais como, Código de Ética e Conduta, Estatuto Orgânico e Compromisso), Manuais de Processos, Deliberações dos Órgãos Estatutários (Mesa Administrativa e Comissão Executiva) e Despachos do Provedor.

No que concerne à comunicação estabelecida, é um dever da Instituição informar relativamente a todos os aspetos relevantes para o desempenho adequado da atividade laboral do colaborador. Todas as mudanças operacionais significativas, são devidamente comunicadas aos colaboradores, individualmente ou coletivamente, consoante a nature-

za da mesma, por diversos meios, nomeadamente, via correio eletrónico, despacho normativo interno, emanação do Regulamento Interno ou através do Portal do Colaborador - MyGiaf.



04.4. Saúde e segurança ocupacional

403-1 | 403-2

Abordagem de gestão

A organização garante a qualidade dos processos de identificação de perigos e avaliação de riscos através da utilização de metodologia própria, assente em modelo de Método de Matriz Composta que engloba a identificação, análise e controlo de riscos profissionais. A aplicação desta metodologia é realizada por técnicos superiores de Segurança no Trabalho devidamente credenciados, com atualização científica regular, de acordo com a legislação em vigor.

A avaliação de riscos profissionais é integrada no conjunto de atividades da SCMP, que adota as medidas adequadas de proteção. Assim, as medidas de segurança são programadas e integradas na gestão da instituição, tendo em conta os princípios gerais da prevenção:

- a) Evitar os riscos;
- b) Avaliar os riscos que não possam ser evitados;
- c) Combater os riscos na origem;
- d) Assegurar que os postos de trabalho, equipamentos e métodos de trabalho não colocam em risco a segurança e saúde do trabalhador, relativamente à exposição a agentes físicos, químicos, biológicos e fatores de risco psicossociais;
- e) Adaptar o trabalho ao homem;
- f) Ter em conta a evolução da técnica e formas de organização do trabalho;
- g) Substituir o que é perigoso pelo que é isento de perigo ou menos perigoso;
- h) Priorizar as medidas de proteção coletiva em relação às medidas de proteção individual;

i) Elaborar e divulgar instruções adequadas aos trabalhadores.

Os resultados das avaliações de risco são conservados e monitorizados periodicamente, sendo propostas medidas que permitam mitigar a exposição dos colaboradores aos perigos resultantes da sua atividade laboral.

Os depoimentos prestados pelos sinistrados nos Acidentes de Trabalho são conservados e reportados sendo propostas medidas que reduzam a probabilidade de acidentes de trabalho futuros semelhantes.

Os resultados das auditorias periódicas são conservados e monitorizados periodicamente permitindo identificar a origem das situações perigosas

Sempre que considerarem necessário, os colaboradores da SCMP podem comunicar perigos e/ou situações perigosas à sua direção.

Durante a atualização das avaliações de riscos e em auditorias, os colaboradores podem também comunicar perigos e/ou situações perigosas à equipa de Segurança e Saúde no Trabalho (SST).

Os trabalhadores são protegidos contra represálias através da Política de Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho e do Código de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho em vigor na SCMP.

A SCMP tem um conjunto de políticas no âmbito da SST que permitem mitigar os riscos profissionais e evitar acidentes de trabalho ou doenças profissionais, nomeadamente:

- Política de Segurança e Saúde no Trabalho
- Política para a Redução das Lesões Músculo-Esqueléticas
- Política da Gestão do Stress e Bem-Estar
- Política de Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho
- Código de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho
- Política de Prevenção e Resposta à Doença pelo Novo Coronavírus

O Processo de Averiguação de Acidentes de Trabalho, incluindo acidentes *in itinere*, tem como objetivo eliminar as causas e evitar a recorrência de acidentes. É realizado através de inquérito com questionário. Os colaboradores são inquiridos individualmente descrevendo os factos, podendo recolher-se registos fotográficos para elementos de prova. Se necessário, são inquiridas testemunhas. Deste inquérito podem surgir medidas corretivas tendo em conta os princípios gerais da prevenção referidos.



Serviços de saúde ocupacional

403-3

O Serviço de Medicina do Trabalho destina-se a todos os colaboradores e dirige a sua atividade aos fatores extrínsecos e intrínsecos que influenciem o ambiente de trabalho e que afetem a segurança e saúde do trabalhador.

Principais atividades:

- Abertura e atualização do ficheiro clínico individual
- Preenchimento das fichas de aptidão e seu envio para o DRHFP
- Visita às instalações da empresa para avaliação das condições gerais de trabalho e potenciais implicações na saúde dos trabalhadores
- Exames médicos periódicos, de admissão e ocasionais aos trabalhadores
- Análise dos acidentes de trabalho e das doenças profissionais
- Recolha e organização dos elementos estatísticos necessários
- Colaboração com a área de Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho
- Informação e auxílio aos serviços de segurança e higiene na formação sobre riscos para a saúde e sobre medidas de proteção e prevenção
- Colaboração na realização do relatório anual

Todos os colaboradores estão cientes do conteúdo, pelo que existe uma política documentada sobre o sigilo e confidencialidade no âmbito do serviço de medicina no trabalho.

Existência de uma política de conduta da obrigação da SCMP quanto ao sigilo e confidencialidade de todos os colaboradores. O Serviço de Medicina no Trabalho, respeita o direito do trabalhador à privacidade, pelo que, os dados recolhidos não influenciam em aspetos como rescisões, promoção, remuneração, decisões referentes ao emprego, entre outros favoráveis e/ou desfavoráveis.

Participação, consulta e comunicação dos trabalhadores sobre saúde e segurança ocupacional

403-4

É assegurada a participação e consulta aos trabalhadores no desenvolvimento da identificação de perigos e avaliação de riscos em vários momentos, nomeadamente durante auditorias de SST e durante o processo de atualização das avaliações de riscos profissionais. Os trabalhadores são consultados sobre medidas de proteção e prevenção, programa e organização da formação, equipamento de proteção que seja necessário utilizar, riscos específicos das atividades, entre outros.

Anualmente, é realizado uma consulta sobre necessidades de formação pela Academia da SCMP.

Em 2020 foi realizada uma consulta aos trabalhadores com enfoque nos riscos psicossociais do trabalho para ser incorporada na metodologia de avaliação de riscos profissionais em utilização na SCMP.

Formação de trabalhadores em saúde e segurança ocupacional

403-5

Algumas necessidades de formação advêm das avaliações de riscos profissionais, da investigação de acidentes e do cumprimento de requisitos legais e de requisitos de certificação. De forma complementar, anualmente, é efetuado o levantamento de necessidades formativas, onde são identificadas ações de formação no âmbito da Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho por parte dos colaboradores.

Promoção da saúde do trabalhador

403-6

Durante as consultas de Medicina do Trabalho, quer de admissão, quer periódicas, são transmitidos e aconselhados aos colaboradores condutas e comportamentos de uma vida saudável, bem como a prevenção contra a doença, nomeadamente, através de conselhos antitabágicos, anti consumo de bebidas alcoólicas, controlo de peso, vigilância de riscos de doenças como hipertensão, diabetes e obesidade e aconselhamento à prática de exercício físico regular.

Prevenção e mitigação de impactos na saúde e segurança ocupacional diretamente ligados por relacionamentos comerciais

403-7

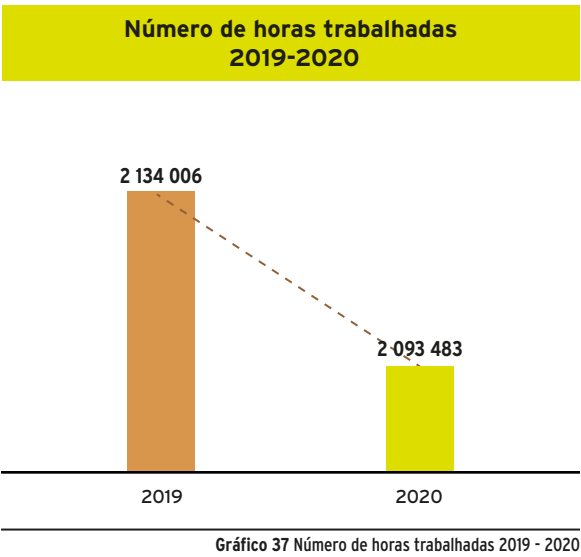
Existe na SCMP um Código de Conduta dos Fornecedores de Serviços Externos que obriga a que estes cumpram com a legislação de SST aplicável à sua organização e que tomem medidas adequadas para prevenir acidentes e danos à saúde dos colaboradores, mitigando as causas dos perigos inerentes ao ambiente de trabalho.

A SCMP reserva-se o direito de verificar, a todo o tempo, se os seus fornecedores de serviços externos cumprem estas disposições.

Em 2020, os principais tipos de acidente de trabalho foram:

- Lesão traumática superficial
- Luxação, entorse ou distensão
- Feridas
- Queimaduras
- Outras lesões

No que concerne ao número de horas trabalhadas, registou-se um total de 2093483 horas trabalhadas. Este valor foi relativamente inferior face a 2019 (menos 40523 horas)¹⁶.



No que concerne às medidas tomadas ou a decorrer para eliminar outros perigos e minimizar os riscos de acidente de trabalho utilizando a hierarquia de controlos, destacam-se as seguintes:

Tabela 2: Tipo de perigos e medidas tomadas

Tipo de perigo	Processo de identificação	Acidente de trabalho com consequência grave?	Medidas tomadas
Esforço excessivo	• Avaliação de Riscos Profissionais • Investigação de Acidentes de Trabalho	Não	Utilização de ajudas técnicas Formação Sensibilização para o cumprimento de procedimentos instituídos
Queda mesmo nível	• Avaliação de Riscos Profissionais • Investigação de Acidentes de Trabalho	Não	Formação Organização de métodos e posto de trabalho Utilização de EPI
Choque ou colisão	• Avaliação de Riscos Profissionais • Investigação de Acidentes de Trabalho	Não	Organização de métodos e posto de trabalho

Durante 2020, a Misericórdia do Porto não registou óbitos resultantes de acidente de trabalho, nem acidentes de trabalho com consequência grave e acidentes de trabalho de comunicação obrigatória. (403-9)

04.5. Formação e desenvolvimento

404-1|404-2|404-3

Abordagem de gestão

A Misericórdia do Porto garante a todos os seus colaboradores, acesso a formação de qualidade, promovendo, ao longo do ano, momentos de aprendizagem, tanto no âmbito da qualificação como no aperfeiçoamento das competências técnicas e comportamentais.

Todos os anos decorre a recolha de necessidades formativas. Este processo é fundamental para o diagnóstico na elaboração do Plano Anual de Formação - instrumento onde é desenvolvido um programa de ação com vista ao cumprimento dos objetivos a atingir, bem como, as necessidades Institucionais a suprir. Contudo, sob uma perspetiva constante de

melhoria e desenvolvimento, optou-se por realizar algumas alterações a este levantamento.

Por forma a otimizar este processo, foi criado um instrumento único dirigido a todas as Chefias, onde são enunciadas as necessidades formativas da equipa. Acreditamos, assim, que este instrumento promove uma definição mais colaborativa e precisa das necessidades efetivas do grupo.

O desenvolvimento de formação enquadra-se na modalidade de formação contínua sob os seguintes formatos:

1	2	3
Formação de Qualificação	Formação Complementar de Aperfeiçoamento	Formação Avançada de Especialização
Aquisição de competências adequadas para o desempenho de uma determinada atividade profissional ou função	Aquisição de saberes numa determinada área/função específica, pressupondo a existência de uma qualificação prévia	Reaquisição e/ou atualização de competências no exercício da atividade profissional

Complementarmente, é ministrada formação em contexto de trabalho, com vista a uma maior aproximação do contexto real de trabalho para a atualização e/ou desenvolvimento de competências.

Face aos desafios associados à crise pandémica, e consequente suspensão temporária do serviço de formação, verificou-se uma descida substancial do volume de formação comparativamente

ao ano anterior. O volume de formação no ano de 2020 resultou num total de 3455 horas, tendo sido priorizadas as ações de formação, no posto de trabalho, no âmbito da prevenção COVID-19.

Simultaneamente, foi dada preferência à realização de ações de formação que garantam resposta às exigências legais e normativas, destacando-se as unidades/serviços certificados pela qualidade.



Para uma maior adequação ao cenário laboral atual, a Misericórdia do Porto procurou focar a sua atenção na aquisição de ferramentas tecnológicas que permitissem uma continuidade do serviço de capacitação dos colaboradores. Assim, em 2020, foi definido um plano para o desenvolvimento da formação à distância. A aquisição de uma plataforma digital permite à Misericórdia do Porto a promoção de formação em regime de *e-learning* e *b-learning*, para uma maior abrangência de destinatários e maior eficácia no alcance das metas estabelecidas. Prevê-se, em 2021, a implementação efetiva da formação à distância para uma gestão da formação mais sustentável.

Deste modo, estima-se que as mudanças previstas em torno da transformação digital dos processos possam vir a aumentar o aperfeiçoamento e desenvolvimento das competências dos ativos internos da Instituição.

Na Misericórdia do Porto consideramos essencial o reconhecimento e valorização dos nossos colaboradores. A Gestão e Avaliação do Desempenho é um processo fundamental para a gestão organizacional e para a otimização dos recursos humanos da Instituição. Através deste processo é possível reconhecer o empenho, as competências e dedicação à missão.



A avaliação é realizada anualmente e divide-se em 3 fases distintas: autoavaliação (facultativa); avaliação pelo responsável hierárquico; comunicação e validação do colaborador.

No ano de 2020, foram efetuadas 1145 avaliações de desempenho.

Programas para aprimorar as competências dos funcionários e os programas de assistência à transição

404-2

Tabela 3: Programas de competências e de assistência à transição

#	Programa	Âmbito	Tipo
1	Formação de Qualificação Interna	Aquisição de competências adequadas para o desempenho de uma determinada atividade profissional ou função	Cursos internos de capacitação
2	Formação de Qualificação Externa		Apoio financeiro a cursos de capacitação ou educação externos
3	Formação de Aperfeiçoamento	Atualização e reaquisição de competências para o exercício da atividade profissional	Organização de métodos e posto de trabalho
4	Formação Avançada de Especialização	Aquisição de saberes em determinada área ou função específica, pressupondo a existência de uma qualificação prévia	Apoio financeiro a cursos de capacitação ou educação externos



04.6. Direitos humanos

412-1

Abordagem de gestão

A Misericórdia do Porto assume como princípio basilar da sua atividade, o respeito pelos direitos humanos e pelas práticas de trabalho dignas. A dignidade, a não discriminação, a igualdade de direitos, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento pessoal e profissional e liberdade de associação são direitos salvaguardados na atividade da mesma.

Neste sentido, é de reforçar ao longo dos anos de reporte, os artigos 23.º e 24.º da Declaração Universal dos Direitos do Homem, onde se encontra plasmado o direito universal de todas as pessoas ao trabalho em condições dignas, à livre escolha e igualdade de tratamento e salarial, transpostos para o enquadramento jurídico português, no artigo 59.º da Constituição da República Portuguesa, que consagra todos os direitos fundamentais dos trabalhadores.

A Misericórdia do Porto constitui uma variedade de documentos, dirigidos a todas as partes interessadas, onde é promovido o respeito pelos colaboradores, considerando os direitos e deveres da sua

atividade, bem como os processos, procedimentos e práticas a ter em consideração para o seu funcionamento regular.

A Instituição procura adotar práticas de excelência no que diz respeito ao cumprimento das leis aplicadas a todas as UO e de saúde constituintes, cobrindo questões como a não discriminação, liberdade de associação, horário de trabalho, prevenção do abuso físico e mental, prevenção da saúde mental, entre outros.

Alinhado com os direitos humanos supramencionados, a Misericórdia do Porto compromete-se a desenvolver a dignidade humana, bem como a garantir uma gestão e motivação dos colaboradores em torno dos mesmos.

Em 2020, não ocorreu qualquer análise de direitos humanos ou avaliações de impactos por entidades externas. (412-1)



04.7. Marketing e comunicação

417-1

A Misericórdia do Porto dispõe de um GMC que presta serviços às várias UO da Instituição, à exceção do HP e do MMIPO que dispõem de recursos próprios no que concerne à comunicação e marketing institucional. O ambiente externo deste Gabinete está em tudo interligado com a realidade que cada uma das UO's enfrenta, tendo como propósito a comunicação integrada enquanto ferramenta de gestão organizacional, com o objetivo maior de unificar tudo o que a Instituição comunica.

As competências internas especializadas permitem a otimização do fornecimento de serviços (internos e externos) às diversas áreas da organização, procurando deste modo, um controlo eficaz de custos/recursos. Também o conhecimento profundo da Instituição garante uma relação de proximidade e transparência, junto das UO, da Irmandade, dos fornecedores externos e dos Órgãos de Comunicação Social.

A comunicação garante o alinhamento, credibilidade e estabilidade do que é dado a conhecer sobre a Misericórdia do Porto. A qualidade da comunicação interna e externa tem o objetivo máximo de contribuir para o alcance dos resultados da Organização, assim como a promoção de uma cultura organizacional mais forte e transversal.

A Misericórdia do Porto tem diversos *stakeholders* com os quais mantém parcerias e protocolos, destacando-se os seguintes:

- Associação Comercial do Porto
- Câmara Municipal de Gondomar
- Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia
- Câmara Municipal do Porto
- Centro Hospitalar S. João
- Clérigos
- Cogfnos
- Coliseu do Porto
- Faculdade de Medicina do Porto
- Fundação La Caixa
- Fundação Manuel António da Mota
- Futebol Clube do Porto
- Instituto da habitação e Reabilitação Urbana
- Instituto Politécnico do Porto
- Jornal de Notícias
- Lipor
- Porto Card
- Sport Club do Porto
- Universidade Católica
- Universidade do Porto

Para além dos serviços referidos, o GMC auxilia os clientes no encaminhamento interno, através do email apoioaocliente@scmp.pt, especialmente quando são reportadas dificuldades ou dúvidas.

O SAC presta apoio em situações de crise, tais como estabelecer contactos diretos com clientes e familiares, apresentação de proposta de soluções internas que visem a otimização da experiência do cliente, formação/ treino das equipas no âmbito das técnicas de atendimento ao cliente, etc.

Comunicação interna

A Misericórdia do Porto dispõe de um canal único de comunicação interna o *tips&news*. Tendo em conta os destinatários e objetivos, a comunicação interna pode-se apresentar em diversos formatos, físicos e digitais, procurando melhor responder o seu propósito.

É, única e exclusivamente, através deste canal que são difundidas todas as informações que a Instituição pretende comunicar internamente. Os diversos Departamentos e Serviços devem, por isso, recorrer ao GMC para, através deste canal, solicitarem difusão da informação que pretendem fazer chegar à equipa.

A avaliação da informação a ser difundida, periodicidade, definição de canais e formatos, volume e imagem a associar são do âmbito exclusivo do GMC. Assim, não são permitidos outros canais ou meios de difusão de comunicação interna.

Atualmente a Comunicação Interna - Marketing e Comunicação assegura, entre outros:

- Campanhas de proximidade e motivação das equipas (ex. agradecimentos, dicas, etc.);
- Campanhas de ofertas e benefícios (ex. oferta bilhetes, descontos, etc.);
- Campanhas informativas e de sensibilização internas (ex. covid-19, alertas DSI, etc.);
- Campanhas de responsabilidade social e proximidade (ex. kit olá bebé);
- SMS do Provedor (ex. colaboradores infetados covid-19, colaboradores doença grave, etc.);
- Organização de eventos *team building* (ex. *boot-camp*);
- Organização de eventos internos (ex. Encontro Quadros, Cerimónias Entronização, etc.);
- Campanhas/ iniciativas orientadas para o público interno (ex. Festa Natal, angariações, etc);
- Boas-vindas e apresentação dos novos colaboradores (em articulação com o DRHFP);
- Campanhas internas solicitadas pelos diversos serviços (ex. Qualidade, DRHFP, Segurança no Trabalho, etc.);
- Campanhas periódicas (ex. Dia da Mulher, Dia da Mãe, Natal, etc.);
- Protocolo de nojo dirigido aos colaboradores e familiares diretos.



04.8. Projetos sociais de 2020

1 Nutriage

O projeto NUTRIAGE foi desenhado por uma rede multidisciplinar e intersectorial transfronteiriça composta por investigadores de diferentes áreas.

Objetivo	Beneficiários	Financiamento	Resultados
Melhorar a qualidade de vida através da Nutrição	Pessoas idosas com capacidade física e cognitiva	Orçamento total de 423.782,00€, com financiamento de 75% pelo Programa POCTEP - Interreg Espanha-Portugal.	Participam 61 idosos

O projeto Nutriage conta com as seguintes parcerias:

- Junta da Galiza
- Universidade de Santiago de Compostela
- Universidade Católica Portuguesa
- Asociación Clúster Alimentario de Galicia
- Instituto Politécnico de Viana do Castelo
- ANFACO-CECOPECA
- PortugalFoods
- Fundación Ramón Domínguez

2 POISE184 - Qualificação de Pessoas com Deficiência e/ou Incapacidade (2018/2020)

O projeto de Formação Profissional fundamenta-se pela necessidade sentida pela SCMP de continuar o trabalho que tem vindo a desenvolver no apoio à inclusão social de pessoas com deficiência ou incapacidade, reabilitando-as e integrando-as no mercado de trabalho, promovendo assim a sua autonomia e inserção na comunidade.

Objetivo	Beneficiários	Financiamento	Resultados	Metas
Qualificar Profissionalmente Pessoas com Deficiência e/ou Incapacidade	Pessoas com Deficiência e/ou Incapacidade	1543178,53€	60 formandos já integrados	Integrar 60 formandos e certificar 80 % dos participantes no final da formação

Parcerias do Projeto:

- Externas: Associação Equiterapêutica - Porto Matosinhos
- Internas:
 - CHCF
 - CIAD - CPAC

3 POISE307 - Qualificação de Pessoas com Deficiência e/ou Incapacidade (2019/2022)

O projeto de Formação Profissional fundamenta-se pela necessidade sentida pela SCMP de continuar o trabalho que tem vindo a desenvolver no apoio à inclusão social de pessoas com deficiência ou incapacidade, reabilitando-as e integrando-as no mercado de trabalho, promovendo assim a sua autonomia e inserção na comunidade.

Objetivo	Beneficiários	Financiamento	Resultados	Metas
Qualificar Profissionalmente Pessoas com Deficiência e/ou Incapacidade	Pessoas com Deficiência e/ou Incapacidade	1523528,84€	50 formandos já integrados	Integrar 60 formandos e certificar 80 % dos participantes no final da formação

Parcerias do Projeto:

- Externas: Associação Equiterapêutica - Porto Matosinhos
- Internas:
 - CHCF
 - CIAD - CPAC

4 Erasmus+ Work4all (A decorrer até 2021)

O projeto visa ampliar as oportunidades de emprego no mercado de trabalho aberto para formandos com deficiência, fortalecendo a capacidade das organizações que prestam serviços de apoio ao emprego.

Objetivo	Beneficiários	Financiamento	Resultados
Utilização de metodologia do <i>inclusive job design</i> para potenciar a integração profissional de pessoas com deficiência	Pessoas com Deficiência e/ou Incapacidade	34292€	Criação de quatro documentos: Manual para empregadores especializados

Parcerias:

- Holanda - Stichting Rea College Pluryn
- Holanda - All About Quality Consultancy
- Holanda - Frans Nijhuistichting
- Lituânia - Valakupiai Rehalibitation Centre
- Itália - Instituto Don Calabria
- Espanha - Fundacion Intrus
- Noruega - Promenaden Kongsvinger AS
- Áustria - Dafür gem. GmbH

Decorrente de 13 anos de atividade em Espanha, no ano 2018 a Fundação “la Caixa” decidiu implementar o Programa Incorpora em Portugal, de forma a contribuir para a coesão do território, através da promoção da empregabilidade daqueles que mais dificuldades enfrentam no acesso ao mercado de trabalho. Neste âmbito, em 2018 a SCMP apresentou uma candidatura que foi aprovada, de forma a criar uma nova resposta na Instituição.

Objetivo	Beneficiários	Financiamento	Resultados	Metas
Promover a Inserção laboral de pessoas em risco ou situação de exclusão social.	Pessoas em risco ou situação de exclusão social, tais como: jovens NEET, pessoas com incapacidades, vítimas de violência doméstica; ex-reclusos; Desempregados de Longa Duração com mais de 45 anos; entre outros	50.000€/ano (20,000 para coordenação e 30,000 para a execução)	Pessoas Atendidas: 155; Propostas Geridas: 97; Propostas Partilhadas: 57; Inserções: 31; Empresas Visitadas: 43; Empresas Contratantes: 19	Pessoas Atendidas: 120; Propostas Geridas: 30; Propostas Partilhadas: 10; Inserções: 35; Empresas Visitadas: 100; Empresas Contratantes: 40

O Programa Incorpora conta com a Parceria/Acordo da Fundação Bancária “la Caixa”. Parceria operacional com as Entidades que constituem o Núcleo do Porto: Misericórdia de Vila do Conde; IPAV; Cooperativa Sol Maior, CRPG; Olival Social; Querer Ser; Centro Social de Soutelo. O Programa conta ainda com a parceria do BPI e IEFP.

6 Chave de Afetos

132

O projeto de crescimento do Programa Chave de Afetos é uma solução integrada com componente tecnológica e humana que monitoriza as pessoas idosas de forma contínua, diminuindo o número de pessoas idosas isoladas na Área Metropolitana do Porto. Promove a inclusão social e as relações afetivas, potenciando um sentimento de segurança subjetiva essencial para a permanência no seu domicílio, evitando a institucionalização involuntária e custos associados. O projeto está a ser desenvolvido no âmbito de uma candidatura aprovada pelo Programa Parcerias para o Impacto (POISE - Portugal Inovação Social). A Implementação do Plano de Crescimento do Programa Chave de Afetos nos Municípios do Porto, Vila Nova de Gaia, Valongo, Maia, Matosinhos e Vila do Conde é financiado ao longo de 3 anos (até outubro de 2021), pelo Programa Parcerias para o Impacto e por 6 Investidores Sociais (Câmaras Municipais dos concelhos identificados).

Objetivo	Beneficiários	Financiamento	Resultados	Metas
Diminuir o número de pessoas idosas isoladas na área Metropolitana do Porto	Pessoas com 65 ou mais anos, com insuficiente/inexistente retaguarda familiar e baixos rendimentos, residentes nos seis municípios envolvidos	Orçamento total de 676.820,00€	Admitidos 484 beneficiários	Admissão de 1.360 beneficiários até outubro de 2021

Parcerias:

- CMP
- Vila Nova de Gaia
- Valongo
- Maia
- Matosinhos
- Vila do Conde

7 HUMANIZA

O Programa Humaniza é financiado pela Fundação “la Caixa”, em Portugal, depois de uma experiência de 10 anos em Espanha com a atividade de 42 equipas de apoio psicossocial e espiritual.

Em Portugal, com 10 Equipas espalhadas por todo o país, pretende reforçar o apoio integral a pessoas com doenças avançadas e seus familiares, no sentido de tornar os cuidados paliativos numa parte exemplar de apoio humanizado na saúde e na sociedade portuguesa.

Objetivo	Beneficiários	Financiamento	Resultados
Satisfazer as necessidades paliativas de todos os doentes em situação de doença avançada e em fim de vida e aos seus familiares, no apoio ao luto, através da atenção psicossocial	Pessoas com doença avançada e em fim de vida e seus familiares. Equipas de Cuidados Paliativos dos Hospitais Públicos	Orçamento anual de 112 000.00€	1.880 Atendimentos a doentes e familiares

Parcerias:

- Centro Hospitalar Universitário S. João
- Unidade Local de Saúde de Matosinhos - Hospital Pedro Hispano

O projeto LIFANA é um projeto de investigação, desenvolvido por um consórcio europeu constituído por Portugal, Luxemburgo, Suíça e Holanda. A SCMP é um dos parceiros portugueses juntamente com a SONAE e a FRAUNHOFER. Com este projeto pretende-se criar um software para apoiar a nutrição saudável em todas as fases do envelhecimento. O projeto envolve pessoas com mais de 60 anos, ativos ou com necessidade de prestação de cuidados, garantindo assim uma vida mais longa em casa, combatendo a desnutrição.

Objetivo	Beneficiários	Financiamento	Resultados	Metas
Manter nutrição saudável em idosos acima dos 60 anos	Pessoas com mais de 60 anos sem problemas de obesidade, diabetes e problemas oncológicos	Cofinanciado a 100% pelo Programa AAL (Active em Assisted Living), União Europeia e Fundação para a Ciência e Tecnologia, no montante de 219.125,00€, durante 30 meses	Participaram 34	60 pessoas a utilizarem a app LIFANA

Parcerias:

- SONAE
- Fraunhofer

9 Plataforma + Emprego

O projeto pretende criar oportunidades acrescidas de inserção laboral e por outro lado, instigar o desenvolvimento de percurso formativo, em competências sociais e pessoais, adaptados ao perfil do público-alvo.

Objetivo	Beneficiários	Financiamento	Resultados	Metas
Visa promover a inserção laboral de 30 pessoas em situação de sem-abrigo com indicadores de empregabilidade. Assim como, colaborar com o IEFP no desenvolvimento de 2 ações formativas	População Sem-Abrigo	Orçamento total de 147 747€, com financiamento de 30% pelo Investidor Social (CMP)	18 integrações	30 Integrações laborais; Colaborar com o IEFP no desenvolvimento de 2 ações formativas

Parceiros:

- CMP
- IEFP
- CAIS
- ARS Norte
- Randstad
- Universidade Católica Portuguesa



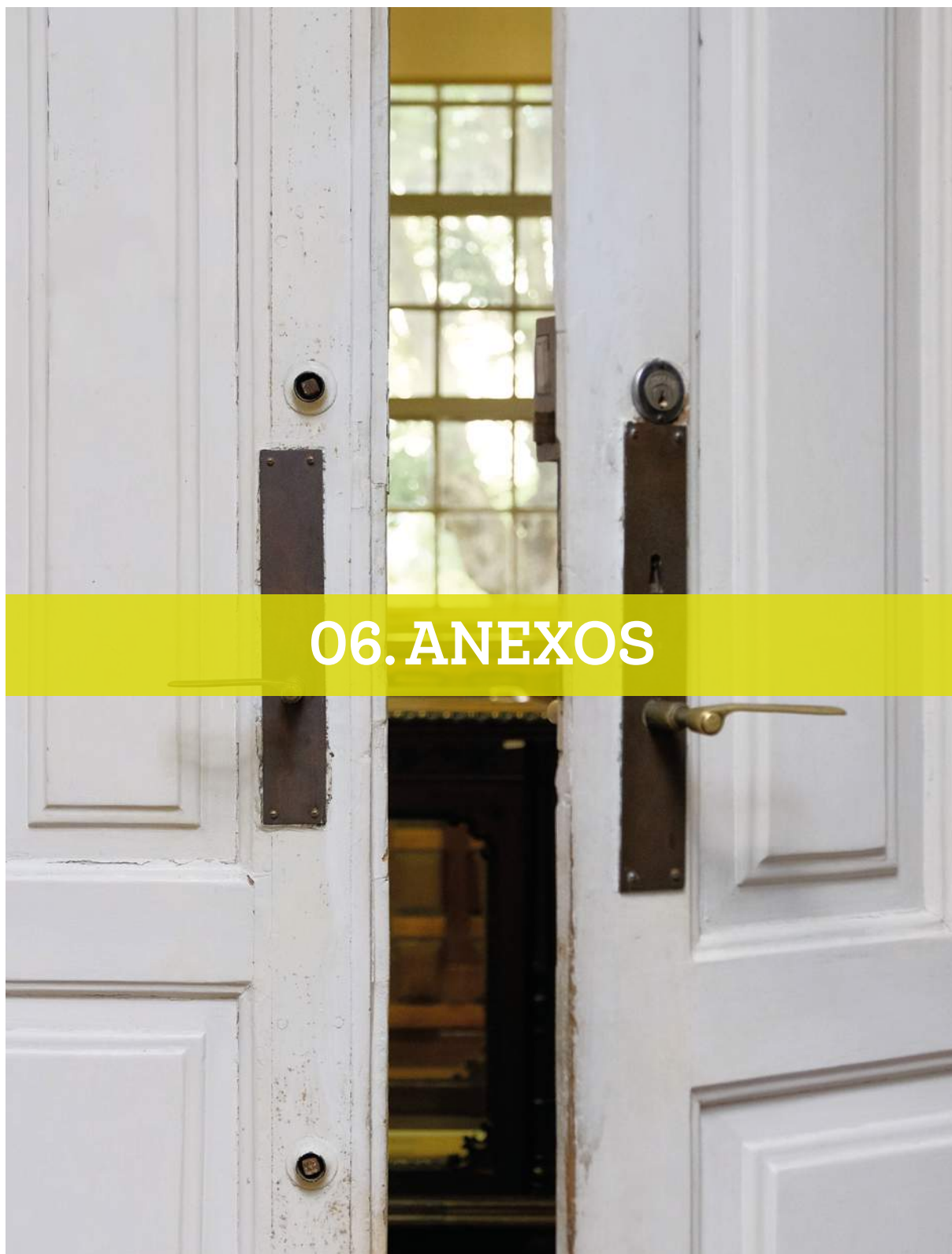
05. CONTRIBUIÇÕES

05.1. Contribuições para o relatório

A recolha e sistematização dos dados são da responsabilidade do DCI, com base nos contributos recebidos dos diferentes departamentos, gabinetes e serviços e na informação obtida nos Relatórios de Gestão e Contas 2020 e Plano de Atividades e Orçamento 2020 e 2021 da Misericórdia do Porto

Fonte dos dados

Âmbito	Fonte
Governança corporativa	CP
	DCI
	DRHFP
	DIS
	GAJC
	GMC
	MMIPO
	Plano de Atividades 2020
	Relatório de Gestão e Contas 2020
Económico	DCF
	DCI
	Plano de Atividades 2020
	Relatório de Gestão e Contas 2020
	Relatório de Gestão e Contas 2021
Ambiental	Área Desenvolvimento Agrícola - Quinta D'Alva
	DCI
	DGAP
Social	DRHFP
	DIS



06. ANEXOS

06.1. Sumário de conteúdo da GRI

GRI STANDARD	DESCRIÇÃO	RESPOSTA DIRETA TÓPICO HIPERLIGAÇÃO	OMISSÕES	ODS
102-1	Nome da organização	Santa Casa da Misericórdia do Porto 01. Governança Corporativa 01.1. Perfil Organizacional		
102-2	Atividades, marcas, produtos e serviços	01. Governança Corporativa 01.1. Perfil Organizacional Os nossos serviços A nossa marca		
102-3	Localização da sede	01. Governança Corporativa 01.1. Perfil Organizacional Onde estamos?		
102-4	Localização das atividades	01. Governança Corporativa 01.1. Perfil Organizacional Onde estamos?		
102-5	Tipo e natureza jurídica da organização	01. Governança Corporativa 01.1. Perfil Organizacional A Misericórdia do Porto Fundada na Ordem Jurídica Canónica sob a convicção da rainha D. Leonor, no século XV, a Misericórdia do Porto assume-se como uma associação de fiéis que mantém como seu objetivo primordial a satisfação de carências sociais e a prática de atos de culto católico, em harmonia com o espírito tradicional, enformado pelos princípios da doutrina e moral cristãs.		
102-6	Mercados abrangidos	01. Governança Corporativa 01.1. Perfil Organizacional A Misericórdia do Porto Os nossos serviços Artes e Cultura Saúde - Unidades Hospitalares: HP e CHCF Ação Social		
102-7	Escala da organização	01. Governança Corporativa 01.1. Perfil Organizacional Onde estamos?		
102-8	Informação sobre os colaboradores e outros trabalhadores	01. Governança Corporativa 01.1. Perfil Organizacional Os nossos colaboradores		ODS 8
102-9	Cadeia de fornecedores	01. Governança Corporativa 01.1. Perfil Organizacional Gestão da cadeia de abastecimento		

GRI STANDARD	DESCRIÇÃO	RESPOSTA DIRETA TÓPICO HIPERLIGAÇÃO	OMISSÕES	ODS
102-10	Alterações significativas na organização e na cadeia de fornecedores	Gestão da cadeia de abastecimento No ano 2020, não houve alteração da estrutura nos fornecedores que tenha sido planeada ou propositada.		
102-11	Abordagem ou princípio de precaução	01. Governança Corporativa 01.1. Perfil Organizacional Abordagem à gestão do risco e princípio da precaução		
102-12	Iniciativas externas	Principais iniciativas		
102-13	Filiação a associações	Filiação a associações		
102-14	Comunicado do CEO ou principal decisor	00.2 Mensagem do Provedor		
102-15	Principais impactos, riscos e oportunidades	01. Governança Corporativa 01.1. Perfil Organizacional Abordagem à gestão do risco		
102-16	Valores, princípios, <i>standards</i> e normas de comportamento	01. Governança Corporativa 01.1. Perfil Organizacional 01.4. Ética e anticorrupção		ODS 16
102-17	Mecanismos para aconselhamento e preocupação com a ética da organização	Mecanismos de governança para a continuidade de negócio		ODS 16
102-18	Estrutura de governo	01.5. Governança Corporativa		
102-19	Delegação de poder	Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora da Misericórdia Do Porto (2017) Estrutura Orgânica da Misericórdia do Porto		
102-20	Responsabilidade ao nível executivo para temas económicos, ambientais e sociais	01.5. Governança Corporativa Responsabilidade ao nível executivo para temas económicos, ambientais e sociais		
102-21	Consulta a <i>stakeholders</i> em temas económicos, ambientais e sociais	01.5. Governança Corporativa		ODS 16
102-22	Composição do mais alto órgão de governança e de seus comités	01.5. Governança Corporativa		
102-23	Presidente do mais alto órgão de governança	01.5. Governança Corporativa		
102-24	Nomear e selecionar o mais alto órgão de governança	01.5. Governança Corporativa		
102-25	Conflitos de interesse	01.5. Governança Corporativa Conflitos de interesse		
102-26	Papel do mais alto órgão de governança na definição de objetivo, valores e estratégia	01.5. Governança Corporativa Organograma circular da Misericórdia do Porto		

GRI STANDARD	DESCRIÇÃO	RESPOSTA DIRETA TÓPICO HIPERLIGAÇÃO	OMISSÕES	ODS
102-27	Conhecimento coletivo do mais alto órgão de governança	Informação indisponível	À data de elaboração deste relatório, não foram tomadas medidas para desenvolver e aprimorar o conhecimento coletivo do mais alto órgão de governança sobre tópicos económicos, ambientais e sociais.	
102-28	Avaliação do desempenho do mais alto órgão de governança	Informação indisponível	À data de elaboração deste relatório, a Misericórdia do Porto ainda não dispunha de um processo de avaliação do desempenho do mais alto órgão de governança.	
102-29	Identificar e gerir impactos económicos, ambientais e sociais	01. Governança Corporativa 01.1. Perfil Organizacional Abordagem à gestão do risco e princípio da precaução		
102-30	Eficácia dos processos de gestão de riscos	01. Governança Corporativa 01.1. Perfil Organizacional Abordagem à gestão do risco e princípio da precaução		
102-31	Revisão de tópicos económicos, ambientais e sociais	01. Governança Corporativa 01.1. Perfil Organizacional Abordagem à gestão do risco e princípio da precaução		
102-32	Papel do mais alto órgão de governança nos relatórios de sustentabilidade	01. Governança Corporativa Responsabilidade ao nível executivo para temas económicos, ambientais e sociais		
102-33	Comunicar preocupações críticas	01. Governança Corporativa Preocupações críticas		
102-34	Natureza e número total de preocupações críticas	Em 2020, não foram reportadas preocupações cruciais ao mais alto órgão de governança. A Misericórdia do Porto tem procedimentos de reporte devidamente definidos para situações de suspeitas de ocorrência ou tentativas de corrupção, irregularidades ou outras preocupações relativamente às atividades que desenvolve. Os procedimentos definidos visam orientar e permitir aos colaboradores reportar qualquer preocupação crítica de natureza diversa. Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, 2021		
102-35	Políticas de remuneração	Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora da Misericórdia do Porto, capítulo V, Secção III, art.º n.º 51, 7 (2017)		
102-36	Processo para determinação da remuneração	Instrumento de Regulação Coletiva		
102-37	Participação das partes interessadas na remuneração	Estatuto Orgânico da Santa Casa da Misericórdia do Porto, 2017		
102-38	Índice de remuneração total anual	13,46		
102-39	Aumento percentual no índice de remuneração total anual	-0,00026		
102-40	Lista de grupos de <i>stakeholders</i>	01.6. Envolvimento dos <i>stakeholders</i> Os nossos <i>stakeholders</i>		

GRI STANDARD	DESCRIÇÃO	RESPOSTA DIRETA TÓPICO HIPERLIGAÇÃO	OMISSÕES	ODS
102-41	Acordos coletivos de trabalho	Todos os colaboradores da Misericórdia do Porto encontram-se abrangidos pelo Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) de 22.12.2001 04.3. Gestão das relações laborais		ODS 8
102-42	Identificar e seleccionar <i>stakeholders</i>	01.6. Envolvimento dos <i>stakeholders</i> Os nossos <i>stakeholders</i>		
102-43	Abordagem ao envolvimento de <i>stakeholders</i>	01.6. Envolvimento dos <i>stakeholders</i> Abordagem para o envolvimento dos <i>stakeholders</i>		
102-44	Principais tópicos e preocupações identificados	01.7. Avaliação da materialidade		
102-45	Entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas	Relatório de Gestão e Contas de 2020		
102-46	Definir o conteúdo e os limites temáticos do relatório	00.3 Sobre este relatório 01.6. Envolvimento dos <i>stakeholders</i> 01.7. Avaliação da materialidade		
102-47	Lista de temas materiais	01.7. Avaliação da materialidade		
102-48	Atualização de informação	00.3 Sobre este relatório		
102-49	Alterações ao relatório	Não existem alterações significativas comparando com os tópicos divulgados no relatório anterior.		
102-50	Período de reporte	00.3 Sobre este relatório Visão geral do desempenho não financeiro da Misericórdia do Porto durante o exercício de 2020 (1 de janeiro a 31 de dezembro).		
102-51	Data do relatório mais recente	Relatório de Sustentabilidade de 2019, abril de 2020		
102-52	Ciclo de reporte	00.3 Sobre este relatório Produzido anualmente.		
102-53	Pessoa de contacto para questões relacionadas com o relatório	00.3 Sobre este relatório		
102-54	Afirmar que o relatório é elaborado consoante os GRI <i>Standards</i>	00.3 Sobre este relatório Segue as orientações fornecidas pelas normas da Iniciativa Global de Reporte (GRI - Global Reporting Initiative), opção abrangente.		
102-55	Índice do conteúdo GRI	06 ANEXOS 06.1. Sumário de conteúdo da GRI		
102-56	Verificação externa	A Misericórdia do Porto submeteu para verificação dos seus relatórios de sustentabilidade (2018 e 2019) no Sistema de Registo de Normas GRI. É intenção da Misericórdia do Porto continuar a submeter esta informação para verificação externa.		

GRI STANDARD	DESCRIÇÃO	RESPOSTA DIRETA	PONTO DO RELATÓRIO	ODS
103-1	Explicação do tópico material e dos seus limites	A abordagem de gestão para cada tópico material está descrita nos principais tópicos materiais desenvolvidos em cada ponto do relatório onde se indica: "Abordagem de gestão "	01. Governança Corporativa 02. Âmbito Económico 03. Âmbito Ambiental 04. Âmbito Social	ODS 1 ODS 5 ODS 8 ODS 12 ODS 13 ODS 14 ODS 15 ODS 16
103-2	A abordagem de gestão e respetivos componentes			
GRI STANDARD	DESCRIÇÃO	RESPOSTA DIRETA TÓPICO HIPERLIGAÇÃO	OMISSÕES	ODS
201-1	Valor económico direto gerado e distribuído	02. Âmbito Económico 02.1. Desempenho económico Relatório de Gestão e Contas de 2020		ODS 2 ODS 5 ODS 8 ODS 9
201-2	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades decorrentes das alterações climáticas	Não aplicável	Não se registaram no ano 2020 alterações climáticas significativas que implicassem a atividade financeira.	ODS 13
201-3	Obrigações definidas para os planos de benefícios dos trabalhadores e outros planos de reforma	Informação indisponível	À data da elaboração deste relatório, as informações necessárias não puderam ser obtidas na qualidade adequada para serem relatadas.	
201-4	Assistência financeira do Estado	Relatório de Gestão e Contas de 2020		
202-1	Variação da proporção do salário à entrada, por género, comparado com o salário mínimo local	1		ODS 1 ODS 5 ODS 8
202-2	Proporção de gestores seniores contratados na comunidade local	Informação indisponível	À data da elaboração deste relatório, as informações necessárias não puderam ser obtidas na qualidade adequada para serem relatadas.	ODS 8
203-1	Investimentos em infraestruturas e serviços	Relatório de Gestão e Contas de 2020		ODS 5 ODS 9 ODS 11
203-2	Impactos económicos indiretos significativos	01.2. Estratégia: principais impactos, riscos e oportunidades		ODS 1 ODS 3 ODS 8
204-1	Proporção de custos com os fornecedores locais	Informação indisponível	À data da elaboração deste relatório, as informações necessárias não puderam ser obtidas na qualidade adequada para serem relatadas.	ODS 8
205-1	Atividades analisadas quanto aos riscos relacionados com corrupção	Em 2020 não houve atividades analisadas quanto a riscos relacionados com corrupção e/ou suborno.		ODS 16

GRI STANDARD	DESCRIÇÃO	RESPOSTA DIRETA TÓPICO HIPERLIGAÇÃO	OMISSÕES	ODS
205-2	Comunicação e formação sobre políticas e procedimentos anticorrupção	Em 2020, foi elaborado e comunicado o Plano de Prevenção de Riscos e Infrações Conexas da SCMP onde constam todos os procedimentos anticorrupção. Plano de Prevenção de Riscos e Infrações Conexas da SCMP, janeiro de 2021		ODS 16
205-3	Episódios confirmados de corrupção e ações desenvolvidas	Em 2020, não houve qualquer reclamação/denúncia relativa a alegadas práticas de corrupção ou suborno na Misericórdia do Porto.		ODS 16
206-1	Ações legais para comportamentos anti concorrenciais, anti-trust e práticas monopolistas	De acordo com o Decreto-Lei n.º 89/2017, de 28 de julho, que transpõe para a ordem jurídica interna, as diretivas da União Europeia, que obrigam as empresas, à demonstração, através da divulgação de informações não financeiras, da responsabilidade social, relativas às áreas sociais, ambientais e de governo societário, informamos, que conforme o previsto no artigo 3.º do referido diploma, o GAJC, durante o período compreendido entre 1 de janeiro de 2020 a 6 de outubro de 2020, não registou quaisquer atividades relacionadas, com o estatuído, na alínea b) do n.º 2 e n.º 3 do artigo 66.º-B e na alínea b) do n.º 2 e n.º 3 do artigo 508.º-G, do Código das Sociedades Comerciais.		ODS 16
207-1	Abordagem tributária	01. Governança Corporativa 01.2. Estratégia: principais impactos, riscos e oportunidades Eixos estratégicos de sustentabilidade		ODS 1 ODS 10 ODS 17
207-2	Governança tributária, controlo e gestão de riscos	Informação indisponível	As informações necessárias não puderam ser obtidas na qualidade adequada para serem relatadas.	ODS 1 ODS 10 ODS 17
207-3	Envolvimento das partes interessadas e gestão de preocupações relacionadas com impostos	Informação indisponível	As informações necessárias não puderam ser obtidas na qualidade adequada para serem relatadas.	ODS 1 ODS 10 ODS 17
207-4	Relatórios por país	Relatório de Gestão e Contas de 2020		ODS 1 ODS 10 ODS 17

GRI STANDARD	DESCRIÇÃO	RESPOSTA DIRETA TÓPICO HIPERLIGAÇÃO	OMISSÕES	ODS
301-1	Materiais usados em peso ou volume	Não aplicável		ODS 8 ODS 12
301-2	Materiais reciclados usados	Não aplicável		ODS 8 ODS 12
301-3	Produtos recuperados e os respetivos materiais de embalagem	Informação indisponível		ODS 8 ODS 12
302-1	Consumo de energia dentro da organização	03. Âmbito Ambiental 03.2. Consumo de energia		ODS 7 ODS 8 ODS 12 ODS 13
302-2	Consumo de energia fora da organização	Informação indisponível	Em 2020, a Misericórdia do Porto não dispunha de mecanismos próprios para proceder ao registo desta informação.	ODS 7 ODS 8 ODS 12 ODS 13
302-3	Intensidade energética	Informação indisponível	Em 2020, a Misericórdia do Porto não dispunha de mecanismos próprios para proceder ao registo desta informação.	ODS 7 ODS 8 ODS 12 ODS 13
302-4	Redução do consumo de energia	Informação indisponível	Em 2020, a Misericórdia do Porto não dispunha de mecanismos próprios para proceder ao registo desta informação.	ODS 7 ODS 8 ODS 12 ODS 13
302-5	Reduções nos requisitos de energia de produtos e serviços	Informação indisponível	Em 2020, a Misericórdia do Porto não dispunha de mecanismos próprios para proceder ao registo desta informação.	ODS 7 ODS 8 ODS 12 ODS 13
303-1	Interações com a água como recurso partilhado	03. Âmbito Ambiental 03.3. Consumo de água		ODS 6 ODS 12
303-2	Gestão de impactos relacionados à descarga de água	Informação indisponível	Em 2020, a Misericórdia do Porto não dispunha de mecanismos próprios para proceder ao registo desta informação.	ODS 6
303-3	Retirada de água	Informação indisponível	Em 2020, a Misericórdia do Porto não dispunha de mecanismos próprios para proceder ao registo desta informação.	ODS 6
303-4	Descarga d'água	Informação indisponível	Em 2020, a Misericórdia do Porto não dispunha de mecanismos próprios para proceder ao registo desta informação.	ODS 6
303-5	Consumo de água	03. Âmbito Ambiental 03.3. Consumo de água		ODS 6
304-1	Locais operacionais pertencentes, alugados, geridos ou adjacentes a áreas protegidas e áreas de alto valor de biodiversidade fora das áreas protegidas	03. Âmbito Ambiental 03.5. Desenvolvimento Agrícola e Biodiversidade		ODS 6 ODS 14 ODS 15

GRI STANDARD	DESCRIÇÃO	RESPOSTA DIRETA TÓPICO HIPERLIGAÇÃO	OMISSÕES	ODS
304-2	Impactos significativos de atividades, produtos e serviços na biodiversidade	03. Âmbito Ambiental 03.5. Desenvolvimento Agrícola e Biodiversidade		ODS 6 ODS 14 ODS 15
304-3	Habitats protegidos ou restaurados	03. Âmbito Ambiental 03.5. Desenvolvimento Agrícola e Biodiversidade		ODS 6 ODS 14 ODS 15
304-4	Espécies da Lista Vermelha da IUCN e espécies nacionais da lista de conservação com habitats em áreas afetadas por operações	03. Âmbito Ambiental 03.5. Desenvolvimento Agrícola e Biodiversidade		ODS 6 ODS 14 ODS 15
305-1	Emissões diretas (escopo 1) de GEE	03. Âmbito Ambiental 03.4. Emissões		ODS 3 ODS 12 ODS 13 ODS 14 ODS 15
305-2	Emissões indiretas de energia (Escopo 2) de GEE	03. Âmbito Ambiental 03.4. Emissões		ODS 3 ODS 12 ODS 13 ODS 14 ODS 15
305-3	Outras emissões indiretas (escopo 3) de GEE	Informação indisponível	Em 2020, a Misericórdia do Porto não dispunha de mecanismos próprios para proceder ao registo desta informação.	ODS 3 ODS 12 ODS 13 ODS 14 ODS 15
305-4	Intensidade das emissões de GEE	Informação indisponível	Em 2020, a Misericórdia do Porto não dispunha de mecanismos próprios para proceder ao registo desta informação.	ODS 13 ODS 14 ODS 15
305-5	Redução de emissões de GEE	Informação indisponível	Em 2020, a Misericórdia do Porto não dispunha de mecanismos próprios para proceder ao registo desta informação.	ODS 13 ODS 14 ODS 15
305-6	Emissões de substâncias destruidoras da camada de ozónio (ODS)	Informação indisponível	Em 2020, a Misericórdia do Porto não dispunha de mecanismos próprios para proceder ao registo desta informação.	ODS 3 ODS 12 ODS 13
305-7	Óxidos de nitrogénio (NOX), óxidos de enxofre (SOX) e outras emissões atmosféricas significativas	Informação indisponível	Em 2020, a Misericórdia do Porto não dispunha de mecanismos próprios para proceder ao registo desta informação.	ODS 3 ODS 12 ODS 13 ODS 14 ODS 15

GRI STANDARD	DESCRIÇÃO	RESPOSTA DIRETA TÓPICO HIPERLIGAÇÃO	OMISSÕES	ODS
306-1	Geração de resíduos e impactos significativos relacionados a resíduos	1.º Relatório de diagnóstico: procedimentos de gestão de resíduos na SCMP, 2021		ODS 3 ODS 6 ODS 11 ODS 12 ODS 13
306-2	Gestão de impactos significativos relacionados a resíduos	1.º Relatório de diagnóstico: procedimentos de gestão de resíduos na SCMP, 2021		ODS 3 ODS 6 ODS 11 ODS 8 ODS 12 ODS 13
306-3	Resíduos gerados	03. Âmbito Ambiental 03.6. Gestão de resíduos		ODS 3 ODS 6 ODS 11 ODS 12 ODS 13 ODS 15
306-4	Resíduos não destinados para disposição final	03. Âmbito Ambiental 03.6. Gestão de resíduos		ODS 3 ODS 6 ODS 11 ODS 12 ODS 13
306-5	Resíduos destinados para disposição final	03. Âmbito Ambiental 03.6. Gestão de resíduos		ODS 3 ODS 6 ODS 11 ODS 12 ODS 13 ODS 15
306-7	Não conformidade com legislação e regulamentação ambientais	Não foram identificadas quaisquer não conformidade com legislação ou regulamentação ambientais.		ODS 16
308-1	Novos fornecedores que foram analisados em critérios ambientais	Em 2020, não foram analisados novos fornecedores com base em critérios ambientais.		
308-2	Impactos ambientais negativos na cadeia de abastecimento e ações tomadas	Em 2020, não foi realizada qualquer avaliação de impacto ambiental.		

GRI STANDARD	DESCRIÇÃO	RESPOSTA DIRETA TÓPICO HIPERLIGAÇÃO	OMISSÕES	ODS
401-1	Colaboradores contratados e rotatividade dos colaboradores	01. Governança Corporativa 01.1. Perfil Organizacional		ODS 5 ODS 8 ODS 10

Os nossos colaboradores		
Novas contratações por género	Total por género	Taxa
Masculino	17	15%
Feminino	98	85
Total	115	100%
Novas contratações por faixa etária	Total por faixa etária	Taxa
Abaixo de 30 anos	58	50%
De 30 a 50 anos	42	37%
Acima de 50 anos	15	13%
Total	115	100%
Saídas por género	Total por género	Taxa
Masculino	8	11%
Feminino	66	89%
Total	74	100%
Saídas por faixa etária	Total por faixa etária	Taxa
Abaixo de 30 anos	23	31%
De 30 a 50 anos	5	7%
Acima de 50 anos	46	62%
Total	74	100%

GRI STANDARD	DESCRIÇÃO	RESPOSTA DIRETA TÓPICO HIPERLIGAÇÃO	OMISSÕES	ODS
401-2	Benefícios oferecidos aos colaboradores a tempo inteiro que não são disponibilizados aos colaboradores temporários ou a tempo parcial	04. Âmbito Social 04.1. Benefícios para os colaboradores		ODS 3 ODS 5 ODS 8
401-3	Licença parental	04. Âmbito Social 04.2. Diversidade e igualdade de oportunidades		ODS 5
402-1	Prazo mínimo para notificação sobre mudanças operacionais	04. Âmbito Social 04.3. Gestão das relações laborais		ODS 8
403-1	Sistema de gestão de segurança e saúde ocupacional	04. Âmbito Social 04.4. Saúde e segurança ocupacional		ODS 8
403-2	Identificação de perigos, avaliação de riscos e investigação de incidentes	04. Âmbito Social 04.4. Saúde e segurança ocupacional		ODS 8
403-3	Serviços de saúde ocupacional	04. Âmbito Social Serviços de saúde ocupacional		
403-4	Participação, consulta e comunicação dos trabalhadores sobre saúde e segurança ocupacional	04. Âmbito Social Serviços de saúde ocupacional		ODS 8 ODS 16
403-5	Formação de trabalhadores em saúde e segurança ocupacional	04. Âmbito Social Formação de trabalhadores em saúde e segurança ocupacional		ODS 8
403-6	Promoção da saúde do trabalhador	04. Âmbito Social Promoção da saúde do trabalhador		ODS 3
403-7	Prevenção e mitigação de impactos na saúde e segurança ocupacional diretamente ligados por relacionamentos comerciais	04. Âmbito Social Prevenção e mitigação de impactos na saúde e segurança ocupacional diretamente ligados por relacionamentos comerciais		ODS 8
403-8	Trabalhadores cobertos por um sistema de gestão de saúde e segurança ocupacional	04. Âmbito Social 04.3. Gestão das relações laborais		ODS 8
403-9	Lesões relacionadas ao trabalho	04. Âmbito Social Prevenção e mitigação de impactos na saúde e segurança ocupacional diretamente ligados por relacionamentos comerciais Durante 2020, a Misericórdia do Porto não registou óbitos resultantes de acidente de trabalho, nem acidentes de trabalho com consequência grave e acidentes de trabalho de comunicação obrigatória.		ODS 3 ODS 8 ODS 16
403-10	Doença relacionada ao trabalho	Informação indisponível	As informações necessárias não puderam ser obtidas na qualidade adequada para serem relatadas.	ODS 3 ODS 8 ODS 16

GRI STANDARD	DESCRIÇÃO	RESPOSTA DIRETA TÓPICO HIPERLIGAÇÃO	OMISSÕES	ODS
404-1	Média de horas de formação por ano por funcionário	04. Âmbito Social 04.5. Formação e desenvolvimento		ODS 4 ODS 5 ODS 8 ODS 10

Gênero	Horas de formação	Média de horas de formação por colaborador
Masculino	793	2
Feminino	2662	3
Total	3455	
Horas de formação por categoria profissional	Masculino	Feminino
Administrativo	167,5	247
Chefia	1,5	93
Dirigente	0	1
Docente	0	11
Enfermeiro	139,5	1331
Operário	28	1
Pessoal de Apoio	86	447
Pessoal Médico	38	14
Pessoal Técnico	90	16,5
Técnico Diagnósticos e Teratêutica	48,5	51
Técnico Superior	194	409,5
Técnico Superior de Saúde	0	40
Total	793	2662

GRI STANDARD	DESCRIÇÃO	RESPOSTA DIRETA TÓPICO HIPERLIGAÇÃO	OMISSÕES	ODS
404-2	Programas para aprimorar as competências dos funcionários e os programas de assistência à transição	04. Âmbito Social Programas para aprimorar as competências dos funcionários e os programas de assistência à transição		ODS 8
404-3	Percentagem de funcionários que recebem regularmente análises de desempenho e de desenvolvimento de carreira	04. Âmbito Social 04.5. Formação e desenvolvimento		ODS 5 ODS 8 ODS 10
405-1	Diversidade nos órgãos de governo e nos colaboradores	04. Âmbito Social 04.2. Diversidade e igualdade de oportunidades		ODS 5 ODS 8

a)

Percentagem de indivíduos que integram os órgãos de governança da organização em cada uma das seguintes categorias de diversidade por Género	Masculino	Feminino
Mesa Administrativa	0,46%	0,08%
Comissão Executiva	0,23%	0,00%
Comissão de Auditoria	0,23%	0,08%
Comissão de Apoio Executiva do EPSCB	0,23%	0,00%
Comissão de Apoio Executiva Social	0,23%	0,08%
Comissão de Ética da saúde	0,23%	0,31%
Comissão de Programas e Projetos	0,23%	0,08%
Comissão de Segurança, Risco e Privacidade	0,31%	0,31%
Comissão Permanente de Observação	0,23%	0,00%
Total	2%	1%

GRI STANDARD	DESCRIÇÃO	RESPOSTA DIRETA TÓPICO HIPERLIGAÇÃO			OMISSÕES	ODS
		b)				
		Categoria	Masculino	Feminino		
		Administrativo	2%	8%		
		Chefia	1%	2%		
		Dirigente	0%	0%		
		Docente	1%	3%		
		Enfermeiro	3%	18%		
		Operário	2%	1%		
		Pessoal de Apoio	9%	28%		
		Pessoal Médico	3%	1%		
		Pessoal Técnico	2%	2%		
		Técnico Diagnóstico e Terapêutica	1%	2%		
		Técnico Superior	3%	8%		
		Técnico Superior de Saúde	0%	0%		
		Total	2%	1%		
		Categoria	Com menos de 30 anos	Entre 30 e 50 anos	Com mais de 50 anos	
		Administrativo	0%	3%	7%	
		Chefia	0%	2%	1%	
		Dirigente	0%	0%	0%	
		Docente	0%	3%	1%	
		Enfermeiro	4%	12%	4%	
		Operário	0%	2%	3%	
		Pessoal de Apoio	3%	13%	22%	
		Pessoal Médico	0%	2%	2%	
		Pessoal Técnico	0%	2%	2%	
		Técnico Diagnóstico e Terapêutica	0%	1%	1%	
		Técnico Superior	1%	5%	2%	
		Técnico Superior de Saúde	0%	0%	0%	
		Total	9%	46%	45%	

GRI STANDARD	DESCRIÇÃO	RESPOSTA DIRETA TÓPICO HIPERLIGAÇÃO	OMISSÕES	ODS																																	
405-2	Rácio do salário básico e remuneração entre mulheres e homens	<table><tr><th>Sector</th><th>Masculino (%)</th><th>Feminino (%)</th></tr><tr><td>Social</td><td>~2</td><td>~1</td></tr><tr><td>Serviços Partilhados e Corporativos</td><td>~5</td><td>~2</td></tr><tr><td>Saúde</td><td>~2</td><td>~3</td></tr><tr><td>Novos Projetos</td><td>~2</td><td>~8</td></tr><tr><td>Juventude</td><td>~10</td><td>~2</td></tr><tr><td>Justiça</td><td>~25</td><td>~2</td></tr><tr><td>Ensino Especial</td><td>~2</td><td>~40</td></tr><tr><td>Educação</td><td>~5</td><td>~2</td></tr><tr><td>Cultura</td><td>~10</td><td>~2</td></tr><tr><td>Agricultura</td><td>~2</td><td>~15</td></tr></table>	Sector	Masculino (%)	Feminino (%)	Social	~2	~1	Serviços Partilhados e Corporativos	~5	~2	Saúde	~2	~3	Novos Projetos	~2	~8	Juventude	~10	~2	Justiça	~25	~2	Ensino Especial	~2	~40	Educação	~5	~2	Cultura	~10	~2	Agricultura	~2	~15		ODS 5 ODS 8 ODS 10
Sector	Masculino (%)	Feminino (%)																																			
Social	~2	~1																																			
Serviços Partilhados e Corporativos	~5	~2																																			
Saúde	~2	~3																																			
Novos Projetos	~2	~8																																			
Juventude	~10	~2																																			
Justiça	~25	~2																																			
Ensino Especial	~2	~40																																			
Educação	~5	~2																																			
Cultura	~10	~2																																			
Agricultura	~2	~15																																			
406-1	Incidentes de discriminação e ações corretivas tomadas	Em 2020, não foram reportados incidentes de discriminação.		ODS 5 ODS 8																																	
407-1	Operações e fornecedores em que o direito à liberdade de associação e negociação coletiva pode estar em risco	Informação indisponível	As informações necessárias não puderam ser obtidas na qualidade adequada para serem relatadas.	ODS 8																																	
408-1	Operações e fornecedores com risco significativo de ocorrência de trabalho infantil	Informação indisponível	As informações necessárias não puderam ser obtidas na qualidade adequada para serem relatadas.	ODS 5 ODS 8 ODS 16																																	
409-1	Operações e fornecedores com risco significativo de ocorrência de trabalho forçado ou compulsório	Informação indisponível	As informações necessárias não puderam ser obtidas na qualidade adequada para serem relatadas.	ODS 5 ODS 8																																	
410-1	Pessoal de segurança formado em políticas ou procedimentos de direitos humanos	Informação indisponível	As informações necessárias não puderam ser obtidas na qualidade adequada para serem relatadas.	ODS 16																																	
411-1	Incidentes de violações envolvendo direitos dos povos indígenas	Não aplicável		ODS 2																																	
412-1	Operações sujeitas a análises de direitos humanos ou avaliações de impacto	04. Âmbito Social 04.6. Direitos humanos Em 2020, não ocorreu qualquer análise de direitos humanos ou avaliações de impactos por entidades externas.																																			
412-2	Formação de funcionários sobre políticas ou procedimentos de direitos humanos	Informação indisponível	As informações necessárias não puderam ser obtidas na qualidade adequada para serem relatadas.																																		
412-3	Acordos e contratos significativos de investimento que incluem cláusulas de direitos humanos ou que foram submetidos a avaliações de direitos humanos	Em 2020, não ocorreu qualquer análise de direitos humanos ou avaliações de impactos por entidades externas.																																			

GRI STANDARD	DESCRIÇÃO	RESPOSTA DIRETA TÓPICO HIPERLIGAÇÃO	OMISSÕES	ODS
413-1	Operações com envolvimento da comunidade local, avaliações de impacto e programas de desenvolvimento	04. Âmbito Social 04.8. Projetos sociais de 2020		
413-2	Operações com impactos negativos reais e potenciais significativos nas comunidades locais	Em 2020, não ocorreu qualquer avaliação de impacto que identificasse operações com impactos negativos reais e potenciais significativos nas comunidades locais.		ODS 1 ODS 2
414-1	Novos fornecedores que foram selecionados usando critérios sociais	Informação indisponível	As informações necessárias não puderam ser obtidas na qualidade adequada para serem relatadas.	ODS 5 ODS 8 ODS 16
414-2	Impactos sociais negativos na cadeia de fornecimento e ações tomadas	Informação indisponível	As informações necessárias não puderam ser obtidas na qualidade adequada para serem relatadas.	ODS 5 ODS 8 ODS 16
415-1	Contribuições políticas	A Misericórdia do Porto não faz contribuições monetárias e em espécie para partidos políticos e para políticos.		ODS 16
416-1	Avaliação dos impactos na saúde e segurança das categorias de produtos e serviços	Informação indisponível	As informações necessárias não puderam ser obtidas na qualidade adequada para serem relatadas.	
416-2	Incidentes de não conformidade relacionados aos impactos na saúde e segurança de produtos e serviços	Informação indisponível	As informações necessárias não puderam ser obtidas na qualidade adequada para serem relatadas.	ODS 16
417-1	Requisitos para informações e rotulagem de produtos e serviços	04. Âmbito Social 04.7. Marketing e comunicação		ODS 12
417-2	Incidentes de não conformidade relacionados a informações e rotulagem de produtos e serviços	Informação indisponível	As informações necessárias não puderam ser obtidas na qualidade adequada para serem relatadas.	ODS 16
417-3	Incidentes de não conformidade relacionados a comunicações de marketing	Informação indisponível	As informações necessárias não puderam ser obtidas na qualidade adequada para serem relatadas.	ODS 16
418-1	Reclamações substanciais relacionadas a violações da privacidade do cliente e perda de dados do cliente	Informação indisponível	As informações necessárias não puderam ser obtidas na qualidade adequada para serem relatadas.	ODS 16
419-1	Não-conformidade com legislação e regulamentação nas áreas sociais e económica	Não se registou qualquer incidente no âmbito deste indicador.		ODS 16



